

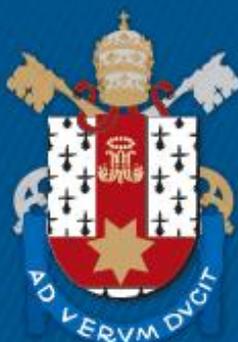
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM TEOLOGIA

DARVAN HERNANDEZ DA ROSA

**A MISERICÓRDIA EM JON SOBRINO E WALTER KASPER: UMA ABORDAGEM NA
PERSPECTIVA DA CULTURA DA PAZ**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

DARVAN HERNANDEZ DA ROSA

**A MISERICÓRDIA EM JON SOBRINO E WALTER KASPER:
UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DA CULTURA DA PAZ**

Dissertação apresentada à Escola de Humanidades do Programa de Pós-graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia.

Linha de Pesquisa: Teologia, experiência religiosa e pastoral.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Martins Fernandes.

Porto Alegre

2023

DARVAN HERNANDEZ DA ROSA

**A MISERICÓRDIA EM JON SOBRINO E WALTER KASPER:
UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DA CULTURA DA PAZ**

Dissertação apresentada ao PPG-Teologia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia na área de concentração em Teologia Sistemática.

Aprovado em ____ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Martins Fernandes (Orientador)

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin (PUCRS)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (PUC-Campinas)

Ficha Catalográfica

R788m Rosa, Darvan Hernandez da

A misericórdia em Jon Sobrino e Walter Kasper : uma abordagem na perspectiva da cultura da paz / Darvan Hernandez da Rosa. – 2023.

106 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Martins Fernandes.

1. Misericórdia. 2. Jon Sobrino. 3. Walter Kasper. 4. Paz. I. Fernandes, Rafael Martins. II. Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Darci e Vanda, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Ao Bom Deus, à Santíssima Virgem, a São José e ao Bem-aventurado Álvaro;

À Paróquia Nossa Senhora da Graça de Arroio Grande, cujos paroquianos tiveram paciência para me dividir com os livros;

Ao Seminário São Francisco de Paula que possibilitou o início da pesquisa;

Ao meu orientador, professor Dr. Pe. Rafael Fernandes pela presteza e eficácia no seu trabalho;

Aos meus irmãos Darci e Marcos.

“También en la teología tiene que estar presente la misericordia. Tiene que estar presente como contenido que la teología debe esclarecer y propiciar; pero debe estar presente también en ese mismo ejercicio del quehacer teológico, de modo que éste sea también expresión de la misericordia ante el mundo sufriente” (Jon Sobrino)

“Sublinhar a importância da misericórdia divina à luz da situação atual representa uma enorme provocação para a teologia” (Walter Kasper)

RESUMO

A presente dissertação faz uma análise comparativa entre duas obras que tratam do tema da misericórdia, uma delas originária da teologia latino-americana e a outra originária da teologia europeia. Respectivamente, a primeira é *“El Principio-misericordia, bajar de la cruz a los pueblos crucificados”* de Jon Sobrino e a segunda é *“A misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã”* de Walter Kasper. A inspiração do tema provém do pontificado de Francisco e, por isso, se evidenciam suas ideias principais sobre a misericórdia. O objetivo da análise é, além de evidenciar uma comparação das premissas, métodos e conteúdo das obras, estabelecer um diálogo entre os dois autores sobre o tema da misericórdia. Esse diálogo é enriquecido pela participação pontual de outros autores. A partir dos resultados obtidos dessa pesquisa são oferecidas indicações para a construção de uma cultura da paz.

Palavras-chaves: Misericórdia; Jon Sobrino; Walter Kasper; Paz.

ABSTRACT

The present dissertation makes a comparative analysis between two works that deal with the theme of mercy, one of them originating from Latin American theology and the other originating from European theology. Respectively, the first is “The principle of mercy, coming down from the cross to the crucified people” by Jon Sobrino and the second is “Mercy: fundamental condition of the Gospel and key to the Christian life” by Walter Kasper. The inspiration of the theme comes from the pontificate of Francis and, therefore, his main ideas on mercy are evident. The objective of the analysis is, in addition to showing a comparison of the assumptions, methods and content of the works, to establish a dialogue between the two authors on the theme of mercy. This dialogue is enriched by the occasional participation of other authors. From the results obtained from this research, indications are offered for the construction of a culture of peace.

Keywords: Mercy; Jon Sobrino; Walter Kasper; Peace.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CDSI – Compêndio da Doutrina Social da Igreja

CEC – Catecismo da Igreja Católica

CIC – Código de Direito Canônico

DM – *Dives in Misericordia*, Encíclica do Papa João Paulo II sobre a misericórdia divina

EV – *Evangelium Vitae*, Encíclica do Papa João Paulo II sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana

FT – *Fratelli Tutti*. Encíclica do Papa Francisco sobre a Fraternidade e amizade social

GME – *Gaudet Mater Ecclesia*, Discurso do Papa João XXIII na abertura do Concílio Vaticano II

HH – Homilia do Papa Francisco na Catedral de Havana aos bispos, sacerdotes, seminaristas e consagrados por ocasião de sua visita à Cuba

LG – *Lumen Gentium*, Constituição dogmática do Concílio Vaticano II sobre a Igreja

MD – Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado latino-americano ocorrida em Medellín

MM – *Misericordia et Misera*, Carta apostólica do Papa Francisco no termo do Jubileu extraordinário da misericórdia

MV – *Misericordiae Vultus*, Bula do Papa Francisco de proclamação do Jubileu extraordinário da misericórdia

NA – *Nostra Aetate*, Declaração do Concílio Vaticano II sobre a Igreja e as religiões não-cristãs

s.p. – sem página

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTE I A MISERICÓRDIA NAS OBRAS DE JON SOBRINO E WALTER KASPER.....	14
1 A MISERICÓRDIA EM FRANCISCO: INSPIRAÇÃO PARA A MISSÃO DA IGREJA.....	15
1.1 DEUS MISERICORDIOSO.....	16
1.2 IGREJA MISERICORDIOSA	17
1.3 PRÁTICAS MISERICORDIOSAS	18
2 A MISERICÓRDIA NA OBRA <i>PRINCIPIO-MISERICORDIA: BAJAR DE LA CRUZ A LOS POBRES CRUCIFICADOS</i>, DE JON SOBRINO	23
2.1 A ESTRUTURA DA OBRA	23
2.2 A MISERICÓRDIA NA OBRA.....	25
2.2.1 <i>Misericórdia e conversão</i>	26
2.2.2 <i>A misericórdia como princípio de libertação</i>	28
2.2.3 <i>A misericórdia como perdão</i>	31
3 A MISERICÓRDIA NA OBRA <i>A MISERICÓRDIA: CONDIÇÃO FUNDAMENTAL DO EVANGELHO E CHAVE DA VIDA CRISTÃ</i>, DE WALTER KASPER.....	34
3.1 ESTRUTURA DA OBRA	34
3.2 A MISERICÓRDIA NA OBRA.....	35
3.2.1 <i>A misericórdia na Revelação bíblica</i>	36
3.2.1.1 Antigo Testamento.....	36
3.2.1.2 Novo Testamento	37
3.2.2 <i>A misericórdia na Teologia</i>	38
3.2.2.1 A misericórdia no Deus uno e trino	38
3.2.2.2 A misericórdia no Verbo encarnado	40
3.2.2.3 A misericórdia no sofrimento de Deus	41
3.2.2.4 A misericórdia na morte vicária de Cristo	42
3.2.2.5 A misericórdia como salvação	43
3.2.2.6 A misericórdia que sofre com os inocentes	44
3.2.3 <i>As práticas misericordiosas</i>	45
3.2.3.1 Âmbito pessoal.....	45
3.2.3.2 Âmbito eclesial	46

3.2.3.3	Âmbito social e cultural	48
PARTE II A ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS.....		50
4 COMPARAÇÃO DAS PREMISSAS, DOS MÉTODOS E CONTEÚDOS		51
4.1	TEOLOGIA FUNDAMENTAL	51
4.2	DEUS UNO E TRINO	54
4.3	CRISTOLOGIA	55
4.4	ECLESIOLOGIA.....	57
4.5	TEOLOGIA DOS SACRAMENTOS	58
4.6	ÉTICA SOCIAL	60
4.7	TEOLOGIA MORAL.....	64
4.8	TEOLOGIA DA GRAÇA.....	65
4.9	ESCATOLOGIA E SOTERIOLOGIA.....	65
5 O DIÁLOGO ENTRE JON SOBRINO E WALTER KASPER SOBRE A MISERICÓRDIA		68
5.1	LIBERTAÇÃO E MISERICÓRDIA	68
5.2	MORTE VICÁRIA DE CRISTO E A MISERICÓRDIA	71
5.3	OS POBRES, O SOFRIMENTO E A MISERICÓRDIA	74
5.4	RENOVAÇÃO DA TEOLOGIA E MISERICÓRDIA.....	76
5.5	REFORMA DA IGREJA E MISERICÓRDIA.....	78
6 A COLABORAÇÃO DO TEMA DA MISERICÓRDIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ		82
6.1	A PAZ.....	82
6.1.1	<i>A paz sob enfoque filosófico</i>	<i>82</i>
6.1.2	<i>A paz sob o enfoque psicológico.....</i>	<i>83</i>
6.1.3	<i>A paz sob o enfoque bíblico</i>	<i>84</i>
6.1.4	<i>A paz sob enfoque trinitário.....</i>	<i>86</i>
6.1.5	<i>A paz sob o enfoque cristológico</i>	<i>87</i>
6.1.6	<i>A paz sob o enfoque pneumatológico.....</i>	<i>87</i>
6.1.7	<i>A paz sob o enfoque da vida espiritual cristã.....</i>	<i>88</i>
6.1.8	<i>A paz sob o enfoque do compromisso social cristão e inter-religioso</i>	<i>89</i>
6.1.9	<i>A paz sob o enfoque escatológico</i>	<i>90</i>
6.2	MISERICÓRDIA E PAZ	90
6.2.1	<i>O amor de Deus na construção da paz.....</i>	<i>92</i>
6.2.2	<i>A Igreja na construção da paz.....</i>	<i>93</i>

6.2.3	<i>A conversão na construção da paz</i>	93
6.2.4	<i>A libertação na construção da paz</i>	94
6.2.5	<i>O perdão na construção da paz</i>	95
CONCLUSÃO		96
REFERÊNCIAS		99

INTRODUÇÃO

O tema da misericórdia parece não ser suficientemente desenvolvido na contemporaneidade entre teólogos e filósofos¹. No entanto, os crimes contra a humanidade ocorridos durante o século XX, o clima violento do século atual e a crescente massa de pobres e oprimidos em meio a um mundo que aumenta incessantemente suas riquezas, fez com que outro tema se desenvolvesse, o tema da justiça. Porém o sentimento de que a misericórdia precisa acompanhar a justiça vem ganhando espaço. “O tema da misericórdia emerge da situação atual e das consciências com uma exigência e urgência inadiável”². É neste sentido que o Papa Francisco tem trazido o tema da misericórdia para o âmago de seu pontificado e mostrado que é por aí que a Igreja deve caminhar no futuro. A centralidade do tema da misericórdia para Francisco e o crescimento de sua importância na teologia atual foram inspiradores para o presente trabalho.

O presente trabalho, portanto, aprofundará o tema da misericórdia através de uma análise comparativa entre duas obras. Uma delas aborda o tema da misericórdia sob uma perspectiva da teologia latino-americana: “*El Principio Misericordia: bajar de la cruz a los pueblos crucificados*” de Jon Sobrino. A outra aborda o tema da misericórdia sob a perspectiva europeia: “A misericórdia, condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã” de Walter Kasper. Com esta análise comparativa se evidenciará o conteúdo próprio das representações das duas teologias no que se refere ao tema da misericórdia, poder-se-á verificar suas convergências e divergências e, por fim, se realizará um diálogo entre ambas.

A escolha por Jon Sobrino se deve ao seu *status* de eminente representante da teologia latino-americana e autor de uma obra que trata especificamente do tema da misericórdia. A escolha de Walter Kasper se dá pelo fato de representar adequadamente a teologia europeia, ter publicado uma obra recente sobre o tema, obra essa que parece ter influenciado o atual Pontífice (cf. Angelus, 17.03.2013).

A análise comparativa entre essas duas obras quer ainda ser uma colaboração ao necessário desenvolvimento do tema da misericórdia na teologia atual, particularmente na teologia latino-americana. O diálogo com uma teologia evidenciada como mais tradicional (menos inovadora) pode ajudar o amadurecimento da teologia latino-americana, dentro da sua especificidade (inovadora), já que sua novidade deve esforçar-se por caminhar a partir dos elementos teológicos já pensados.

¹ CERBELAUD, D. *Misericórdia*, p. 1152.

² HAMMES, E.J. *O princípio teológico da misericórdia*, p. 62.

No entanto, o tema da misericórdia, como todo tema teológico, deve preocupar-se com sua repercussão prática e sua relevância social. Um dos temas urgentes na sociedade atual é a paz. O tema da paz possui vínculos com a noção de misericórdia, pois a prática dessa repercute na ordem e na harmonia da criação, muitas vezes feridas pelo pecado. A harmonia da criação tem como consequência a paz, que é uma espécie de memória original ansiada no hoje e que aponta para a recapitulação escatológica³. Nos tempos atuais, onde se verifica uma intensificação da desarmonia original e escatológica, com o aumento da violência entre os seres humanos, parece se intensificar tal clamor. Neste sentido, buscar-se-á os caminhos que o tema da misericórdia na teologia proporciona para se chegar à cultura da paz nos corações humanos e na sociedade.

Para se chegar a esse intento se fará o seguinte caminho: após a exposição das duas obras no que se refere ao tema da misericórdia, se analisará comparativamente ambos os livros. Essa análise buscará comparar as premissas, o método e o conteúdo das duas obras. O objetivo é mostrar as diferentes perspectivas dessas duas teologias e responder aos seguintes questionamentos: Quais as coincidências e divergências que a teologia latino-americana possui com a representação europeia de Kasper no que se refere ao tema da misericórdia e outros temas anexos? Quais frutos podem ser tomados do diálogo entre esses dois autores? Os frutos desse diálogo podem apontar teologicamente para uma contribuição do tema da misericórdia na construção de uma cultura da paz?

Esta obra será desenvolvida em duas partes, com três capítulos cada uma. Na primeira parte se fará a exposição das obras mencionadas. No entanto antes se exporá as principais ideias do Papa Francisco sobre o tema com a finalidade de evidenciar a inspiração da presente pesquisa e a urgência do tema da misericórdia. A primeira parte é propedêutica à segunda, pois prepara o trabalho para seu núcleo, que é a análise comparativa.

Na segunda parte, portanto, se desenvolverá a confrontação das ideias de Sobrino e Kasper, além de um diálogo entre ambos sobre a misericórdia e temas correlacionados. Por fim, se tomarão suas principais ideias para que sejam utilizadas teologicamente na contribuição da construção da cultura da paz.

³ KAYAMA, Shinji. *Paz*, p. 1364.

PARTE I
A MISERICÓRDIA NAS OBRAS DE JON SOBRINO E WALTER
KASPER

Esta primeira parte abordará o tema da misericórdia na obra latino-americana “*El Principio-misericordia, bajar de la cruz a los pueblos crucificados*”, de Jon Sobrino e na obra “A misericórdia, condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã” de Walter Kasper. A escolha da primeira obra sobre a misericórdia deve-se à origem latino-americana da teologia, e de suas intuições em meio ao grande sofrimento do povo de El Salvador, que inspirou o tema da misericórdia no quefazer teológico. A segunda obra foi escolhida porque parece ter influenciado o Papa Francisco no que se refere ao tema da misericórdia, pois ele afirmou publicamente tê-la lido e a elogiou (cf. Angelus, 17.03.2013). Por isso, antes de tratar das obras em questão, expor-se-á os principais escritos oficiais do atual Pontífice sobre o tema, pois a importância dada à misericórdia no seu pontificado sinaliza e inspira o fazer teológico no contexto atual, marcado pela pobreza e violência, que clamam à misericórdia.

1 A MISERICÓRDIA EM FRANCISCO: INSPIRAÇÃO PARA A MISSÃO DA IGREJA

Francisco é o pastor da Igreja nestes tempos difíceis do começo da segunda década do século XXI. Seu pontificado é marcado desde o início pelo tema da misericórdia, que para ele é “a mensagem mais importante de Jesus”⁴. Não é necessário muito esforço para perceber a centralidade da misericórdia no seu ministério petrino. Como não percebê-la na sua defesa dos pobres, dos imigrantes, das minorias? Como não se impressionar com sua insistência para que as confissões sejam cheias de misericórdia e sem rigidez, ou ainda com sua insistência para que as famílias não se afastem da comunidade cristã mesmo quando se encontrarem em situação irregular diante da moral católica?

João Paulo II “intuiu que este era o tempo da misericórdia” (Mensagem XXXI JMJ) e surpreendeu o mundo com sua segunda encíclica – *Dives in misericordia* – na qual sublinhou seu esquecimento da misericórdia e a urgência em levá-la ao mundo (cf. MV 11). Com estas palavras de João Paulo II, que Francisco utilizou na *Misericordiae Vultus*, o atual Pontífice deixa entrever um dos principais motes de seu pontificado. A reflexão sobre a misericórdia, no entanto, era-lhe anterior; assim atesta ao relatar o impacto sobre sua vida a experiência de uma confissão sacramental definidora de sua vocação e, posteriormente, inspiradora de seu lema pontifício: *Miserando atque eligendo* (cf. Mensagem XXXI JMJ). Outra influência fundamental da misericórdia na vida de Jorge Mario Bergoglio foi proporcionada pelo espírito do Concílio Vaticano II. Quando quer frisar a guinada da Igreja em direção à misericórdia, cita os discursos de abertura e encerramento de João XXIII e Paulo VI respectivamente, onde seus predecessores pedem e constatarem que o Concílio deverá marcar a vida da Igreja em sua relação com o mundo através da misericórdia e não mais através da rigidez ou dos anátemas (cf. MV 4).

Devido à amplitude das obras sobre a misericórdia em Francisco, a presente seção será delimitada aos seus principais escritos magisteriais sobre o tema – a Bula *Misericordiae Vultus* e a Carta Apostólica *Misericordia et misera*. Esses documentos são aqueles que, respectivamente, prepararam e encaminharam o Ano da Misericórdia, expressamente querido pelo Santo Padre. Ao analisá-los, pode-se estruturar seu pensamento sobre a misericórdia em três grandes traços. Primeiro, que Deus é essencialmente amor e a misericórdia, seu principal atributo. Segundo, como consequência, a Igreja precisa ser um reflexo dessa misericórdia, e

⁴ FRANCISCO. *O nome de Deus*, p. 34.

aonde não o for, necessita de conversão. E, finalmente, será feita uma exposição das práticas da misericórdia, corolário necessário desta conversão eclesial.

1.1 DEUS MISERICORDIOSO

Em relação ao primeiro aspecto, Francisco procura rerepresentar a figura divina revelada no seu esplendor original, muitas vezes distorcida pela mesquinhez humana. As palavras de João Paulo II, que afirmam “ser a misericórdia o maior dos atributos e perfeições de Deus” (DM 13), fizeram eco nos escritos de Francisco, constatável na insistência com que o repete.

Partindo das Escrituras, Francisco lembra que Deus revelou seu nome a Moisés como “Deus de compaixão e de piedade, lento para a cólera e cheio de amor e fidelidade” (Ex 34,6, cf. MV 1). Lembra que o amor de Deus no Antigo Testamento aparece como visceral, profundo, fazendo surgir o binômio “paciente e misericordioso”, pois perdoa a culpa, levanta os caídos, protege as viúvas e os órfãos (cf. MV 6). Afirma que “a misericórdia é a palavra-chave para indicar o agir de Deus para conosco” e ao mesmo tempo “é a sua responsabilidade por nós. Ele sente-Se responsável, isto é, deseja o nosso bem e quer ver-nos felizes, cheios de alegria e serenos” (MV 9). No Jubileu da Misericórdia, Francisco tomou o refrão “eterna é a sua misericórdia”, tirado do salmo 136 (cf. MV 7), referindo-se a Deus.

O Papa defende a tese de que “o amor é o primeiro ato com que Deus se deu a conhecer e vem ao nosso encontro” (MM 5) e que a “misericórdia é a palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade. Misericórdia é o ato último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro” (MV 2). Neste sentido, “tudo se revela na misericórdia; tudo se resume no amor misericordioso do Pai” (MM 1). Utiliza a afirmação de Santo Tomás de Aquino que coloca a misericórdia de Deus como especial manifestação da sua onipotência⁵ e acrescenta que, por isso mesmo, Ele “permanecerá para sempre na história da humanidade como aquele que está presente, aquele que é próximo, providente, santo e misericordioso” (MV 6). A misericórdia faz com que Deus como que se incline sobre nós (cf. MM 16).

Ao falar de Jesus Cristo, afirma que seu rosto misericordioso é o reflexo do amor da Trindade e que “tudo n’Ele fala de misericórdia. Nele, nada há que seja desprovido de compaixão” (MV 8). “Jesus Cristo é o rosto da misericórdia do Pai” (MV 1). Sua misericórdia manifesta-se desde o perdão até a entrega total na cruz por todos (cf. MV 12), e ainda na sua

⁵ S. Th. II-II, q.30,a.4.

proximidade e abertura aos pecadores, pobres, marginalizados, doentes e atribulados (cf. MV 8). A misericórdia é a “dimensão fundamental da missão de Jesus” (MV 20).

1.2 IGREJA MISERICORDIOSA

O segundo traço do pensamento de Francisco sobre a misericórdia é consequência do primeiro. Ao considerar que esse é o principal atributo de Deus e que “a Igreja é ícone da Trindade”⁶, como se depreende de seus escritos, é premente que a Igreja tenha como principal característica a misericórdia e a misericórdia eclesial deve ser reflexo da misericórdia divina. Com efeito, para Francisco “a misericórdia não se pode reduzir a um parêntese na vida da Igreja, mas constitui a sua própria existência, que torna visível e palpável a verdade profunda do Evangelho” (MM 1). A misericórdia é a arquitrave que suporta a vida da Igreja (cf. MV 10); esta deve viver da misericórdia, porque antes recebeu-a de Deus (cf. MV 9).

É a misericórdia que constrói a Igreja, pois esta é fruto do “encontro de dois corações: o de Deus que vem ao encontro do coração do homem. Este inflama-se e o primeiro cura-o: o coração de pedra fica transformado em coração de carne, capaz de amar, não obstante o seu pecado. Nisto se nota que somos verdadeiramente uma nova criação” (MM 16). Neste sentido, os cristãos são pecadores que foram alcançados pela misericórdia divina e, portanto, devem ser diante do mundo testemunhas da misericórdia (cf. MM 11). Onde estiverem os cristãos, aí deve ser irradiada a misericórdia; ela deve estar acima de tudo na vida e pregação eclesial, pois “a primeira verdade da Igreja é o amor de Cristo” (MV 12).

Dentro do tema da misericórdia divina, Francisco aborda aquela que é, segundo ele, sua nota mais manifesta, ou seja, o perdão, afirmando-o como “o sinal mais visível do amor do Pai, que Jesus quis revelar em toda a sua vida. Não há página do Evangelho que possa ser subtraída a este imperativo do amor que chega até ao perdão” (MM 2). Por isso, “perante a gravidade do pecado, Deus responde com a plenitude do perdão. A misericórdia será sempre maior do que qualquer pecado, e ninguém pode colocar um limite ao amor de Deus que perdoa” (MV 3). A Igreja recebeu “o dom e o mandato de Jesus Cristo relativo ao perdão” (MM 4) e deve cuidá-lo sobremaneira (cf. MM 2-3; 8-12; MV 8-9; 17-19). Como nenhum pecador arrependido fica sem o perdão divino, o papa lembra aos fiéis que por isso mesmo ninguém pode pôr condições à misericórdia (cf. MM 2).

⁶ FORTE, Bruno. *A Igreja ícone da Trindade*, p. 9.

Quando a Igreja não manifesta claramente a misericórdia, precisa de conversão. Por demasiado tempo ela esqueceu de apontar e viver o caminho da misericórdia, mas no Concílio foi impulsionada pelo Espírito a voltar-se para o essencial (cf. MV 10). A Igreja deve necessariamente ser um sinal vivo e autêntico do amor de Deus para que seu anúncio seja crível. A conversão pastoral, a que é chamada, só ocorrerá se se deixar guiar pela misericórdia; por isso, os cristãos não podem entristecer o Espírito limitando sua ação misericordiosa no anúncio do Evangelho (cf. MM 5). Hoje, ela é chamada a ser “como um hospital de campanha depois de uma batalha. É inútil perguntar a um ferido grave se tem o colesterol ou o açúcar altos. Devem curar-se as suas feridas”⁷, e somente depois preocupar-se com outras coisas. Não deve ter “comportamentos que possam contradizer a experiência da misericórdia” (MM 11), mas pelo contrário, deixar-se mover pela compaixão para com as feridas da humanidade, especialmente dos pobres, necessitados e pecadores. Se “viver indiferente à dor não é uma opção possível” (FT 66) a ninguém, muito menos o é para a Igreja, chamada a ser expressão fiel do Bom Samaritano. Como uma mãe amorosa aberta a todos os filhos (cf. GME 2-3), tem de sentir “a responsabilidade de ser, no mundo, o sinal vivo do amor do Pai” (MV 4). Portanto, as comunidades da Igreja devem abrir-se à misericórdia a fim de “alcançar a todas as pessoas que vivem no seu território, para que chegue a todas a carícia de Deus através do testemunho dos crentes” (MM 21).

1.3 PRÁTICAS MISERICORDIOSAS

O terceiro ponto do pensamento de Francisco sobre a misericórdia são as dicas práticas a serem adotadas pela Igreja nesta retomada conciliar, que podem ser resumidas num convite universal para se experimentar gratuitamente a superabundante misericórdia divina e, ao mesmo tempo, vivê-la com todos. Ele elabora uma espécie de itinerário peregrinativo da misericórdia a partir do texto evangélico Lc 6,36-38. Nele, destaca-se a misericórdia do Pai como referência, contendo dois imperativos negativos – não julgar e não condenar – e dois positivos – perdoar e dar –, concluindo com a isonomia entre o trato de Deus para com o homem e o trato do homem para com o próximo (cf. MV 14).

Nessa peregrinação, convida a começar agradecendo o dom da misericórdia (cf. MV 4 e MM 4); a misericórdia é um dom e precisa ser agradecida, pois supera a mera capacidade humana. A melhor maneira de agradecer é através da sua celebração nos sacramentos,

⁷ FRANCISCO. *Entrevista a Antônio Spadaro*, s.p.

particularmente na Eucaristia, Unção dos Enfermos e Reconciliação (cf. MM 5). A misericórdia encontra-se no centro da celebração destes sacramentos. Os ritos assim o exprimem ao colocá-la no âmago da sua fórmula essencial (cf. MM 5).

O sacramento da Reconciliação destaca-se neste sentido, pois é a forma privilegiada da celebração da misericórdia, o lugar do abraço do Pai, de sua proximidade, bem como o caminho da conversão, ou seja, da vivência da caridade para com os outros (cf. MM 8). Por isso, “o sacramento da Reconciliação precisa voltar a ter o seu lugar central na vida cristã” (MM 11). Com efeito, existe uma relação da misericórdia divina recebida nesse sacramento com a caridade vivida com o próximo: aquela pode ser obtida gratuitamente, mas convida a começar pela vivência desta, “porque o amor cobre uma multidão de pecados” (1Pd 4,8). Deus perdoa sem condições os corações arrependidos, mas pede que se perdoe igualmente os semelhantes (cf. MM 8).

Para impulsionar a celebração deste sacramento, Francisco instituiu os “missionários da misericórdia”, que são sacerdotes incumbidos de facilitar a administração do perdão em todos os continentes. Eles são expressões da solicitude e da proximidade de Francisco em relação aos necessitados de misericórdia, a fim de se chegar a uma forma mais coerente na prática deste sacramento (cf. MM 9). Eles são um apelo para que todos os sacerdotes melhorem seu atendimento aos penitentes, não deixando que falte a misericórdia no sacramento da misericórdia.

Pede aos sacerdotes que sejam disponíveis, solícitos, acolhedores, claros, clarividentes e testemunhas da ternura divina diante da gravidade do pecado, que não deve ser menosprezado, mas apagado com a generosidade do perdão (cf. MM 10). Lembra-os que são pecadores alcançados pela misericórdia em vista desse ministério e, por isso, devem ser guiados por esta mesma misericórdia e nunca pela rigidez. Não devem se basear na justiça apenas das normas, mas na força da justiça advinda da graça. O amor de Deus deve iluminar o mais profundo das consciências dos penitentes; eles não podem experimentar, nesse sacramento, nada que contradiga a misericórdia divina que procuram (cf. MM 11). Neste sentido, concedeu a todos os sacerdotes a faculdade de absolver o pecado do aborto, e estendeu, para além do Ano do Jubileu da Misericórdia, aos sacerdotes da Fraternidade São Pio X, que se encontram em situação irregular na comunhão eclesial, a faculdade de absolver válida e licitamente (cf. MM 12).

Francisco considera que o confessionário é o lugar privilegiado para o sacerdote encontrar os pobres e necessitados, pois para ele os pecadores são os menores entre todos, os mínimos. Fez, em Havana, um paralelo entre o confessionário e o leito do enfermo, evocando

o testemunho de umas religiosas que com muito boa vontade limpavam e cuidavam as feridas de pessoas muito sujas e maldispostas; assim também os sacerdotes devem ser perdoadores generosos dos pecados dos irmãos, sem dureza ou medo. E arrematou com uma frase de Santo Ambrósio: “Onde há misericórdia, está o espírito de Jesus. Onde há rigidez, estão apenas os seus ministros” (HH).

Outro passo neste itinerário prático da misericórdia é a escuta da Palavra de Deus. Somente sua escuta atenta permite o verdadeiro conhecimento da misericórdia. Nas Escrituras, repassa-se as maravilhas da misericórdia divina para com a humanidade, e, como cada página da Bíblia está “imbuída do amor do Pai” (MM 7), deseja que seja conhecida e difundida para que se possa claramente conhecer a fonte da misericórdia. A misericórdia de Deus “é o coração pulsante do Evangelho” e é sob este prisma que deve ser interpretado (MV 12). Neste sentido, destaca as parábolas sobre a misericórdia nos quais “encontramos o núcleo do Evangelho e da nossa fé, porque a misericórdia é apresentada como a força que tudo vence, enche o coração de amor e consola com o perdão” (MV 9). Pede, pois, iniciativas de leituras orantes da Palavra – como a *lectio divina* – com temas sobre a misericórdia, dedicando um domingo do ano para isso, levando “necessariamente a obras e gestos concretos de caridade” (MM 7). Recomenda ainda a preparação adequada da homilia a fim de que o coração do crente vibre diante da misericórdia de Deus, visto que ela só é comunicada, quando antes o ministro faz a sua própria experiência da misericórdia (MM 6).

Depois desses passos práticos que possibilitam o acesso à fonte da misericórdia, o Papa Francisco lembra que o fiel deve ser misericordioso como o Pai: é “‘misericordiado’ e, conseqüentemente, feito instrumento da misericórdia” (MM 16). Quem quer permanecer na misericórdia de Cristo precisa “fazer-se próximo dos irmãos, porque nada é mais agradável ao Pai do que um sinal concreto de misericórdia” (MM 16).

Conforme o texto evangélico supracitado, iluminador desta peregrinação, Francisco destaca o aspecto negativo: “não julgar nem condenar. Se uma pessoa não quer incorrer no juízo de Deus, não pode tornar-se juiz do seu irmão” (MV 14). O ser humano não pode julgar seu próximo, pois vê apenas a superfície e somente Deus vê o íntimo. Falar mal de alguém na sua ausência é um sinal de falta de misericórdia, pois equivale a tirar-lhe a boa fama e a deixá-lo à mercê de falatórios ainda maiores. É preciso ver o que há de bom em cada pessoa (cf. MV 14).

Positivamente, é preciso perdoar e dar (cf. Lc 6,37). Perdoar, porque se é perdoado, porque o perdão é o sinal dos verdadeiros filhos de Deus, o caminho da verdadeira felicidade, a condição para a credibilidade da fé e a senda para se alcançar perdão e serenidade: “bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia” (Mt 5,7) (cf. MV 9). Dar

porque se recebe tudo da misericórdia de Deus e é preciso saber partilhar com os necessitados e atribulados (cf. MM 21).

No itinerário do “dar”, Francisco retoma as obras de misericórdia corporais, inspiradas em Mt 25,31-46, e espirituais (cf. MM 17-21; MV 15), pois elas são “a verificação da grande e positiva incidência da misericórdia como valor social” e “continuam a tornar visível a bondade de Deus” (MM 18). No entanto, o mundo hodierno “continua a gerar novas formas de pobreza espiritual e material, que comprometem a dignidade das pessoas” (MM 19) e, portanto, é preciso “individuar novas obras de misericórdia e implementá-las com generosidade e entusiasmo” (MM 19), com a criatividade própria do amor. É necessário vigiar para não se cair na indiferença e hipocrisia diante da pobreza (cf. MM 19) nem, tampouco, permanecer na mera “teoria da misericórdia” (cf. MM 20) que pensa a pobreza, mas se mantém inerte. Francisco deseja que as obras de misericórdia façam crescer “uma cultura de misericórdia, com base na redescoberta do encontro com os outros: uma cultura na qual ninguém olhe para o outro com indiferença, nem vire a cara quando vê o sofrimento dos irmãos” (MM 20). As obras de misericórdia, portanto, não se contentam com o mero assistencialismo, mas são chamadas a uma verdadeira “revolução cultural” a partir da simplicidade, da solidariedade, da oração (cf. MM 20).

Para impulsionar e concretizar esta cultura na Igreja, Francisco instituiu o “Dia Mundial dos Pobres” (cf. MM 21) como preparação para a Solenidade de Cristo Rei, que Se identificou com os pobres. Este dia deve ajudar a Igreja a meditar na pobreza como âmagô do Evangelho, lembrar que não haverá justiça e paz enquanto o ser humano viver sem a sua dignidade própria, bem como ajudar a nova evangelização que deve levar a Igreja à sua conversão pastoral como testemunha mais eficaz da misericórdia.

Dentre as obras de misericórdia, Francisco destaca a consolação, pois são muitos os sofridos e aflitos que precisam da certeza do amor de Deus a fim de que se redescubra a esperança (cf. MM 13-15). A Igreja precisa consolar aqueles que sofrem devido à maldade alheia, as famílias que fracassaram na sua missão ou que se encontram em qualquer tipo de dificuldade, sem permitir que se sintam afastadas do convívio eclesial. Precisa-se pensar ainda nas pessoas enlutadas, cuidando para que nesse momento as orações e gestos litúrgicos expressem inequivocamente a misericórdia divina.

Francisco relaciona a misericórdia com a justiça. A justiça de Deus é realizada no ser humano através da fé em Jesus Cristo, na confiança em Sua misericórdia. Não é realizada com o cumprimento da Lei. “Na Sagrada Escritura, a justiça é concebida essencialmente como um abandonar-se confiante à vontade de Deus... A justiça de Deus é o seu perdão” (MV 20). Para

Francisco, evidentemente, essas considerações não são um desprezo pela justiça, pois, segundo ele, quem erra deve ser responsabilizado, apenas evidenciam a insuficiência da mera justiça em muitos casos. A justiça é superada pelo amor, que está na base da verdadeira justiça. Há de se evitar, portanto, o legalismo na busca pela justiça (cf. MV 20-21).

Diante da abundância da misericórdia, Francisco retoma a prática das indulgências. Elas são a manifestação do agir “do Pai que, através da Esposa de Cristo, alcança o pecador perdoado e liberta-o de qualquer resíduo das consequências do pecado, habilitando-o a agir com caridade, a crescer no amor em vez de recair no pecado” (MV 22).

Por fim, conclama os cristãos a abrirem-se ao diálogo ecumênico e inter-religioso, na perspectiva da misericórdia, pois as religiões também “acreditam que ninguém pode pôr limites à misericórdia divina, porque as suas portas estão sempre abertas” (MV 23).

Todos esses elementos encontrados nos dois principais escritos oficiais de Francisco sobre a misericórdia, deixam claro a importância do tema para o atual pontificado. Deixam entrever ainda um futuro eclesial marcado pela misericórdia. Neste sentido ganha importância a análise destas duas obras sobre a misericórdia que serão analisadas a seguir, uma sob o olhar teológico latino-americano e a outra sob o olhar teológico europeu. A análise dessas duas obras buscará cooperar nesta tendência teológica e pastoral.

2 A MISERICÓRDIA NA OBRA *PRINCIPIO-MISERICORDIA: BAJAR DE LA CRUZ A LOS POBRES CRUCIFICADOS*, DE JON SOBRINO

A fim de se analisar adequadamente a presente obra de Sobrino, primeiramente, apresentar-se-á a sua estrutura e, logo após, expor-se-á o tema da misericórdia sob as perspectivas teológicas mais destacadas no referido livro.

2.1 A ESTRUTURA DA OBRA

A obra é o resultado de uma coletânea de várias palestras ou artigos do autor das décadas de setenta, oitenta e noventa do século passado, e por isso mesmo, percebe-se várias repetições de conteúdo na sua extensão. Está dividida em três partes, além da introdução, mas é na apresentação que expõe a intenção do livro: “mostrar a imperiosa necessidade de misericórdia ante os povos crucificados”⁸, com o desejo de que o Primeiro Mundo⁹ ajude nesta empresa e não continue indiferente e encobrindo tal opressão¹⁰.

Na introdução, o autor relata uma espécie de autobiografia espiritual na qual vai demarcando suas conversões e crescimento espiritual. Depois de sair da Espanha como jesuíta e enviado a vários países, chama sua primeira conversão de “despertar do sono dogmático”¹¹, que se deu por ocasião dos estudos de filosofia e teologia, oportunidade em que se deparou com questionamentos aos ensinamentos tradicionais. O segundo chama de “despertar do sono da desumanidade”¹², que foi provocado por seu encontro com o mundo dos pobres crucificados ao ser enviado a El Salvador.

A partir desse despertar, teve olhos novos para ver a verdade da realidade dos seres humanos e de Deus. Descortinou-se diante de seus olhos a cruel realidade do mundo como uma imensa e injusta cruz para milhões que morrem inocentes crucificados¹³. Percebeu a falsidade do modelo de ser humano proposto pelo mundo ocidental como aquele pertencente ao Primeiro Mundo, vivendo na abundância; no entanto, percebeu também que se conhece melhor o ser

⁸ SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 8.

⁹ Os termos “Primeiro mundo” ou “Terceiro Mundo” expostos aqui não possuem atualmente maiores significações, especialmente após a queda do Muro de Berlim. O primeiro termo designa os países capitalistas desenvolvidos enquanto o segundo designa os países capitalistas subdesenvolvidos e geopoliticamente não alinhados (fonte Google). Serão mantidos ambos os termos nas citações e ideias resumidas de Sobrino para se assegurar fidelidade à fonte.

¹⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 8-9.

¹¹ SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 13.

¹² SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 14.

¹³ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 16-17.

humano a partir do pobre do Terceiro Mundo. Creu de maneira mais consistente em Deus, embora não de maneira mais fácil, a partir da realidade da América Latina, pois Deus apresenta-se de maneira parcial em relação aos pobres que podem dizer com propriedade que “Deus é nosso”. Na América Latina, Deus aparece crucificado pelos opressores junto com os pobres, como máxima manifestação de sua solidariedade e como máxima autenticação de sua credibilidade. Na sequência da Introdução, passa a descrever o Princípio Misericórdia e explica que foi este o motivo que o leva a ajudar a descer da cruz povos inteiros crucificados.

Na primeira parte do livro, busca-se mostrar o que é essencial na misericórdia e a necessidade de que ela configure toda a missão e a atividade teológica da Igreja¹⁴. Consta de dois capítulos: o primeiro denomina-se “A Igreja samaritana e o Princípio Misericórdia”, onde mostra que a misericórdia é o que mais faz a Igreja se parecer com Jesus, e que ela precisa, para ser notada como pertencente a Cristo, tê-la presente em todas as suas dimensões e atividades, especialmente em relação aos mais sofridos deste mundo; e o segundo capítulo desta parte denomina-se “Teologia num mundo sofredor: a Teologia da Libertação como *intellectus amoris*”, onde o autor argumenta sobre a necessidade de que a teologia se deixe interpelar pela realidade, especialmente a mais urgente, que é a realidade sofredora dos pobres do Terceiro Mundo, e indica a Teologia da Libertação como a mais adequada, pois está baseada na misericórdia que conduz a uma práxis em favor do Reino.

A segunda parte analisa a realidade sofrida do Terceiro Mundo que oferece salvação, perdão e graça, mas perante a qual é necessário reagir. Consta de quatro capítulos¹⁵: o primeiro deles denomina-se “Os povos crucificados: atual Servo sofredor de Javé”, onde o autor traça um paralelo entre o Cristo crucificado e os povos sofredores; o segundo denomina-se “América Latina, lugar de pecado, lugar de perdão” e realça o grande pecado estrutural que oprime os pobres e que deve ser perdoado erradicando-se. Os pobres ao perdoarem se fortalecem e algumas vezes convertem seus verdugos; já o terceiro capítulo intitula-se “Quinto centenário: pecado estrutural e graça estrutural: reflexões para a Europa desde a América Latina” onde o autor lembra o massacre realizado pelos colonizadores aos povos nativos da América e sua continuação histórica até os dias atuais. A realidade do Terceiro Mundo desmascara o projeto de civilização que o Primeiro quer implantar, pois os valores deste levam à continuidade das injustiças, enquanto os valores daqueles podem converter e humanizar; o último capítulo desta parte chama-se “Pecado pessoal, perdão e libertação”, onde o autor propõe o perdão do pecado pessoal através de uma mistagogia libertadora tendo em vista a libertação.

¹⁴ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 7.

¹⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 7.

A última parte trata de duas manifestações da misericórdia: a solidariedade e a realidade sacerdotal¹⁶ e consta de três capítulos: o primeiro deles intitula-se “Determinação da realidade sacerdotal: o serviço à aproximação salvífica de Deus aos homens” onde o autor busca situar o sacerdócio teológica e cristologicamente, descolando-o das visões pagãs e mostrando como existe serviço sacerdotal na América Latina, porquanto a misericórdia colabora na aproximação de Deus aos homens através da acolhida; já o segundo capítulo denomina-se “Carregai-vos mutuamente: análise teológica da solidariedade cristã”, no qual o autor, partindo deste imperativo de Gl 6,2, mostra que a solidariedade das igrejas locais com os pobres fomenta uma solidariedade entre elas, inclusive no âmbito ecumênico, e essa solidariedade renova-as também na perspectiva da fé; o último capítulo desta terceira parte tem como título “A herança dos mártires de El Salvador” e nele o autor ressalta os mártires jesuítas da Universidade Centro Americana que se encarnaram na realidade oprimida e com misericórdia se dedicaram a defender a verdade na luta pela libertação dos pobres até o ponto de derramar o sangue, fazendo com que a mensagem libertadora ressoasse eficazmente pelo mundo.

Por fim, como epílogo, o autor oferece uma carta póstuma a seu irmão Ignacio Ellacuría, com quem compartilhou a missão jesuítica e o trabalho intelectual em El Salvador. Ele foi assassinado no dia 16 de novembro de 1989, juntamente com outros cinco jesuítas e duas mulheres na Universidade Centro-Americana. Nesta carta, Sobrino destaca a inteligência, a criatividade e a fé de seu amigo, as quais lhe levaram a estar ao lado dos pobres e sofredores até o martírio.

2.2 A MISERICÓRDIA NA OBRA

A misericórdia nesta obra é vista desde o lugar de fala¹⁷ do autor que é a realidade sofrida e cruelmente oprimida de El Salvador. Para Sobrino, a misericórdia é entendida a partir da ação de Deus, que, escutando o clamor do povo sofrido e escravizado, se moveu de compaixão e desceu para libertá-lo¹⁸; ou ainda desde o ensinamento de Jesus na parábola do samaritano, que sentindo compaixão deixou tudo para levantar seu próximo caído nas mãos de salteadores¹⁹. A misericórdia é a realidade que define o verdadeiro ser humano de acordo com a concepção divina original²⁰. A misericórdia, portanto, não é mero sentimentalismo, mas,

¹⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 7-8.

¹⁷ Cf. RIBEIRO, D. *O lugar de fala*, p. 54-79.

¹⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 32-34.

¹⁹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 34-37.

²⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 34.

especialmente no Terceiro Mundo, é a reação solidária para com os povos crucificados, buscando descê-los da cruz em que estão pregados²¹. A misericórdia, enquanto aprendida com o próprio Deus, é a motivação fundamental da busca de libertação e não uma ideologia humana, como muitas vezes é dito contra os cristãos solidários para com os pobres oprimidos²². A misericórdia, neste sentido, não é suficiente diante das realidades sofridas, mas é absolutamente necessária²³.

Para melhor entender a misericórdia segundo Sobrino e suas consequências teóricas e práticas, analisar-se-á o conteúdo do livro sob três perspectivas claramente notáveis na obra, a saber: conversão, libertação e perdão. Importante ressaltar que as ideias a seguir contidas neste capítulo pertencem a Jon Sobrino e não ao autor da dissertação, pois o objetivo desta seção é exatamente a mera exposição dos pensamentos contidos no livro, contendo, no máximo, referências a autores que com ele dialogam.

2.2.1 Misericórdia e conversão

A misericórdia faz o ser humano ver a realidade com novos olhos que desvelam o mundo de injustiça oculto pelo pecado²⁴. Por isso, Sobrino repete²⁵ na obra a afirmação de Paulo sobre a manifestação da ira de Deus contra os homens que mantêm a verdade prisioneira da injustiça (cf. Rm 1,18) no sentido de encobrir e não querer ver a grande opressão injustamente causada ao povo pobre. A misericórdia, como uma graça, transforma o olhar humano que passa a ver, corajosamente, o sofrimento e a esforçar-se por extirpá-lo. Estes olhos novos curados pela misericórdia enxergam o ser humano como ele realmente é, e não com o estereótipo criado pela mentalidade hegemônica que propugna o ideal de ser humano como aquele apresentado no mundo ocidental²⁶ e que vive sob as benesses a custo da pobreza de bilhões de pessoas do Terceiro Mundo.

A misericórdia faz também ver a verdade de Deus com novos olhos e perceber que a bondade divina se manifesta na sua parcialidade em favor dos que são privados de vida e identificando-se com as vítimas²⁷. A misericórdia percebe, nestas situações, que Deus está crucificado e é vítima dos verdugos. Esta sua aparente impotência é a máxima manifestação da

²¹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 47-75.

²² Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 27-28.

²³ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 8.

²⁴ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 16-19.

²⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 16 e 144.

²⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 20.

²⁷ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 23.

sua solidariedade para com as vítimas²⁸. Neste sentido o autor se coloca em desacordo com a concepção da crucifixão de Cristo como morte de expiação vicária²⁹, pois para ele a salvação que Jesus traz na cruz brota da sua atitude solidária, da sua proximidade concreta para com os pobres e pecadores, que contemplando-O se animam e recobram a esperança para lutar contra o pecado estrutural e se libertar de suas consequências.

Deus na sua misericórdia, portanto, está a favor dos pobres e oprimidos e luta contra os ídolos que querem tirar a vida do seu povo. Estes ídolos, de quem Deus quer salvar seu povo, são o capital, a segurança nacional, os torturadores, os assassinos³⁰. Portanto, crer em Deus é deixar de crer nos ídolos e lutar contra eles. Em El Salvador não basta afirmar que é crente, é necessário dizer também em qual deus não crê e contra quais ídolos combate. Sem esta resposta pode haver ao mesmo tempo crença e idolatria³¹. Positivamente, ter fé em Deus é fazer sua vontade, seguir Jesus pela causa do Reino de Deus, chegando muitas vezes ao martírio. Todos esses ensinamentos sobre Deus e seu apelo de conversão são aprendidos através da misericórdia divina.

O autor de maneira surpreendente parece conceber a misericórdia como uma virtude infusa³², que é dada gratuitamente através do contato com um canal da graça, que é o mundo dos pobres, e que leva à conversão, pois a misericórdia se origina muitas vezes no coração humano através do contato “mistagógico” com a realidade dos pobres. Seu paralelismo com o efeito que os sacramentos produzem na alma de um cristão é evidente³³. O cristão necessita dos sacramentos para ter contato com a ação gratuita de Deus³⁴ e necessita também do contato com o sofrimento dos pobres para ter a graça da misericórdia. Esta irrupção dos pobres no meio do mundo é vista como uma graça inesperada, como a irrupção do Servo Sofredor de Javé, pois principia no coração humano a compaixão e as atitudes de misericórdia para com as vítimas da injustiça³⁵.

²⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 24.

²⁹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 90, 143.

³⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 24.

³¹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 25.

³² Cf. MARIN, A. *Teologia de la perfección cristiana*, p. 128-139.

³³ Cf. CATECISMO, n. 1127-1129.

³⁴ Cf. CASTILLO, José Maria. *Sacramentos*, p. 496.

³⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 78-80.

2.2.2 A misericórdia como princípio de libertação

Sobrino preocupa-se com a má interpretação da misericórdia, que leva à concepções insuficientes e até perigosas, como o sentimento de compaixão sem a correspondente práxis para libertar os sofridos; ou como obras de misericórdia sem a análise das causas que levam ao sofrimento; ou ainda como o alívio dos sofrimentos individuais ou o paternalismo abandonando a transformação das estruturas³⁶. Por isso, inspirado na obra do autor Ernest Bloch, *Princípio Esperança*³⁷, chega ao título da presente obra, *Princípio Misericórdia*, fazendo um paralelismo com o princípio esperança onde afirma que para a libertação dos pobres oprimidos não bastam iniciativas eventuais misericordiosas, mas um processo que tenha como princípio, meio e fim a misericórdia³⁸. Com efeito, segundo esse princípio, a única reação ante os crucificados do mundo é o exercício consequente da misericórdia, ou seja, uma estrutura fundamental que reaja ante as vítimas deste mundo³⁹. É necessário interiorizar o sofrimento alheio e reagir, não para cumprir um mandamento simplesmente, mas movido pela compaixão, como o bom samaritano da parábola. A misericórdia, portanto, não é somente uma atitude fundamental que está ou não está no início de todo processo humano, mas é um princípio que configura todo o processo posterior⁴⁰.

Para concretizar a misericórdia, segundo esse princípio, o autor destaca alguns pontos importantes com a finalidade de entendê-la consequentemente. O primeiro é a necessidade de historicizar a misericórdia de acordo com o ferido encontrado no caminho, isto é, não se concentrar apenas nos indivíduos, mas, antes ainda, nos sofrimentos causados a povos inteiros, pois são milhões de crucificados, e é preciso empenhar-se completamente por “descê-los da cruz”. O segundo ponto é o fato de que se uma misericórdia se torna justiça para os povos oprimidos, ela necessariamente é perseguida pelos poderosos opressores, e, portanto, necessita de fortaleza até o martírio. Com efeito, o mundo da antimisericórdia tolera obras de misericórdia, mas não o princípio misericórdia, pois este desmascara os salteadores que oprimem o povo ferido. Quando a Igreja não é perseguida é sinal de que ela se move apenas pelas obras de misericórdia; quando é perseguida é sinal de que se move também pelo princípio

³⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 32.

³⁷ Cf. BLOCH, E. *O Princípio Esperança*, p. 17.

³⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 8.

³⁹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 36-43.

⁴⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 26.

misericórdia. Esta perseguição pode levar a ser chamado de samaritano⁴¹, pode levar a perder tudo no mundo da antimisericórdia, mas na verdade não se perde nada, quando não se perde a misericórdia e a fé que a motiva. O terceiro está na esteira deste segundo, ou seja, a necessidade de antepor a misericórdia a qualquer outra coisa, pois ela urge a arriscar tudo, inclusive a vida e o institucional, porque ela é o primeiro e o último de todo o processo. O quarto e último ponto é o fato de que, neste processo, o exercício da misericórdia dá a medida da liberdade e não o contrário, pois Jesus transgrediu a lei do Templo e do Sábado por misericórdia e não por ser liberal⁴². A misericórdia, com efeito, foi o princípio que configurou todas as dimensões da vida de Jesus⁴³.

Para o autor a misericórdia precisa de uma ordem. Com efeito, existem muitos sofrimentos no mundo, mas não possuem todos a mesma importância, tamanho e urgência⁴⁴. Não se pode cair na universalização dos sofrimentos, como se fossem todos iguais. A pobreza é o maior sofrimento quantitativamente, levando à morte e à indignidade grande parte da humanidade. Esta é a grande ferida mundial. Quando se trata das feridas regionais, mas não se cuida da ferida mundial, não se está movendo pelo princípio misericórdia⁴⁵. As feridas locais devem ser atendidas, tanto as espirituais como as físicas, mas sem esquecer a maior ferida. Na teologia, o autor chama esta ferida mundial de “o fato maior para a teologia”⁴⁶. E a misericórdia deve agir de acordo com essa ordem de prioridades.

Sobrino afirma que a misericórdia, quando é tomada como princípio, faz com que tudo no processo seja regido por ela. A vida de oração passa a ser animada pela certeza da misericórdia divina, bem como a luta pela libertação, o trabalho, a liturgia, tudo enfim, é pautado por ela, inclusive a atividade teológica⁴⁷. Esta, ao ser movida pela misericórdia, necessariamente se deixa interpelar pela realidade do sofrimento dos pobres e percebe nele, como já foi dito, o fato maior do mundo atual devido à sua extensão. E ao se debruçar sobre a realidade sofridora e partindo dela, sua pré-compreensão das Escrituras e da própria realidade, muda notavelmente, pois a compaixão rege toda a interpretação⁴⁸. Como a misericórdia tem uma dimensão prática que busca o alívio do sofrimento alheio, a teologia, interpelada pela

⁴¹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 43-44. O autor faz um paralelo com o termo “samaritano” e os termos “comunistas” ou “subversivos”. O primeiro tinha conotação negativa no tempo e na sociedade de Jesus. Os segundos termos acabaram por ter conotação negativa na época atual e particularmente no ambiente eclesial.

⁴² Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 26-27.

⁴³ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 37.

⁴⁴ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 40.

⁴⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 41.

⁴⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 49-56.

⁴⁷ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 66-67.

⁴⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 63.

misericórdia, deve também ter como objetivo a práxis que leve a extirpar a injustiça e implantar o Reino de Deus⁴⁹. Este é o percurso que a misericórdia delineou para a Teologia, fazendo-a se chamar além de *intellectus fidei*, também, e com mais propriedade, de *intellectus misericordiae* ou *intellectus amoris*⁵⁰. A misericórdia, portanto, fez com que a Teologia sofresse uma verdadeira conversão. A teologia que melhor responde a esse apelo da misericórdia é a Teologia da Libertação⁵¹.

Sobrino ajuda a entender outro aspecto da misericórdia como libertação ao lembrar que ela se manifesta em Deus especialmente quando Ele se identifica com o povo crucificado do Terceiro Mundo. O povo sofredor é identificado com o Servo Sofredor de Javé do profeta Isaías e, portanto, com o próprio Cristo crucificado⁵². Importante ressaltar que essa ideia Sobrino recolhe da eclesiologia de Ellacuría⁵³. Essa identificação de Cristo com os pobres e sua proximidade para com eles é um sinal evidente de sua misericórdia. Além dessa misericórdia manifestada por Deus como de uma fonte originária, o autor evidencia a misericórdia haurida desse outro servo sofredor que é o povo oprimido. Os pobres, com efeito, expandem sua misericórdia para com todos aqueles que os oprimem de diversas maneiras: em primeiro lugar dando-lhes a oportunidade de reconhecerem a verdade sobre seu sofrimento, ou seja, que é resultado da maldade de seus verdugos⁵⁴; depois oferecendo-lhes o perdão aos seus algozes⁵⁵; e por fim, permitindo-lhes participar dos valores que carregam consigo, muitos dos quais são encontrados somente neles, a saber: solidariedade, simplicidade, serviço, disponibilidade para acolher o dom de Deus, vida de comunidade, esperança contra toda desesperança, amor que perdoa quem os massacra, partilha da fé viva na penumbra da existência⁵⁶.

Sobrino incluiu neste livro uma conferência sua realizada na Inglaterra em 1992, na qual tratara dos quinhentos anos de colonização da América⁵⁷. Seu conteúdo deixa entrever mais uma faceta da misericórdia na visão do autor. Trata-se da denúncia das injustiças como forma de misericórdia. A misericórdia leva a evidenciar os erros de ontem e de hoje causados pela Europa em relação à América oprimindo e devastando os povos locais. Com a denúncia, faz-se a ação misericordiosa de defender os oprimidos por um lado, e por outro, busca-se misericordiosamente mudar o opressor da sua desumanidade para uma verdadeira humanidade.

⁴⁹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 67-75.

⁵⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 74.

⁵¹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 47-80.

⁵² Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 86-90.

⁵³ Cf. PITTL, S. *O povo crucificado como sujeito da história*, p. 130-132.

⁵⁴ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 91.

⁵⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 104.

⁵⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 92-94.

⁵⁷ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 113-132.

A solidariedade primigênia pode levar à solidariedade no âmbito da fé⁵⁸. Com efeito, quando ela é praticada com os pobres as relações entre as pessoas que os ajudam crescem e se intensificam. Começando pela ajuda aos pobres naquilo que é básico para a vida, aqueles que os ajudam crescem na amizade com os pobres e entre eles mesmo. Assim recebem dos pobres sua fé, e se enriquecem mutuamente na fé aqueles que se unem buscando ajudar os pobres no mais emergencial. Portanto, a misericórdia para com os pobres leva ao crescimento na fé.

Outro aspecto da misericórdia enquanto libertação trazida por Sobrino é sua encarnação na realidade sofrida⁵⁹. A encarnação, no entanto, não pode ser um meio de se usar da realidade para uma promoção pessoal⁶⁰, mas, muito pelo contrário, de colocar todos seus talentos a favor dos sofridos⁶¹, mesmo a própria vida⁶², movidos pela fé⁶³, buscando sua libertação integral.

2.2.3 A misericórdia como perdão

O autor esclarece um pouco mais sobre a misericórdia ao explicar a sua principal faceta que é o perdão. Para que haja perdão é necessário, evidentemente, que haja pecado e consciência de se ter pecado. Essa consciência, segundo Sobrino, está adormecida hoje devido a vários motivos. Um deles é o avanço das ciências como a psicologia, que tende a diluir a culpa, ou as ciências sociais, que centram a culpa nas estruturas sociais. Outro motivo é a noção de gratuidade do perdão, valor de difícil aceitação especialmente nos ambientes onde a fé é mais ligada à práxis ou naqueles ambientes do Primeiro Mundo onde todas as conquistas são vistas como mérito próprio e não como dom. No Terceiro Mundo ainda se pode elencar um outro motivo que é a desproporção entre o pecado estrutural que a vítima padece e o pecado pessoal que ela comete, dando a impressão de que o pecado pessoal é insignificante⁶⁴. Sem o pecado e a ofensa não se pode falar em perdão. Neste sentido, o pecado pode ser visto como o acicate da misericórdia.

No contexto de violência e de sofrimento que atinge os pobres do Terceiro Mundo, o perdão deve se dirigir ao pecador⁶⁵ e ao pecado⁶⁶. Não se deve esquecer que o pecado mais importante a ser perdoado no Terceiro Mundo é o pecado estrutural, pois traz a morte de

⁵⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 211-248.

⁵⁹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 250-252.

⁶⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 252-254.

⁶¹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 254-257.

⁶² Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 257-258.

⁶³ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 258-261.

⁶⁴ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 134-139.

⁶⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 103.

⁶⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 99.

maneira constante e abundante aos pobres. Embora o pecado estrutural seja fruto também dos pecados pessoais, ele deve ser perdoado com mais urgência devido à sua agudeza e extensão. A maneira de perdoar o pecado estrutural é denunciando-o, erradicando-o, destruindo-o⁶⁷. O perdão, para Sobrino, é uma forma concreta de viver a misericórdia. Essa forma de perdão pode ser comparada com o pensamento de Hannah Arendt, que o concebe como uma promessa para o futuro. Para ela, o perdão desvincula a cadeia das reações provocadas pelo fato ofensivo original, permitindo pensar num futuro político reconciliado⁶⁸. Contudo, não se pode esquecer que a própria Arendt diferenciava ofensa de crime, e que o perdão se destina ao primeiro.

É preciso perdoar também o pecador. Os pecadores são os ídolos do capital e da segurança nacional que possuem seus agentes como os torturadores e os assassinos⁶⁹. É preciso perdoar ao pecador assim como se perdoa a realidade, com amor gratuito, com o desejo de reabilitá-lo, e com a intenção de se chegar a estar em comunhão⁷⁰. Esse perdão é um verdadeiro milagre, pois sua fonte é a fé no Deus amor⁷¹. Pode acontecer que o perdão não seja aceito e a conversão não ocorra. Neste caso, necessita-se a fortaleza e a coragem da misericórdia para resistir ao mau e defender as vítimas.

Quando a misericórdia trata do perdão na realidade de morte deflagrada pela violência e pela pobreza se estabelece uma complexidade. Por um lado, é necessário perdoar o pecado da realidade, mudando-a, e perdoar o pecador, terminando com ele enquanto opressor, mantendo assim a tensão entre amor e destruição⁷². E por outro lado, é necessário que a misericórdia se mantenha na vida ordinária, numa esfera menor, através do perdão à nível pessoal. Como, pois, relacionar o perdão à nível estrutural e à nível pessoal?

Para responder essa questão deve-se lembrar que o perdão ao pecado estrutural é buscado na América Latina sobretudo pelos movimentos de libertação. No entanto, seus membros, por sua vez, sofrem as limitações inerentes à condição humana e precisam viver o perdão não só para com os pecadores que os perseguem, mas também uns para com os outros. Esta é a condição para que se mantenham naquela inspiração misericordiosa das origens das lutas, e não caiam, eles também, naqueles contravalores que combatem nos opressores, a saber, o autoritarismo, o dogmatismo, o machismo, a dominação etc.⁷³. Assim, o perdão pessoal ajuda

⁶⁷ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 101.

⁶⁸ ARENDT, H. *A condição humana*, p. 297.

⁶⁹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 103. Não se deve esquecer neste ponto o diálogo entre Teologia da Libertação e a ciência econômica buscado, entre outros, pelo autor *Jung Mo Sung* na obra *Teologia e Economia*.

⁷⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 105.

⁷¹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 106.

⁷² Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 107.

⁷³ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 108-110.

o agente a se manter com força na luta pelo perdão estrutural enquanto o perdão estrutural ajuda a perceber as ramificações da *hybris* nos relacionamentos pessoais, os quais também precisam de perdão.

Ao tratar do perdão dos pecados, Sobrino introduz uma nova maneira de se ter acesso a ele, ou seja, através da mistagogia da acolhida. A mistagogia da acolhida é utilizada por Deus para perdoar e salvar os pecadores. Trata-se da aproximação de Deus para com os pecadores e da sua presença no meio deles. Esta convivência divina com os pecadores o leva a oferecer-lhes o perdão-acolhida. O perdão-acolhida é mais do que o simples perdão-absolvição⁷⁴, embora o inclua. No perdão-acolhida, Deus se aproxima do pecador e o acolhe na realidade do seu pecado, fazendo-o experimentar sua misericórdia que o transforma, por sua vez, numa pessoa misericordiosa para com os demais. Com efeito, Cristo na cruz se fez pecador e pecador para mostrar sua proximidade e acolhida aos pecadores, levando o ser humano a ter consciência de sua verdade de pecador e de salvado. Esta mistagogia, para Sobrino, deve ser realizada também a nível de pecado estrutural, pois o sentimento da proximidade de Deus pode levar os opressores a reconhecerem o pecado do mundo e a ajudarem a descer os crucificados da cruz.

Sobrino trata ainda da realidade que proporciona o perdão, ou seja, a realidade sacerdotal. Explica-a sob a perspectiva teológica e cristológica, buscando afastar-se das concepções pagãs do sacerdócio que o concebem como mediação humana sagrada necessária para acessar o divino. Na perspectiva teológica cristã e cristológica, diferentemente da concepção pagã, o sacerdócio é entendido como a realidade que manifesta a proximidade de Deus⁷⁵. Com efeito, Cristo se mostra sacerdote na encarnação quando aproxima Deus da humanidade e na cruz quando mostra compaixão pelo sofrimento humano. Sacerdócio na perspectiva cristã, portanto, é aproximação de Deus da realidade humana. Neste sentido não se pode reduzir o sacerdote ao mero administrador do sacramento e da absolvição. No entanto, é propriamente sacerdote e, portanto, instrumento da misericórdia, todo aquele que facilita a manifestação da proximidade divina. Na América Latina sofredora, existem instrumentos que manifestam o acercamento de Deus, portanto pode-se dizer que na América Latina está presente a realidade sacerdotal.

⁷⁴ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 143.

⁷⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 170-203.

3 A MISERICÓRDIA NA OBRA *A MISERICÓRDIA: CONDIÇÃO FUNDAMENTAL DO EVANGELHO E CHAVE DA VIDA CRISTÃ*, DE WALTER KASPER

Da mesma forma que na obra de Sobrino, analisada acima, nesta seção se apresentará a estrutura da obra de Walter Kasper e logo após se exporá o tema da misericórdia sob diferentes perspectivas: bíblica, teológica e ética.

3.1 ESTRUTURA DA OBRA

A obra está dividida em nove capítulos, que podem ser divididos da seguinte forma: o primeiro contextualiza o tema; o segundo, o terceiro e o quarto o fundamentam; o quinto desenvolve-o propriamente, podendo ser considerado o coração do livro; o sexto, o sétimo e o oitavo procuram tirar consequências práticas e o nono recapitula todo o livro numa perspectiva mariológica. Poder-se-ia enquadrar essa estrutura da obra no tradicional quadro metodológico do ver-julgar-agir.

O primeiro capítulo denomina-se “A misericórdia – um tema atual, mas esquecido”⁷⁶. Este capítulo pode ser considerado como o contextualizador do tema na obra e, portanto, como o momento “ver” da obra no método ver-julgar-agir. Neste capítulo Kasper mostra a oposição e os obstáculos que a misericórdia enfrenta no mundo de hoje, e, paralelamente, a necessidade e o clamor que se levanta em seu favor.

O texto entre o segundo e o quinto capítulo⁷⁷ pode ser considerado como outra seção de capítulos que fundamentam e desenvolvem o tema da misericórdia, e, portanto, pode ser considerado o momento “julgar” do referido método. O segundo capítulo denomina-se “Abordagens” e desenvolve o tema da misericórdia na história da filosofia e nas doutrinas das diversas religiões, destacando a regra de ouro como elemento comum de todas elas. O terceiro capítulo chama-se “A mensagem do Antigo Testamento” e procura mostrar que a imagem de Deus transmitida pela Primeira Aliança é a de um Deus misericordioso e próximo, desfazendo a imagem de um Deus justiceiro, rigoroso e pouco amoroso. O quarto capítulo, que se chama “A mensagem messiânica da misericórdia divina”, procura apresentar Jesus Cristo como a imagem da misericórdia do Pai que leva à plenitude a promessa de misericórdia encontrada no Antigo Testamento, especialmente através da entrega misericordiosa de sua vida em favor de toda a humanidade. O quinto capítulo, que pode ser considerado o mais importante da obra,

⁷⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 11-34.

⁷⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 35-164.

procura tratar sistematicamente de temas teológicos que se relacionam com a misericórdia, a saber: os atributos de Deus, a Trindade, a salvação escatológica, a humanidade de Cristo, o sofrimento de Deus e o sofrimento dos inocentes.

O sexto capítulo abre um outro conjunto de capítulos que poderia ser chamado de momento “agir” do método já referido, pois trata da misericórdia humana vivida à nível pessoal, eclesial e social. Esta suposta⁷⁸ seção vai até o capítulo oitavo⁷⁹. O capítulo sexto chama-se “Bem-aventurados os misericordiosos” e trata da misericórdia assumida pelo cristão como participação na vida divina, a qual deve ser consistente e vivida vicariamente em relação a todos, sobretudo no perdão aos inimigos e na ajuda aos pobres. O capítulo sétimo denomina-se “A Igreja sujeita à medida da misericórdia” e apresenta a Igreja como sacramento da misericórdia divina e que, por isso, deve cuidar para que sua pregação, o próprio sacramento da misericórdia – a confissão ou reconciliação –, o direito canônico e toda sua prática reflitam a misericórdia com que Deus a agracia e que tem como destinatário o mundo todo. Já o capítulo oitavo intitula-se “Para uma cultura da misericórdia” e propugna a misericórdia como motor propulsor do desenvolvimento da sociedade e resposta para os grandes questionamentos sobre Deus no mundo de hoje.

Por fim, o capítulo nove⁸⁰ dedica-se à misericórdia numa perspectiva mariológica e faz uma recapitulação de toda a obra, apresentando Maria como arquétipo da misericórdia divina nos múltiplos aspectos teológicos da Mãe de Jesus.

3.2 A MISERICÓRDIA NA OBRA

O livro é fruto de uma palestra sobre a misericórdia que seria realizada durante os Exercícios Espirituais, que embora não acontecendo, acabou por despertar no autor interesse pelo aprofundamento teológico do tema⁸¹. As pesquisas ulteriores que daí foram inspiradas, levaram-no à investigação sobre Deus e seus atributos e sua relação com a existência cristã. Nestes estudos percebeu que a misericórdia é fundamental em toda a Revelação e na prática da vida cristã, e, no entanto, acabou, com o passar do tempo, sendo relegada a um tema marginal e suplementar na teologia sistemática⁸².

⁷⁸ Suposta porque o autor não a faz, mas é percebida claramente na leitura da obra.

⁷⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 165-248.

⁸⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 249-262.

⁸¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 9.

⁸² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 22.

Considerando a estrutura da obra apresentada acima, expor-se-á o tema da misericórdia desenvolvido por Kasper sob o enfoque da revelação bíblica, da teologia e, por fim, da prática pessoal, eclesial e social. Da mesma forma que ocorreu com a exposição da obra de Jon Sobrino acima, não se fará uma análise ou diálogo com o teólogo alemão, mas apenas uma exposição breve do conteúdo no que se refere à misericórdia, respeitando, inclusive a ordem sequencial autoral dos temas. Importante ressaltar ainda que, como ocorreu com a exposição da obra de Sobrino, as ideias a seguir contidas neste capítulo pertencem a Walter Kasper e não ao autor da dissertação, pois o objetivo deste capítulo é exatamente a mera exposição dos pensamentos contidos no livro, podendo ser exposto, no máximo, referências a autores que com ele dialogam.

3.2.1 A misericórdia na Revelação bíblica

Conforme a tradição cristã, a Revelação na Escritura se dá no Antigo e Novo Testamento, e é nesse duplo enfoque que se apresentará a misericórdia bíblica nesta seção.

3.2.1.1 Antigo Testamento

Uma leitura superficial da Bíblia pode levar a conclusão de que Deus, no Antigo Testamento, é desprovido de uma grande misericórdia. No entanto, debruçando-se no desenvolvimento da exegese bíblica, pode-se sustentar exatamente o contrário⁸³. Com efeito, a literatura do Antigo Testamento é rica em referências à misericórdia divina. Vários salmos louvam a misericórdia de Deus, enquanto outros são um pedido fervoroso à sua compaixão⁸⁴; em toda sua extensão, Javé é apresentado como misericordioso, protetor do seu povo. Diante do pecado, Deus não abandona Seu povo, mas o ajuda misericordiosamente. As vocações de Noé e de Abraão evidenciam que Deus não quer a morte da humanidade, mas sua salvação⁸⁵.

Em todo o Antigo Testamento a misericórdia de Deus expressa sua opção pela vida. A libertação do Egito faz com que a mensagem da misericórdia divina seja de proteção especial aos pobres e débeis⁸⁶. Vários textos remetem ao ano sabático, ao ano jubilar, ao cuidado com as viúvas, os órfãos e os estrangeiros, além da defesa dos pobres feita pelos profetas. Para Kasper, portanto, é possível falar de uma opção preferencial pelos pobres, que não pode, porém,

⁸³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 60.

⁸⁴ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 78.

⁸⁵ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 62-64.

⁸⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 76.

ser confundida com um projeto humano, mas trata-se antes da vontade de Deus para a vida das pessoas e de Sua promessa escatológica.

A misericórdia de Deus no Antigo Testamento está ligada à Sua santidade, pois, através dela, Deus mostra que é radicalmente superior e diferente em relação a tudo ao que se refere à criação e principalmente em relação ao mal⁸⁷. Em virtude da sua santidade, Deus não pode deixar de se opor ao mal. Essa oposição ao mal na Bíblia é chamada de ira divina⁸⁸. Para Kasper, portanto, a mensagem da misericórdia não é a mensagem de uma graça barata⁸⁹, mas coaduna com a concepção de ira divina e não está em contradição com a mensagem da justiça, pois a justiça em Deus é realizada através de Sua misericórdia e como a resposta humana a essa misericórdia. Com efeito, a justiça de Deus é criadora e não está com as suas mãos atadas por um direito alheio e superior a Ele. A liberdade de Deus não é uma liberdade arbitrária ou espontânea, mas é uma expressão da sua própria fidelidade⁹⁰, pois Deus na sua absoluta liberdade é, ao mesmo tempo, absolutamente fiável.

3.2.1.2 *Novo Testamento*

A vinda de Jesus Cristo ao mundo reflete a misericórdia de Deus. Sua chegada é o sinal do Reino que expulsa os poderes que destroem a vida dos seres humanos. A virgindade de Maria e a concepção milagrosa de Isabel mostram que a chegada do Messias deita por terra as categorias humanas, pois os poderosos são derrubados de seus tronos e os humildes são exaltados. Jesus mostra a solicitude pelos miseráveis e pobres como a quinta-essência da sua missão messiânica⁹¹. Para Kasper, no entanto, os pobres, a que se refere o Evangelho, não são designados somente sob o ponto de vista econômico e social, mas são também todos aqueles que têm o coração dilacerado pelo pecado e pelo sofrimento.

Para o Evangelho de Lucas a perfeição divina consiste na sua misericórdia⁹², por isso o autor do terceiro sinótico aprofunda o tema da misericórdia divina através das parábolas. Na parábola do Bom Samaritano, Jesus ensina que a misericórdia deve se dirigir a qualquer pessoa que, de qualquer maneira, se apresente necessitada de ajuda. A parábola do Filho Pródigo é uma resposta de Jesus às murmurações dos fariseus em relação a sua proximidade com os

⁸⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 70.

⁸⁸ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 72-73.

⁸⁹ Cf. BONHOEFFER, D. *Discipulado*, p. 9-19.

⁹⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 73-74.

⁹¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 87.

⁹² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 90.

pecadores. Nessa parábola, Jesus afirma que seu procedimento para com eles é idêntico ao do Pai, ou seja, os pecados dos filhos não conseguem fazer com que o Pai deixe de ser Pai e nem que os filhos deixem de ser filhos. A misericórdia do Pai ultrapassa toda a medida esperada e não se orienta pela justa distribuição de bens materiais, mas pela dignidade filial. Esse é o critério do amor divino segundo essa parábola.

A misericórdia divina resplandece na Cruz. Nela, evidencia-se a vitória sobre o pecado e a morte⁹³. Com efeito, Jesus morreu na Cruz e assim libertou a humanidade de qualquer necessidade da autojustificação. A justiça que Jesus alcançou na Cruz é uma justiça justificadora e não condenadora ou castigadora, é uma justiça que conduz a uma liberdade em relação à lei, ao pecado e à angustiante e nunca lograda autojustificação por meio do êxito. Nesta justificação alcançada por Cristo na cruz, ocorre um esvaziamento de Deus, que se fecha sobre si mesmo⁹⁴ para não recorrer à sua justiça e, submetendo-se à força da morte, paradoxalmente vence-a⁹⁵. Com esta vitória enche o ser humano de esperança e liberdade. Essa liberdade, no entanto, não é arbitrária, mas é uma liberdade em direção a Deus e aos outros.

3.2.2 A misericórdia na Teologia

Os temas de teologia tratados a seguir, sob o enfoque da misericórdia, são os principais encontrados nesta obra de Kasper e que se relacionam com a misericórdia, a saber: Trindade, humanidade de Cristo, sofrimento de Deus, morte vicária de Cristo, salvação e sofrimento dos inocentes.

3.2.2.1 A misericórdia no Deus uno e trino

Segundo Kasper, a tradução do nome de Deus, de acordo com os últimos estudos exegéticos, pode ajudar a recolocar a misericórdia no seu lugar original. Ao revelar seu nome a Moisés, Deus se designa através do tetragrama YHWH, que possui várias traduções. Uma delas é “Eu serei aquele que serei” que realça Sua transcendência⁹⁶. A tradução mais usada, no entanto, na história ocidental é “Eu sou aquele que é”, que conseguiu fazer com que a fé judaica

⁹³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 100.

⁹⁴ A expressão “fechar-se sobre si mesmo” no texto tem uma conotação antagônica àquela usada vulgarmente e que denota egoísmo. Para Kasper representa a atitude de Deus de preferir sofrer Ele mesmo antes do que dar vazão à sua justa cólera contra a humanidade.

⁹⁵ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 104.

⁹⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 66.

no Deus uno fosse aceita e compreendida pela cultura helênica e assim convencer os gentios que a fé bíblica é racional⁹⁷. Os estudos exegéticos mais recentes, no entanto, atestam que a tradução mais adequada para o tetragrama é “Eu sou aquele que está lá”. Com essa designação, o nome de Deus, mais do que expressar o “Ser por excelência”, revela que Ele está próximo do seu povo, em meio as dificuldades da vida⁹⁸. Assim o ser de Deus é concebido como existência concreta que age com misericórdia em relação à humanidade. Agostinho e depois Boaventura chegaram mais perto desta tradução ao propugnar o nome de Deus como “Aquele que é o Bom”, conforme o trecho do jovem rico do Evangelho. Essa definição não renuncia à compreensão filosófica de Deus, mas a precisa com mais detalhes a partir de um novo ponto de vista teológico.

A misericórdia não pode ser vista como um mero atributo de Deus, mas como Sua própria essência, ou se se desejar, o Seu principal atributo⁹⁹. Como consequência, a misericórdia não pode ser vista como um aspecto da justiça divina, antes pelo contrário, a justiça é que deve ser entendida a partir da misericórdia de Deus. Deus é justo, soberano e todo-poderoso precisamente na medida em que não tem necessidade de seguir uma lei acima d’Ele mesmo, podendo ir contra a Sua justiça para não dar vazão à sua ira e, assim, perdoar. Sua misericórdia é a sua justiça. Ele manifesta sua onipotência sobretudo na indulgência e no perdão. Neste sentido, não deixa de chamar a atenção que o termo utilizado para adjetivar Deus na absolvição dos pecados durante o rito da missa seja “todo-poderoso” e não “todo-misericordioso”¹⁰⁰.

A misericórdia permite aprofundar a compreensão da noção de Santíssima Trindade, muitas vezes considerada hoje como absurda e distante da realidade concreta. Ajudará nesta compreensão uma analogia com a relação interpessoal humana¹⁰¹. Com efeito, entre os seres humanos, quando realmente existe amor, forja-se uma unidade onde não se destrói a especificidade de cada um dos sujeitos. O mesmo ocorre com as pessoas divinas, pois existe um amor tal entre Elas que as une indefectivelmente como manifestação da Sua substância simples, e no entanto não são confundidas entre si. Por outro lado, a Santíssima Trindade comunica-se e dá-se a Si mesma primeiramente na Sua vida intradivina; a sua comunicação econômica ou extradivina é reflexo da comunicação imanente ou intradivina¹⁰². Se não fosse assim o Deus que é amor, só seria Deus mesmo, quando pudesse amar um outro ser, ou seja, só

⁹⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 66-67.

⁹⁸ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 67.

⁹⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 114.

¹⁰⁰ Cf. MISSAL R. *Ordinário*, p. 391: “Deus todo-poderoso tenha compaixão de nós, perdoe os nossos pecados...”

¹⁰¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 118-119.

¹⁰² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 120.

chegaria a ser Deus depois de criar e poder doar-se à criação. Pode-se dizer, portanto, que a noção de Trindade em Deus não é uma afirmação absurda e autocontraditória.

Segundo Kasper, a comunicação econômica de Deus realiza-se através da sua encarnação, entrega na cruz e dom do Espírito Santo. Decerto, a morte e ressurreição do Deus encarnado propiciou que o Espírito Santo fosse derramado no coração dos fiéis, fazendo-os participar da vida divina e elevando-os a uma inigualável dignidade¹⁰³. E assim, se a maior pobreza para o ser humano é o afastamento de Deus, a maior riqueza é a comunhão com Ele.

3.2.2.2 A misericórdia no Verbo encarnado

A misericórdia de Deus tornou-se humana com a encarnação do Filho. E a representação concreta dessa misericórdia divina e humana¹⁰⁴ é o Coração de Jesus. A partir da modernidade a devoção ao Sagrado Coração de Jesus se tornou estranha, seja porque parece indiscreta, ridícula e de mal gosto, seja por se concentrar no coração físico de Jesus e não no coração como símbolo arquetipo do âmago humano¹⁰⁵. No contexto atual de clamor pela misericórdia, no entanto, faz-se necessário avançar no sentido profundo da adoração ao Sagrado Coração de Jesus, pois em Cristo, entregue em holocausto, se reconhece que Deus tem o coração voltado para os pobres.

A doutrina cristológica dos primeiros concílios afirma que na única hipóstase de Jesus estão intactas a natureza divina e a natureza humana; Ele é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Sua humanidade é, com a encarnação, parte constitutiva da Pessoa divina. Em Cristo, portanto, a adoração da divindade é inseparável da adoração da sua humanidade¹⁰⁶. Por isso, para Kasper, a adoração ao Coração de Jesus é justa enquanto parte constitutiva e centro simbólico da Sua humanidade, que é humanidade da Pessoa divina.

Na época da Patrística, o culto ao Coração de Jesus teve uma nota objetivamente sacramental e mais concretamente eucarística¹⁰⁷. Em Bernardo de Claraval¹⁰⁸ e São Boaventura essa devoção teve um caráter mais subjetivo, interpretando o Coração de Jesus como o âmago do amor de Deus tornado sensível na encarnação. Outros místicos tiveram inspirações desenvolvidas nesta perspectiva durante a Idade Média. Já na era Moderna Santa Margarida

¹⁰³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 124-125.

¹⁰⁴ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 143-144.

¹⁰⁵ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 144.

¹⁰⁶ Cf. COLLANTES, J. *La fe de la Iglesia*, n. 304, p. 223.

¹⁰⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 146.

¹⁰⁸ Cf. CLARAVAL, B. *Sermões*, 64,4.

Maria Alacoque difundiu a devoção ao Sagrado Coração de Jesus como espiritualidade antípoda ao rigorismo vigente. Durante o século XX, Santa Faustina, nesta mesma linha, lembrou que a misericórdia que brota do Coração de Jesus é o supremo atributo de Deus¹⁰⁹ na qual todos devem confiar sem hesitação. Todos esses fatos ajudaram a manter acesa durante os séculos a confiança e a devoção na misericórdia divina representada no Coração de Cristo.

Para Kasper, esta devoção ao Coração de Jesus supõe afeto e sentimento. No entanto, esses elementos são muitas vezes adjetivados como estéreis na espiritualidade, mas segundo o autor, a verdadeira espiritualidade cristã, que leva em conta uma adequada antropologia, não deve temer o afeto e o sentimento equilibrados, pois são partes constitutivas de uma saudável humanidade¹¹⁰. O genuíno sentimento leva o cristão a abraçar o sofrimento do mundo de maneira fiel, compassiva e vicária, a exemplo do próprio Coração do Senhor que quis sofrer por toda a humanidade. No Coração de Jesus se pode ter a esperança da Páscoa ao se enfrentar as trevas da Sexta-feira Santa.

3.2.2.3 A misericórdia no sofrimento de Deus

Segundo Kasper, a concepção metafísica de Deus ensina que Ele não pode sofrer, porque é absolutamente perfeito, e, portanto, nada lhe falta para ser cabalmente feliz. No entanto, a compreensão bíblica de Deus afirma que Ele assumiu a humanidade exatamente para poder sofrer com os homens¹¹¹. Segunda a teologia da encarnação, quando Cristo fala é Deus quem fala, quando Cristo sofre é Deus quem sofre. Para Kasper essa doutrina bíblica e patrística não contradiz a doutrina tradicional da teologia escolástica, pois Deus, na sua realidade imanente¹¹², não pode sofrer, mas na sua realidade econômica¹¹³, sim, pode sofrer¹¹⁴. Segundo o teólogo alemão, Jesus sofre não somente por causa dos pecados ou devido à sua fragilidade humana assumida, mas sofre com aqueles que sofrem. Seu sofrimento não denota fraqueza ou imperfeição, mas faz resplandecer a sua onipotência e sua misericórdia, pois Ele assume o sofrimento livremente, movido por sua misericórdia para com a humanidade. Com Seu sofrimento Deus quer tirar a humanidade do sofrimento. Pode-se afirmar, portanto, que Deus é impassível, mas não impassível¹¹⁵.

¹⁰⁹ Cf. KOWALSKA, M. F. *Diário*, p. 80, 86, 111, 149, 164, 185, 197, 230, 255, 256, 301.

¹¹⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 149.

¹¹¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 150-152.

¹¹² LADARIA, L. F. *A Trindade*, p. 163.

¹¹³ LADARIA, L. F. *A Trindade*, p. 163.

¹¹⁴ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 151.

¹¹⁵ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 154.

A imagem do Crucificado é o paradigma da misericórdia divina. No entanto, o mundo atual procura distanciar-se dessa imagem, por repugnância ao sofrimento. Não obstante, o sofrimento faz parte da vida e é inclusive necessário, pois recorda a salvação da humanidade, o amor de Deus pelo mundo, mais poderoso do que o ódio e a violência¹¹⁶. O Crucifixo, portanto, pode se tornar revolucionário ao transformar o sofrimento humano em vida abundante.

3.2.2.4 A misericórdia na morte vicária de Cristo

Segundo Walter Kasper, o amor incondicional de Cristo pela humanidade pecadora levou-O a se entregar ao sofrimento e à morte vicária. Morte vicária de Cristo, para o teólogo alemão, significa que Jesus morreu no lugar de cada ser humano, representando cada um na cruz, e a partir dessa morte, oferecida ao Pai a modo de sacrifício expiatório, todos os que creem n'Ele como Salvador e Redentor recebem, pela fé, a justificação de seus pecados¹¹⁷. Para Kasper, a noção de morte vicária recebe atualmente muitas críticas, sobretudo da Teologia liberal. Nessas críticas são tecidas as seguintes perguntas: como pode alguém atuar vicariamente por outro alguém sem que tenha sido incumbido de forma expressa para isso? E como Deus pode querer a morte do seu próprio Filho?¹¹⁸ A Teologia liberal, diferentemente, interpreta “o conceito de ‘representação’ através da solidariedade de Jesus para conosco, os homens e, em especial, através da sua tomada de posição pelos oprimidos e desfavorecidos, chegando inclusive a substituí-la por este ponto de vista”¹¹⁹. No entanto, para Kasper, a resposta da Teologia liberal à morte vicária é insuficiente, pois propugna uma interpretação suave, que não faz justiça à profundidade e à força dos enunciados bíblicos em relação ao pecado, e não leva em consideração a miséria metafísica além da miséria social¹²⁰.

A primeira questão formulada pela Teologia liberal é respondida pelo autor alemão afirmando que o pecado leva o ser humano a uma total alienação e ausência de salvação de tal forma que é necessário Deus tomar a iniciativa, pois só Ele pode modificar essa situação¹²¹.

À segunda questão da Teologia liberal, Kasper propugna que Deus não é vingativo nem quer uma vítima para aplacar a sua ira, mas na medida em que Sua justiça precisa ser satisfeita, aceita misericordiosamente a morte vicária de seu Filho representando cada homem. A morte

¹¹⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 106.

¹¹⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 94-96.

¹¹⁸ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 94-95.

¹¹⁹ KASPER, W. *A misericórdia*, p. 96.

¹²⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 96.

¹²¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 96-97.

compassiva do Filho na cruz contém a justa ira de Deus, fazendo com que Ele se feche sobre Si mesmo, renunciando à sua justiça e oferecendo espaço à misericórdia¹²². Dessa misericórdia surge, por fim, a vida para o ser humano e vida em abundância. A representação de Cristo, no entanto, não é meramente substitutiva, mas realizadora de uma Aliança. Portanto, Deus, que morre por todos, não tira a responsabilidade de cada um. Neste sentido, não se pode fundamentar a teoria de uma salvação universal nem deduzir que todos os indivíduos são de fato salvos, mas apenas afirmar que a salvação é oferecida a todos¹²³. Com efeito, através desta Aliança, o cristão se une a Deus e é transformado pelo Espírito na medida em que assume conscientemente a morte vicária de Cristo por ele. Para o teólogo alemão, a concepção teológica da morte vicária tem a vantagem de não tratar o pecado de modo irrelevante, e, ao mesmo tempo, fazer resplandecer o poder da misericórdia divina, que afoga a gravidade do pecado humano em abundância de amor¹²⁴.

3.2.2.5 A misericórdia como salvação

Jesus Cristo é o centro e a meta de toda a história humana. Através da sua ação salvífica toda a história é renovada graciosamente e elevada na sua dignidade de criação enquanto nova criação. Por isso, para Kasper, a misericórdia é o meio pelo qual se desenvolve toda a história da salvação. Pode-se dizer, portanto, que existe um otimismo fundamentado na salvação dos seres humanos.

Santo Agostinho, no entanto, obscureceu este otimismo soteriológico quando, no final de sua vida, respondendo ao pelagianismo, propugnou a chamada predestinação incondicional¹²⁵, na qual alguns se salvariam e maioria se condenaria. Santo Anselmo e Santo Tomás de Aquino procuram superar essa doutrina lembrando que Deus não está sujeito a uma lei estranha a Si mesmo, mas Ele mesmo é a fonte de qualquer lei e por isso atua conforme a Sua bondade¹²⁶. Kasper lembra que Karl Barth reforçou essa posição no século XX, propondo a eleição eterna realizada por Cristo como condição primordial para a salvação, tirando, assim, a salvação e a condenação de uma situação de igualdade.

A teologia da salvação debruçou-se sobre duas proposições antagônicas durante a sua história. Uma delas propugna a vontade salvífica universal de Deus, o que resulta

¹²² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 97.

¹²³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 98-99.

¹²⁴ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 97.

¹²⁵ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 127.

¹²⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 126.

consequentemente na efetiva salvação final de todos, mesmo dos ímpios e dos injustos. A outra afirma que existe o inferno e que muitos irão para lá, infundindo assim um verdadeiro medo nos fiéis¹²⁷. A resposta que Kasper propõe é intermediária e baseada na misericórdia divina. Com efeito, a graça de Deus é preciosa e não se pode malbaratá-la afirmando que simplesmente todos se salvarão; mas ao mesmo tempo, não se pode afirmar que poucos se salvarão. O caráter universal da salvação é uma importante afirmação de esperança dirigidas a todos, e não sobre a salvação de fato de todos e cada um¹²⁸. As afirmações sobre a existência do juízo e do inferno não pretendem afirmar que alguma pessoa, em concreto, efetivamente esteja participando ou participará deste estado, mas são, por um lado, um convite a confiar na misericórdia divina, e por outro, um chamamento responsável à conversão.

A doutrina do purgatório manifesta o desejo misericordioso de Deus a respeito da salvação universal, pois afirma a possibilidade da necessária purificação pós vida terrena, preparatória para a visão beatífica¹²⁹. Igualmente, a noção de Comunhão dos Santos evidencia o desejo salvífico de Deus, pois a entrega existencial e a intercessão mútua entre os irmãos colaboram na salvação de todos.

3.2.2.6 *A misericórdia que sofre com os inocentes*

O problema do sofrimento dos inocentes sempre traz consigo o problema da teodiceia¹³⁰. É possível crer num Deus misericordioso e onipotente diante do sofrimento inocente? Muitas respostas tentaram ser dadas a esta questão, mas nenhuma delas foi suficiente. Leibniz tentou explicar que o mundo criado por Deus é o melhor possível, e que, portanto, toda forma de mal é, em última análise, necessária e explicável¹³¹. Voltaire e Kant puseram fim a esta teoria arguindo falta de respeito a Deus e ao ser humano sofrente. Explicar esse mistério é como se colocar num ponto de vista superior ao do próprio Deus, julgando-O, o que teologicamente é inviável¹³². Para Kant, no entanto, não é possível renunciar à ideia de Deus, pois é Ele quem guarda em si a esperança e o êxito da liberdade humana¹³³. O obscurecimento de Deus leva ao

¹²⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 132-137.

¹²⁸ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 138.

¹²⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 141.

¹³⁰ Conjunto de argumentos que, em face da presença do mal no mundo, procuram defender e justificar a crença na onipotência e suprema bondade do Deus criador, contra aqueles que, em vista de tal dificuldade, duvidam de sua existência ou perfeição (fonte: Dicionário virtual *Oxford Languages*).

¹³¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 156-157.

¹³² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 157.

¹³³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 157-158.

desprezo pelo sofrimento humano. Neste sentido, o problema da teodiceia é o problema da antropodiceia.

Segundo Kasper, a resposta da Escritura a esta questão não parte de uma mera explicação, mas de uma experiência reiterada por parte de Israel e dos primeiros cristãos, que nos momentos difíceis contaram sempre com a fidelidade de Deus. No livro de Jó, por exemplo, faz-se entender que a capacidade humana de entender os desígnios de Deus é limitada¹³⁴. O entendimento desse mistério vislumbra-se diante da cruz de Cristo. A esperança, portanto, não se esgota neste mundo nem nesta vida. A pergunta sobre Deus e o sofrimento inocente só será respondida com a esperança e, perfeitamente, apenas na escatologia¹³⁵. Para o autor alemão, a profissão de fé cristológica não oferece nenhuma resposta teórica acabada, mas abre um caminho forjado pela confiança na sua misericórdia. Por isso, as pessoas carentes de fé necessitam especialmente da ajuda dos crentes; a proximidade e o testemunho pessoal dos cristãos sobre a misericórdia divina é a única resposta convincente para eles.

3.2.3 As práticas misericordiosas

Kasper dedica três capítulos para o aspecto moral da misericórdia, ou seja, para as práticas misericordiosas. Ele desenvolve essas práticas sob três âmbitos distintos, a saber: pessoal, eclesial e sociocultural.

3.2.3.1 *Âmbito pessoal*

Kasper ressalta a necessidade de cada ser humano amar seu próximo pessoalmente, mas antes amar a Deus, para que o amor ao próximo seja verdadeiro. O amor ao próximo é superior a qualquer prática de virtude ou de penitência, mesmo o martírio¹³⁶ e é o critério do juízo final e do acesso à comunhão eucarística¹³⁷. Na ordem de amor ao próximo encontra-se primordialmente os pobres. A misericórdia deve ser vivida com os pobres, pois Jesus Cristo se identifica com os pobres e ele mesmo se faz pobre. A misericórdia consiste em encontrar-se com Jesus Cristo na pessoa que sofre. Com isto não se questiona que o amor ao próximo tenha consequências sociais e políticas que ultrapassem o âmbito individual. Contudo, para o teólogo

¹³⁴ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 160.

¹³⁵ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 163.

¹³⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 171.

¹³⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 167.

alemão, o compromisso social e político só será credível quando, mais do que se limitar a formular exigências, procure viver de modo concreto e exemplar o segmento de Cristo através de uma pró-existência cristã no âmbito pessoal e no encontro social imediato. Da mesma forma, o amor aos inimigos deve ser buscado no âmbito da vida pessoal, pois somente o perdão e a renúncia à vingança tornam possível um recomeçar e um novo futuro em comum.¹³⁸

As obras de misericórdia que devem ser vividas no âmbito pessoal, eclesial ou social, são divididas em corporais e espirituais e baseadas na parábola do juízo final do evangelho de Mateus¹³⁹. As obras de misericórdia evidenciam quatro classes de pobreza: a física ou econômica, a cultural, a relacional e a espiritual¹⁴⁰. A pobreza física é, na maioria das vezes, a primeira a ser enfrentada, mas as outras não são menos importantes e, por isso, todas devem ser superadas. As obras de misericórdias, portanto, tratam de algo mais que a mera justiça, tratam da superação pessoal da autorreferência e da própria dureza de coração¹⁴¹.

3.2.3.2 *Âmbito eclesial*

O mandamento da misericórdia não se dirige apenas ao cristão individualmente, mas à toda a Igreja enquanto Povo. Ela é o Sacramento da misericórdia de Cristo no meio do mundo, por isso, deve sempre se perguntar se está à altura daquilo que ela mesmo é, pois uma das críticas mais graves que se pode fazer à Igreja é acusá-la de não praticar o que anuncia aos outros¹⁴².

A principal tarefa da Igreja é anunciar a misericórdia de Deus. A atualização da mensagem evangélica sobre a misericórdia, no entanto, não deve consistir numa acomodação barata e numa aproximação das modas do mundo ou dos estados de alma atuais, mas deve consistir na afirmação perene de que, sobre a névoa que envolve o mundo, reina o rosto de um Pai que é magnânimo e bondoso, que ama a todos e conhece bem cada um e suas necessidades¹⁴³.

Uma das melhores maneiras da Igreja testemunhar e anunciar a misericórdia é através do Sacramento da Confissão. Sua especificidade não está em orientar, mas em renovar a vida espiritual do indivíduo e, por consequência, de toda a Igreja. Atualmente, é rejeitado por grande

¹³⁸ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 186.

¹³⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 177.

¹⁴⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 178.

¹⁴¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 177.

¹⁴² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 195.

¹⁴³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 197-198.

número de pessoas que ou tiveram experiências traumáticas, ou o concebem como um meio de controle das consciências¹⁴⁴, ou ainda porque nunca o experimentaram. Para reforçar essa rejeição, em alguns ambientes existe uma convicção ingênua da inocência de todas as pessoas, cujos erros seriam frutos do meio em que vivem. Apesar disso, a conjuntura sobre este sacramento está mudando para melhor e verifica-se um retorno a ele por parte das gerações mais novas. No sacramento da Reconciliação, com efeito, encontram os jovens um meio de libertação, uma experiência imediata com a misericórdia de Deus, uma fonte de uma alegria. Neste sentido, o Sacramento da Penitência é insubstituível¹⁴⁵.

Outra maneira de testemunhar a misericórdia por parte da Igreja é a ajuda institucionalizada aos pobres, que ocorre desde seus primórdios através do *Ágape*, refeição que ligava a eucaristia com a ajuda fraterna aos mais desfavorecidos¹⁴⁶. Com o passar do tempo o serviço eclesial em favor dos mais necessitados foi sempre crescendo e se aperfeiçoando, chegando à construção de hospitais e asilos, entre outros. A misericórdia da Igreja aos necessitados, no entanto, não pode ser reduzida ao aspecto material e físico, mas sobretudo deve valorizar o contato humano e carinhoso para com eles¹⁴⁷, criando, assim, uma verdadeira cultura da misericórdia que se propaga também pelo afeto.

A misericórdia recomenda que a Igreja deva se dirigir a todos com caridade e humildade, sem preconceitos com o mundo moderno e valorizando seus legítimos desejos¹⁴⁸. Não deve se abster de anunciar toda a verdade do Evangelho, mas anunciar com caridade, pois a verdade sem a caridade seria fria, negativa e ofensiva; assim como, por outro lado, a caridade sem a verdade seria um mero consolo, promessa vã. O Concílio Vaticano II pede à Igreja um novo estilo de propagação da verdade, no qual se leve em conta o diálogo marcado pela disposição do entendimento¹⁴⁹.

Com o passar do tempo, no entanto, foi crescendo a tendência de aburguesamento da Igreja, com a elitização dos seus membros e a marginalização daqueles que não se encaixam no seu perfil moral. Por isso, ela, sem denunciar de forma global os ricos e poderosos, deve colocar-se ao lado dos pobres e marginalizados com um amor preferencial¹⁵⁰. Não pode ser vista como a Igreja dos ricos, dos governantes, dos que têm prestígio social. Deve ser reconhecida como Igreja de todos, mas especialmente dos pobres.

¹⁴⁴ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 203.

¹⁴⁵ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 204.

¹⁴⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 205.

¹⁴⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 209.

¹⁴⁸ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 199.

¹⁴⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 199-200.

¹⁵⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 208.

Para instaurar uma cultura da misericórdia, a Igreja deve superar as rixas e divisões internas e tratar com igualdade as pessoas, independente da sua situação social¹⁵¹. O estilo da liturgia não deve ser tal que se valorize materialmente os objetos de culto e se descuide de cuidar dos pobres. O estilo da vida dos seus ministros deve ser igualmente pobre, renunciando a todos os privilégios mundanos. Assim, a Igreja terá uma grande liberdade e credibilidade para exercer a sua missão¹⁵². Todas as dificuldades hoje encontradas pela Igreja com a secularização podem ser uma excelente oportunidade para um recomeço genuíno da vida eclesial.

Na vida ordinária da Igreja não se pode conceber a misericórdia como uma graça barata, onde tudo pode ser feito, mas é preciso uma disciplina justa que defenda e promova a misericórdia. Com efeito, a vida eclesial sem um ordenamento jurídico adequado acaba sendo prejudicada¹⁵³. Deve-se, no entanto, ter presente a hermenêutica do direito canônico, considerando que existe uma hierarquia de verdades. Neste sentido, a aplicação do direito canônico terá em conta sempre a epiqueia¹⁵⁴, que é uma justiça superior, visando o ser humano e não simplesmente as coisas, pois a lei suprema da Igreja é a salvação do ser humano (cf. CIC c. 1752).

3.2.3.3 Âmbito social e cultural

A misericórdia é criticada pelos liberais e pelos marxistas¹⁵⁵. Para os primeiros ela prejudica a iniciativa pessoal e os segundos a concebem como alienante e colaboradora do *status quo*. A Doutrina Social da Igreja pode oferecer princípios que respondam a essas preocupações legítimas desses dois grupos. São eles, a incondicional dignidade do ser humano, a subsidiariedade e a solidariedade¹⁵⁶. A dignidade do ser humano reside na sua liberdade e consequente responsabilidade, e está acima do capital e do Estado. A subsidiariedade propugna que o ser humano deve fazer aquilo que pode fazer e o Estado deve ajudá-lo, não substituindo-o, mas dando-lhe apoio com aquilo que está fora do seu alcance. A solidariedade propugna que o ser humano possui uma vocação para a sociedade e a interpessoalidade, e, por isso, não se pode aceitar um sistema burocrático centralizador ou um mercado que leve ao individualismo,

¹⁵¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 209-210.

¹⁵² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 210-211.

¹⁵³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 213.

¹⁵⁴ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 217.

¹⁵⁵ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 223-224.

¹⁵⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 229-230.

pois ambos desconsideram a verdadeira dignidade humana. Por trás desses princípios, é possível entrever a misericórdia como primeiro princípio da Doutrina Social da Igreja.

Tendo a misericórdia como o grande princípio da Doutrina Social da Igreja, é mister lutar pela vida e contra todos os sinais de morte, desde o aborto até a eutanásia, passando pela tortura e qualquer tipo de injustiça, opressão e guerra¹⁵⁷. Deve-se conceber o ser humano como fim de todas as políticas sociais e não como meio, deve-se promover a acolhida generosa dos estrangeiros, a superação de uma medicina mercantilista, a cultura do perdão, não apenas interpessoal, mas também interinstitucional e internacional.

Para se responder à questão sobre o Deus misericordioso diante da cultura atual, marcada pela injustiça e pelo sofrimento dos inocentes, o autor lembra que a verdadeira justiça é conseguida através da misericórdia e do perdão¹⁵⁸. A misericórdia coloca o outro num patamar de igualdade quanto às possibilidades de sofrimento, e o perdão faz superar o círculo vicioso do ódio. É necessário recordar ainda que uma justiça plena só é conseguida na escatologia, mas essa afirmação não deve arrefecer minimamente a busca por uma justiça mais perfeita possível no aqui e agora.

Kasper lembra, por fim, que a misericórdia mal-entendida na sociedade pode levar a execução daquilo que é contrário à sua própria essência¹⁵⁹. É o caso da proteção do autor do mal antes do que a própria vítima e a tolerância para com o pecador sem exortar à conversão. A correção do criminoso e do pecador, no entanto, deve levar em conta sua situação para que seja realmente ato de misericórdia.

¹⁵⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 232-233.

¹⁵⁸ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 245-246.

¹⁵⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 180.

PARTE II

ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS

A influência do pontificado de Francisco inspirou o tema da misericórdia para o presente trabalho. A pesquisa até aqui debruçou-se sobre duas obras, uma do autor latino-americano Jon Sobrino e outra do autor europeu Walter Kasper. Trataram do mesmo tema – a misericórdia – a partir de dois enfoques distintos. Quais são esses enfoques? Qual a concepção de cada um sobre o tema da misericórdia? Quais seus objetivos? Em que aspectos do tema sobre a misericórdia coincidem? Quais suas principais diferenças? Como seria o diálogo entre ambos a respeito desse tema e quais frutos poderiam ser esperados dessa interlocução? Os frutos desse diálogo sobre a misericórdia poderiam repercutir socialmente na construção de uma civilização do amor e da tão ansiada paz?

Para responder essas questões se fará primeiramente uma análise comparativa do conteúdo exposto pelos dois autores na seção anterior, determinando suas aproximações e abjunções no que se refere ao tema da misericórdia. Essa análise comparativa será realizada no capítulo quatro desta seção. A partir dessa análise comparativa se estabelecerá um diálogo entre ambos em relação a temas que são centrais para a teologia, sobretudo para a teologia latino-americana, contando com a ajuda de outros autores. Esse diálogo será realizado no capítulo cinco desta seção. Por fim, à guisa de conclusão, no capítulo seis se buscará os eventuais frutos desse diálogo na perspectiva da paz.

O vínculo entre o capítulo quatro e cinco desta seção é evidente, pois o capítulo cinco está em situação de continuidade e dependência total do capítulo quatro. Com efeito, o capítulo quatro faz análise comparativa entre as duas obras tendo como objeto as premissas, os métodos e os conteúdos de ambas as obras. O capítulo cinco é uma continuação que depende totalmente do resultado do capítulo anterior, pois é a partir dos dados da análise que poderá se fazer um diálogo criativo entre os dois autores. Na verdade os dois capítulos procuram realizar o momento construtivo da prática teológica¹⁶⁰. A continuidade entre ambos os capítulos é tal que poderiam formar apenas um único capítulo sem prejuízo para a lógica da pesquisa. No entanto, para delimitar as etapas do método construtivo foram estabelecidos em dois momentos diferentes.

¹⁶⁰ Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, p. 265-273.

4 COMPARAÇÃO DAS PREMISSAS, DOS MÉTODOS E CONTEÚDOS

Neste capítulo se fará a análise das premissas, dos métodos e dos conteúdos das duas obras. Seguir-se-á a metodologia teológica explicada por Clodovis Boff no que se refere ao segundo momento da prática teológica que é o construtivo¹⁶¹. Neste capítulo, portanto, se fará a análise e no seguinte a síntese e a criação.

As duas obras possuem objetivos sutilmente distintos. A obra de Sobrino, como foi dito, procura evidenciar o grande fato da teologia¹⁶², que é a existência de milhões de seres humanos vivendo oprimidos e a necessidade de reagir, através da misericórdia, com a finalidade de tirá-los dessa situação desumana. Já a obra de Kasper interessa-se em salientar a importância fundamental da misericórdia na teologia¹⁶³ e na renovação da Igreja e da sociedade.

Pôde-se perceber até agora que existem entre os autores pontos em comum, como o tema, a preocupação com os pobres e com a renovação teológica, social e eclesial; e discrepâncias, como o lugar de fala, o objetivo, o método teológico, a fundamentação. A seguir serão expostas de maneira mais detalhada as apropriações e divergências das duas obras.

O conteúdo novo dessa seção é o confronto e não a substância das duas obras, que já foi exposta acima. Por isso mesmo, nem todas as afirmações desses dois autores serão referenciadas, com exceção das mais importantes, pois já foram citadas nos capítulos anteriores.

A análise comparativa será feita sob diferentes conteúdos teológicos encontrados nas duas obras. São elas: teologia fundamental, Deus uno e trino, cristologia, eclesiologia, sacramentos, teologia social, teologia moral, soteriologia, graça e escatologia, tendo como pano de fundo o tema da misericórdia.

4.1 TEOLOGIA FUNDAMENTAL

Sobrino e Kasper coincidem que o tema da misericórdia deve ter um papel central na teologia. Sobrino, numa perspectiva latino-americana, procura argumentar a teologia da libertação sob o tema da misericórdia; Kasper, numa perspectiva europeia, procura tornar a teologia significativa para o mundo atual resgatando o tema da misericórdia. Com efeito,

¹⁶¹ Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, p. 265-273. O momento construtivo da prática teológica segue o *auditus fidei* e principia o *intellectus fidei*. Ele possui três momentos: a análise, a síntese e a criação.

¹⁶² Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 49.

¹⁶³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 21-26.

Sobrino recorre à misericórdia diante daquilo que ele chama de “fato maior para a teologia”¹⁶⁴, ou seja, a situação desumana de milhões de pobres injustiçados pelas forças opressoras que não se preocupam com eles, mas querem apenas manter o *status quo* político e econômico. O autor basco deixa claro que o que o move ao exercício da teologia é a misericórdia cristã para com estes e não a influência ideológica. Kasper, por outro lado, parte da constatação de que a misericórdia foi esquecida pela teologia historicamente, e isso é algo inaceitável devido à sua centralidade na revelação divina. É notável que autores tão importantes e diferentes entre si, que não se referem mutuamente nas obras, coincidam sobre a importância da misericórdia na teologia contemporânea.

Sobrino percebeu a centralidade da misericórdia no contexto dramático da realidade latino-americana e propôs uma novidade inspiradora na teologia, digna de ser ainda aprofundada. Com efeito, a teologia, historicamente, foi sempre concebida como *intellectus fidei*. No entanto, Sobrino propõe que seja concebida também como *intellectus amoris* ou *intellectus misericordiae*¹⁶⁵. O argumento do autor, para tal inovação, é a precedência do amor e da misericórdia no conteúdo da Revelação em termos de importância, precedendo tudo, inclusive a própria fé (Cf. ICor 13,1-13). Kasper, por outro lado, permanece metodologicamente na tradicional concepção da teologia como *intellectus fidei* e expõe a importância teológica da misericórdia partindo da filosofia, passando pelas religiões, pelas Escrituras e pelas principais disciplinas teológicas.

Apesar dessa manifesta diferença, ambos propõem uma conversão da teologia, cada um de acordo com sua visão. Sobrino afirma que a teologia precisa se converter ao defrontar-se com a realidade calamitosa dos pobres e oprimidos, pois não é possível fazer teologia ignorando-a¹⁶⁶. A irrupção dos pobres, fato maior da teologia atualmente, não permite que se faça teologia desconsiderando a realidade e a prática. Kasper, por sua vez, percebe que a teologia nos últimos séculos esqueceu incompreensivelmente o tema da misericórdia em todas as suas áreas, portanto a teologia como um todo necessita de conversão no sentido de realocar a misericórdia ao seu devido lugar. A conversão proposta por Kasper à teologia é bem menos carregada de novidade do que a exortada por Sobrino.

No entanto, o fato maior da teologia atual, referido por Sobrino, parece não estar longe da preocupação de Kasper, que procura encontrar uma resposta ao problema do sofrimento do

¹⁶⁴ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 51-56.

¹⁶⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 65-75.

¹⁶⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 63-65.

mundo¹⁶⁷. Com efeito, uma das maiores preocupações do teólogo alemão nesta obra é responder à questão do sofrimento de tantos inocentes. Portanto, tanto um autor quanto o outro tem como pano de fundo o sofrimento de uma multidão de inocentes. É verdade que Sobrino faz a opção consciente de delimitar seu campo teológico ao sofrimento presente na América Latina, numa perspectiva de práxis transformadora, enquanto Kasper se propõe a dar argumentos convincentes a favor da razoabilidade da teologia sistemática atual diante de um mundo sofredor.

No entanto, esta aproximação dos autores no que se refere à preocupação com o sofrimento inocente não esconde uma dessemelhança de fundo. Sobrino, como foi dito, defende que a teologia, nestes tempos de flagrante injustiça, deve partir de uma práxis e levar a uma práxis. Kasper, por sua vez, embora se preocupe com as práticas misericordiosas, defende que

a teologia não se pode perder nestas complexas questões práticas. Deve ser e continuar a ser teologia, isto é, discurso sobre Deus; deve mostrar que, nos problemas concretos com que nos vemos confrontados na atualidade, se colocam questões fundamentais e, em última análise, a pergunta sobre Deus. Também se pode dizer ao contrário: é Deus, com a sua justiça e a sua compaixão, quem nestas perguntas está literalmente mais perto de nós¹⁶⁸.

No que se refere à relação entre fé e misericórdia ambos os autores coincidem num determinado ponto. Com efeito, Sobrino afirma que a misericórdia para com os pobres leva a um crescimento na fé, pois o contato com eles inclui o contato com a vivência espontânea e profunda de sua fé popular, a qual contagia àqueles que, por não viverem sob a mesma pressão existencial, não possuem uma fé tão arraigada e provada. Neste sentido, o autor basco usa do argumento de que os pobres são a atualização do Cristo crucificado, e, portanto, providos de uma espécie de sacramentalidade como canal de graças. Kasper, por sua vez, afirma que a resposta à falta de fé do mundo atual, marcado pela secularização, é a prática generosa da misericórdia vivida como existência vicária para com todos, especialmente aos necessitados. Para o teólogo alemão as interrogações profundas sobre Deus somente encontram resposta diante da vivência da misericórdia.

Sobrino e Kasper tratam de um tema que costuma trazer perplexidade aos fiéis e não fiéis, que é a chamada “ira de Deus”. Como é possível entendê-la diante de um Deus que tem como principal atributo a misericórdia? Sobrino trata-a rapidamente quando usa a expressão de São Paulo, “a ira de Deus”, que se manifesta contra quem mantém a verdade aprisionada pela

¹⁶⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 155-164.

¹⁶⁸ KASPER, W. *A misericórdia*, p. 242.

injustiça (cf. Rm 1,18). Aqueles que não querem ver e deixar conhecer a grande verdade, que é a opressão de milhões de pobres pela injustiça de alguns poderosos, são objetos da ira de Deus, que não os permite participar da verdade que os humanizaria. O autor basco deixa entrever a luta contra o pecado estrutural como uma manifestação da ira divina, portanto, para ele a ira de Deus quer levar o ser humano à conversão. Kasper, por sua vez, trata de maneira mais extensa e reiterada esta problemática. Para ele a ira de Deus é a Sua contraposição ao pecado e à injustiça e não um arroubo emocional de cólera que O leva a se lançar contra a humanidade. Faz parte da santidade de Deus opor-se à maldade, castigando o mal e recompensando o bem para estimular à conversão. Essa demonstração de justiça divina é uma forma de tratar com misericórdia os que são injustamente oprimidos e ajudar os que estão no caminho do pecado. Faz parte da pedagogia de Deus. Quando a justiça divina clama à ira para que seja aplacada, a misericórdia faz o próprio Deus optar antes pelo perdão, fazendo com que a misericórdia seja Sua justiça. Neste sentido, Bovati afirma que o efeito da ira de Deus é exaltar, por contraste, o perdão e a salvação que Cristo realiza e concede a todos os que creem nele¹⁶⁹. Portanto, para os dois teólogos a mensagem da misericórdia não está em contraposição com a mensagem da justiça e da ira divina, pois a ira divina é a misericórdia que defende os mais frágeis.

4.2 DEUS UNO E TRINO

Os dois autores apresentam Deus como sumamente misericordioso, próximo dos seres humanos, interessado pelo seu povo, respeitante da sua liberdade, por vezes aparentemente silente diante das injustiças, mas que, na verdade, responde com misericórdia aos clamores dos sofredores, enviando muitas vezes instrumentos vivos que os libertam da maldade alheia. É um Deus que escuta os gemidos do seu povo e apressa-se em libertá-lo. No entanto, a Sua providência não pode ser entendida levianamente, como algo barato e merecido, mas como fruto da Sua imensa misericórdia, que, por isso mesmo, sofre por seus filhos.

Ao tratar da Trindade, Kasper utiliza uma subseção inteira de um dos seus capítulos. Nela, desenvolve uma argumentação teológica sobre a possibilidade de se entender o mistério da Trindade através da misericórdia. Explica, de fato, que se pode entender as três Pessoas numa única essência ao compará-la com o amor humano que torna duas pessoas como que uma coisa só, embora permaneçam distintas entre si¹⁷⁰. A misericórdia econômica trinitária é um reflexo

¹⁶⁹ BOVATI, P. *Cólera de Deus*, p. 397.

¹⁷⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 117-125.

de Seu amor imanente. Sobrino, por sua vez, não trata do tema trinitário a não ser secundariamente e poucas vezes.

Ambos os autores defendem que a misericórdia de Deus é que define Sua liberdade e não ao contrário. Com efeito, Kasper lembra que Deus não está limitado por nada, por nenhuma lei exterior a Si mesmo. Por isso, quando o pecado exige a justiça e a ira divina, é a Sua misericórdia quem dita à Sua liberdade o que deve ser feito. Assim, Deus, na Sua infinita misericórdia, nega-Se à Sua ira¹⁷¹ para não castigar a humanidade, como exigiria a mera justiça. Sobrino, por sua vez, afirma que a liberdade de Jesus O leva a viver a misericórdia com os necessitados. Foi a misericórdia que O levou a descumprir as leis de seu tempo¹⁷².

Sobrino utiliza a impactante e controvertida expressão “parcialidade de Deus”¹⁷³ (em relação aos pobres). Deus ama a todos infinitamente, mas tem um amor preferencial por aqueles que são mais humildes e necessitados. A ideia de “parcialidade de Deus” não se afigura estranha ao conjunto das ideias de Kasper nesta sua obra; no entanto, considerando a lógica argumentativa do teólogo alemão, dificilmente essa expressão seria utilizada por ele.

4.3 CRISTOLOGIA

Uma das maiores divergências dos autores nestas duas obras ocorre no campo da cristologia, especificamente, na maneira de compreender a entrega de Cristo na cruz. Para Kasper, a morte de Cristo ocorre como morte vicária, ou seja, como representação de todos os seres humanos que, a partir deste sacrifício expiatório, ficam redimidos de todos seus pecados através da fé, acompanhada de suas correspondentes obras. O autor defende essa visão teológica da morte de Cristo, porque ela realça a gravidade do pecado por um lado, e por outro, a misericórdia do Pai para com a humanidade. Para o teólogo alemão, a morte vicária de Cristo também realça a imensidão da misericórdia divina, pois consegue acolher o sofrimento do Filho para salvar os filhos; realça, nesta mesma linha, a misericórdia do próprio Filho que livremente abraça o sofrimento para a salvação do mundo. Para Kasper, Jesus quis sofrer, pois

depois de a sua mensagem ter sido rejeitada, mostra-Se decidido a percorrer *vicariamente* pelo seu povo o caminho do sofrimento como última e suprema oferenda divina de misericórdia. Quando Simão Pedro se nega a aceitar a ideia da paixão e da morte, Jesus afasta de Si o apóstolo com duras palavras. O “tu, Satanás” expressa com uma insuperável acrimônia que Pedro não quer o que

¹⁷¹ No sentido de não dar vazão à sua ira.

¹⁷² Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 36.

¹⁷³ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 63.

Deus quer e que, portanto, pretende fazer fracassar a obra de Jesus (cf. Mc 8,31-33; Mt 16,21-23; Lc 9,22)¹⁷⁴.

O fato de Cristo querer assumir a morte dolorosa significa, para Kasper, que é conveniente satisfazer a justiça divina ferida pelo pecado humano através do sacrifício divino.

Sobrino, pelo contrário, relativiza essa visão teológica da morte vicária. Para ele

a cruz de Jesus poderia ser entendida como sacrifício expiatório ou como morte vicária pelos pecados dos homens. Mas estas afirmações, enquanto explicações, não vão ao central, podem ser enganosas e têm o perigo de trazer Deus ante o tribunal da razão humana, que lhe dita como deve perdoar¹⁷⁵.

O central para Sobrino é que a morte de Cristo na cruz mostra sua inexorável proximidade da humanidade, que nem mesmo a crucificação interrompe¹⁷⁶. Esta proximidade é fruto de um amor até o extremo, até o fim, cuja concretude transmite segurança e esperança à humanidade em relação à acolhida e ao perdão divinos. Para Sobrino, a abstração da morte vicária não esclarece, na prática, o dinamismo da salvação e do perdão que são frutos do amor e da proximidade divina que acolhem os necessitados. Portanto, para Kasper a morte de Jesus é querida pelo Pai para remediar representativamente o ser humano irremediavelmente condenado, enquanto para Sobrino a morte de Cristo manifesta sua salvação pela proximidade e acolhida inquebrantáveis de Deus para com a humanidade.

As duas visões realçam a misericórdia de Deus e a gravidade do pecado. Para Kasper, a misericórdia é realçada pela grandeza da vítima oferecida em sacrifício, enquanto para Sobrino pela proximidade. Ambos coincidem que a gravidade do pecado se manifesta por causar a morte, embora Kasper considere apenas a morte de Cristo e a sublinhe como expiação, enquanto Sobrino não a conceba simplesmente como expiatória e ainda alargue a sua perspectiva incluindo a morte de todos os seres humanos crucificados.

Outro tema cristológico que os dois autores tratam é a relação do sofrimento de Cristo com o sofrimento humano. Kasper trata-o numa subseção dedicada à existência vicária dos cristãos, onde faz um paralelo entre a pró-existência de Cristo e a pró-existência de cada cristão, que se fundamenta na comunhão mútua no âmbito da graça. Sobrino identifica o povo sofredor com o Cristo crucificado, como o faz também em outras obras suas¹⁷⁷, propondo uma

¹⁷⁴ KASPER, W. *A misericórdia*, p. 94-95, [grifo meu].

¹⁷⁵ SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 143-144.

¹⁷⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 144-145.

¹⁷⁷ SOBRINO, J. *Jesus na América Latina*, p. 230-234; SOBRINO, J. *Fora dos pobres não há salvação*, p. 20-28.

identificação tal, a ponto de conferir aos pobres que sofrem as prerrogativas salvíficas do próprio Cristo salvador. Com efeito, para Sobrino, o povo sofredor, por sua identificação com o Cristo crucificado, possui a possibilidade de conferir a graça do arrependimento aos seus verdugos, de dar-lhes o perdão na sua acolhida generosa e, assim, dar-lhes também uma vida nova e cheia de sentido. Portanto, Kasper ressalta o sofrimento dos fiéis que se unem misticamente a Cristo, entregando sua vida como serviço de salvação aos demais, enquanto Sobrino ressalta a concepção sacramental dos pobres, tirando daí suas consequências. Kasper realça os membros visíveis da Igreja, enquanto Sobrino abre a perspectiva para todos os sofredores inocentes, ainda que estejam fora desses limites visíveis.

4.4 ECLESIOLOGIA

Embora Sobrino se preocupe claramente com a renovação da Igreja, paradoxalmente não objetiva sua preocupação com a própria Igreja enquanto instituição, evitando uma espécie de autorreferencialidade eclesial. Preocupa-se antes com os membros por excelência da Igreja, ou seja, os pobres oprimidos. Esse desapego do institucional leva, ao contrário do que se poderia esperar, a uma grande credibilidade e fortalecimento eclesial. Para Sobrino, se for necessário, a Igreja deve perder tudo para servir e defender os pobres. Essa aparente perda devido à misericórdia, na verdade não é perda, pois, neste caso, a Igreja apenas ganha¹⁷⁸. O autor basco adverte que a renovação da Igreja passa pela vivência da misericórdia em todos os seus âmbitos para que se assemelhe a Jesus, que antes de tudo foi misericordioso.

Kasper não chega a afirmar que é necessário arriscar todo o institucional em favor dos pobres, mas adverte que a pior crítica que se poderá fazer à Igreja é que ela viva em desacordo com aquilo que prega, especialmente no que se refere à misericórdia¹⁷⁹. Sobrino coloca seu acento, em vista da renovação eclesial, no cuidado e defesa dos pobres e oprimidos, que também são sacramentos da graça de Deus, inclusive para a própria Igreja, enquanto Kasper preocupa-se em qualificar a Igreja desde dentro para servir melhor ao mundo, especialmente aos pobres.

Seguindo nesse mesmo tema, mas sob um outro ponto de vista, Sobrino afirma que o acicate para a renovação eclesial é a situação atual de injusta opressão dos pobres. Kasper, por sua vez, indica paradoxalmente o secularismo pós-moderno, com seus imensos desafios, como desencadeador da necessária renovação eclesial a ser realizada pela misericórdia.

¹⁷⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 42-44.

¹⁷⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 195.

Ambos convergem na ideia de que a Igreja deva fazer uma opção preferencial pelos pobres¹⁸⁰, e que deva ser pobre para os pobres e nunca seja conhecida como sendo dos ricos. No entanto, Kasper pondera que essa opção não deve levar a se fazer uma denúncia geral de todos os ricos, enquanto Sobrino, diferentemente, parece ver no acúmulo de bens uma consequente violência ao mínimo de vida digna de outros seres humanos, e, por isso, coloca ênfase na luta contra a concentração das riquezas como parte da missão evangelizadora da Igreja¹⁸¹. Ambos convergem, portanto, no essencial do tema e distanciam-se no modo de encaminhar a opção preferencial.

No âmbito da misericórdia dentro da Igreja, Kasper aborda o tema do Direito canônico, lembrando sua importância na manutenção da justiça dentro da vida eclesial. No entanto, reivindica que o exercício da justiça dentro da Igreja seja sempre pautado por uma justiça superior que considere, por exemplo, a *epiqueia*¹⁸² ou a *aequitas*¹⁸³ na aplicação das leis. Sobrino não faz referência ao Direito canônico, possivelmente devido ao seu objetivo na obra, que não é primordialmente uma busca de justiça na instituição eclesial, mas nas sociedades subdesenvolvidas, para cujo esforço a Igreja é chamada a ser cada vez mais instrumento eficaz.

4.5 TEOLOGIA DOS SACRAMENTOS

Um dos principais aspectos da vida eclesial é a celebração dos sacramentos. Neste sentido, ambos os autores tratam do sacramento da Reconciliação e do seu ministro, ou seja, o sacerdote. Quanto ao sacerdote, Kasper trata de maneira muito rápida e indireta em três ocasiões: quando exorta os sacerdotes à disponibilidade para o sacramento da Reconciliação, quando lembra que algumas pessoas não recorrem mais a esse sacramento devido a traumas e percepções de manipulação de consciência (evidentemente causados por sacerdotes) por ocasião da sua celebração, e quando lembra da necessidade de que os ministros da Igreja (entre eles, principalmente, estão os sacerdotes) possuam uma vida pobre.

Sobrino, ao contrário, dedica um capítulo inteiro para tratar do sacerdócio no contexto da América Latina. A principal afirmação de Sobrino sobre o sacerdócio é que não pode ser

¹⁸⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 75-77; cf. SOBRINO, J. *El principio-misericórdia*, p. 168. Sobrino fala ainda várias vezes da parcialidade de Deus e da Igreja em relação aos pobres.

¹⁸¹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericórdia*, p. 119.

¹⁸² Cf. GHIRLANDA, G. *O direito na Igreja*, p. 506. Segundo o autor, *epiqueia* é o princípio que permite dispensar o uso da lei num caso concreto cujo cumprimento acarretaria séria dificuldade, se se considera que o legislador o faria nestas mesmas circunstâncias.

¹⁸³ Cf. MOREIRA ALVES, J.C. *Direito Romano*, p. 82. Segundo o autor, o conceito de *aequitas* no período clássico do Direito é concebido como justiça ideal em contraposição ao concreto, enquanto no período pós-clássico é concebido como benevolência ou benignidade.

concebido como nas religiões pagãs, ou seja, como mediador sagrado entre a divindade e a humanidade. A concepção teológica e cristológica do sacerdócio esclarecem que sua essência é refletir o dinamismo de Deus que se aproxima do povo necessitado e se encarna para estar próximo, não se afastando da humanidade nem mesmo diante da cruz. Portanto, para Sobrino é sacerdotal tudo aquilo que colabora na aproximação de Deus com a humanidade e é sacerdote todo aquele que manifesta pela sua misericórdia a proximidade de Deus. Neste sentido, parece que o autor jesuíta se aproxima do sacerdócio pela dimensão existencial, que é própria do sacerdócio comum dos fiéis. Nada menos sacerdotal, para Sobrino, do que se utilizar do sacerdócio para afastar-se da miséria do mundo, refugiando-se numa prática religiosa. Não é possível afirmar diferenças explícitas entre os autores neste tópico, pois as afirmações de Kasper são escassas, mas é possível afirmar que essa afirmação de Sobrino sobre a essência do sacerdotal, pela sua novidade na consequência prática da teologia, parece discrepar tacitamente da concepção de Kasper, que, certamente, se pensasse igual, devido à originalidade da ideia, faria referência a ela, ao tratar do sacerdote no contexto da misericórdia.

Quanto ao sacramento da Reconciliação, Kasper dedica uma subseção inteira de um capítulo e Sobrino um capítulo inteiro sobre o perdão, em que toca no tema da absolvição dos pecados. O autor alemão trata da teologia desse sacramento, sua história, situação atual e efeitos renovadores na vida pessoal, eclesial e social. Lembra que a Reconciliação é fruto da Páscoa do Senhor e proporciona de forma imediata, direta e concreta o contato com a misericórdia de Deus, fazendo o ser humano participar daquela alegria celestial causada pelo arrependimento dos pecados. Por este motivo, não deve ser substituída pela orientação ou acompanhamento psicológico, pois sua função é mais profunda, a saber: perdoar e assim renovar a vida espiritual do indivíduo e de toda a Igreja. Kasper defende ainda a prática da confissão por devoção porque “o sacramento da Penitência é uma manifestação específica essencial na vida da Igreja, pois também os pecados quotidianos são manchas e rugas da esposa de Cristo, que atenuam a força da sua irradiação e afetam a vida da Igreja em geral”¹⁸⁴.

Sobrino trata indiretamente deste sacramento quando fala do perdão pessoal como instrumento do perdão estrutural. Neste contexto, propugna o que chama de perdão-acolhida, que embora inclua o que denomina de perdão-absolvição, o ultrapassa, pois é o perdão genuíno, já que é na acolhida que o interlocutor encontra a garantia do perdão. Esta abordagem corre o risco de uma relativização do sacramento da Reconciliação? E a seguinte citação corrobora essa dúvida?

¹⁸⁴ KASPER, W. *A misericórdia*, p. 202.

Esse Deus absolutamente próximo, que não faz nem sequer da cruz pretexto para deixar de ser próximo, é o Deus que pode pronunciar uma irrevogável palavra de amor aos seres humanos, e quando estes escutam em verdade essa palavra de amor, não necessitam já que alguém lhes fale de um possível perdão-absolvição da parte de Deus. Sabem-se amados por Deus incondicionalmente; sabem-se acolhidos por Deus; sabem-se aproximados a Deus na absoluta aproximação de Deus a eles¹⁸⁵.

Evidentemente, Sobrino não propugna uma doutrina ou prática antagônica àquela usada pela Igreja, mas parece priorizar uma concepção existencialista, como a de Heidegger, no qual a existência precede a essência¹⁸⁶, para que não falte a esse sacramento sua dimensão fundamental, cujo efeito seria repercutir existencialmente o que realiza ontologicamente.

Portanto, quanto ao sacramento da Reconciliação parece haver uma notável diferença entre os autores. Com efeito, Kasper concebe a celebração do sacramento como a fonte da graça da reconciliação, enquanto Sobrino entende que esta graça é dada sobretudo na acolhida que realiza e significa a remissão dos pecados, sem excluir, contudo, a noção de absolvição, como ele expressamente afirma¹⁸⁷.

4.6 ÉTICA SOCIAL

Para a construção de uma sociedade guiada pelos valores evangélicos e, portanto, tendo a misericórdia como um valor fundamental, Sobrino propõe a erradicação da pobreza, lutando contra as injustiças que oprimem os pobres¹⁸⁸. Kasper, por sua vez, propõe a construção de uma cultura da misericórdia que tenha especial acento no serviço aos pobres, numa perspectiva escatológica¹⁸⁹. Esta diferença pode ser entendida a partir do lugar de fala de cada um dos autores. Sobrino fala desde uma sociedade caótica, extremamente injusta e opressora, arrasada pela violência contra os pobres e seus defensores. Assim, pode-se entender por que sua teologia social solicite a participação de outros agentes libertadores que não professam a fé cristã. Kasper, como cardeal da Igreja de Roma, fala desde uma perspectiva mais universal, influenciado sobretudo pela realidade europeia. Não é difícil perceber a menor tensão a que

¹⁸⁵ SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 144.

¹⁸⁶ Cf. HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*, p. 176-212.

¹⁸⁷ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 143. Eis sua afirmação: “Pero en los evangelios, más que la absolución, aparece la acogida de Jesús al pecador; más que el perdón-absolución, aparece el perdón-acogida. Y esta diferencia es crucial. La acogida incluye la absolución, pero es mucho más que eso”.

¹⁸⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 99-103.

¹⁸⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 77.

Kasper está submetido ao pensar sua teologia social, se comparado com Sobrino, cujo ambiente é a morte de centenas de pessoas inocentes, inclusive a de seu arcebispo e seus irmãos jesuítas, que foram martirizados muito próximos cronologicamente de seus escritos. Parece ser este o motivo de Kasper conseguir ser mais abrangente, tocando em temas mais universais da teologia social, enquanto Sobrino consegue ser mais profundo na defesa de uma teologia social comprometida com a práxis libertadora. Ambos coincidem, no entanto, que a misericórdia deve ser o elemento propulsor de sanação e desenvolvimento da sociedade.

Kasper aborda expressamente a chamada Doutrina Social da Igreja na sua obra, dedicando uma seção para analisá-la. Lembra que o desenvolvimento desta doutrina colocou a misericórdia ou a caridade como seu fundamento, indo além da mera justiça social. Expõe ainda alguns de seus princípios como a precedência do trabalho sobre o capital, a liberdade e a subsidiariedade. Sobrino, embora elaborando uma teologia eminentemente social, não chega a referir-se manifestamente à Doutrina Social da Igreja nesta sua obra. É notável que ambos os autores privilegiem a misericórdia antes ainda que a justiça como fundamento da práxis social, embora Sobrino deixe transparecer mais explicitamente seu desejo de que através da misericórdia se chegue urgentemente à justiça social.

Kasper reivindica que o amor ao próximo, especialmente aos pobres, é superior a todas as virtudes, inclusive ao martírio. Sobrino coincide com essa afirmação, pois defende que o motivo último que move os agentes da libertação deve ser a misericórdia para com os sofredores e não as ideologias ou teorias. Neste assunto, Kasper afirma expressamente que o amor a Deus deve vir primeiro para que o amor fraterno seja autêntico; Sobrino não chega a afirmá-lo.

Uma outra grande diferença entre os autores verifica-se em relação à avaliação das chamadas obras de misericórdia. Sobrino tece reiteradas críticas e demonstra preocupação em relação a elas, pois podem levar a tratar apenas as consequências das injustiças sem atacar as causas¹⁹⁰, aliviando falsamente a consciência dos cristãos em relação às injustiças, mas não os levando a transformar as estruturas de pecado que são o motivo que levam à morte e ao sofrimento uma multidão de crucificados. Sobrino lembra que o mundo da antimisericórdia pode aceitar as obras de misericórdia, mas não o princípio misericórdia. O princípio misericórdia, com efeito, não consiste apenas em ajudas pontuais, mas trata-se de um processo que principia com a interiorização do sofrimento alheio e reage ante esse sofrimento durante todo o processo de libertação, até o fim, movido sempre pela compaixão. Lembra ainda que a Igreja ou os grupos, quando se movem pelas obras de misericórdia, não são perseguidos, mas

¹⁹⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 32.

quando se movem pelo princípio misericórdia, certamente o são. Kasper, ao contrário, defende e promove as obras de misericórdia, afirmando que possuem uma grande relevância social. Para ele, de fato, sua prática, além de responder a reptos sociais graves e urgentes, favorece o surgimento de uma cultura da misericórdia que voluntariamente pode criar caminhos de superação da fome, da indiferença, do rechaço dos imigrantes, da mercantilização da medicina, da carência de educação, da desolação existencial e do desconhecimento das injustiças estruturais. Além disso, Kasper lembra que as obras de misericórdia ajudam o desenvolvimento social na medida em que levam o ser humano a superar a autorreferencialidade e vencer o endurecimento do coração.

Kasper lembra que não basta apenas a ajuda material, pois o trabalho misericordioso em favor dos necessitados deve ser acompanhado sempre de carinho e manifestação de proximidade. Somente essa atitude proporciona-lhes sensação de amparo e, portanto, de esperança em um futuro melhor. Sobrino, nesta obra, não chega a usar explicitamente as mesmas ideias que Kasper sobre esse assunto, mas as deixa entrever tacitamente quando propugna uma proximidade tal que leve os agentes da misericórdia para com os pobres a participarem da mesma sorte deles, ainda que seja o espólio ou a morte injusta.

Kasper admite a existência de outros tipos de pobreza que não apenas a material ou física; são elas a pobreza anímica, relacional, cultural e espiritual. Para ele, estas chamadas novas pobrezas não são menos importantes que a pobreza material. No entanto, coincide com Sobrino ao afirmar que a pobreza física deva ser a primeira a ser enfrentada. Embora Sobrino não fale diretamente de outras pobrezas nesta obra, deixa entrevê-las quando fala da vida sem sentido no mundo desenvolvido e do pecado individual ou estrutural que prejudicam seus próprios protagonistas; para ele essas outras pobrezas somente serão superadas com o empenho em extirpar a pobreza material, que, segundo ele, é a mais importante. Não somente Sobrino, mas também Kasper afirmam que a vida nos países ricos evidencia pobreza espiritual manifestada na falta de sentido existencial e é fruto da opulência que, por sua vez, leva ao individualismo e à indiferença em relação ao sofrimento alheio.

Ao argumentar sobre a necessidade de uma cultura da misericórdia na sociedade, Kasper faz uma análise sobre a história recente do papel do Estado. Lembra que a misericórdia não é bem-vista nem pelo Estado coletivista, que a considera alienante, nem pelo Estado liberal, que a considera desmotivadora. Estes dois tipos de Estado, no entanto, não conseguiram responder adequadamente às necessidades das populações. Segundo ele, contudo, o chamado moderno

Estado social de direito¹⁹¹ conseguiu cumprir um papel satisfatório durante algum tempo, mas ultimamente também demonstra sinais de crise devido à incapacidade de se manter o nível de consumo e arrecadação. Kasper propõe, então, que a necessária reforma do moderno Estado social de direito inspire-se nos princípios da Doutrina Social da Igreja, que tem a misericórdia como fundamento. Sobrino, por sua vez, em sua análise estatal, que não está sistematizada como no caso de Kasper, critica dura e terminantemente os estados nacionais desenvolvidos que assumiram o capitalismo e que, procurando disseminar suas ideias para as nações subdesenvolvidas, financiam a luta contra aqueles que buscam uma economia alternativa à desumanizadora e opressora economia liberal de mercado. Neste sentido, Sobrino parece divergir de Kasper, pois seus escritos apontam para um distanciamento do neoliberalismo e capitalismo, ainda que reformados, enquanto Kasper critica o capitalismo, mas propõe que este seja reformado visando um melhoramento no âmbito social¹⁹².

Ao tratar da doutrina sobre a guerra, Kasper, lembrando os imperativos de Jesus Cristo de dar a outra face quando agredido e o de não matar do decálogo, estabelece a firme impossibilidade de qualquer tipo de guerra. No entanto, questiona-se a respeito do caso limite de uma injusta, reiterada e grave agressão a grupos inocentes e indefesos; seria aceitável o conceito de guerra justa, sob a condição de ter como meta a paz, uma vez esgotados todos os meios, limitando a violência aos meios adequados e com fundadas expectativas de melhorar a situação?¹⁹³. Esta tácita possibilidade de Kasper aceitar a guerra parece ir ao encontro da alegação de Sobrino, que se encontra fazendo teologia em ambiente cujas características são semelhantes àquelas hipóteses de guerra justa levantada pelo autor alemão. Com efeito, o ambiente de El Salvador, na época dos escritos de Sobrino, era intensamente violento e injusto, com verdadeiro aniquilamento de pobres indefesos e consequente extensa lista de mártires. Aproximando-se da argumentação de Kasper sobre a guerra com o intuito de defesa, o autor basco afirma que “para motivar os opressores a deixarem de sê-lo, dever-se-á usar de todos os meios persuasivos e coercitivos, apelar às conveniências políticas e à ameaça de que a situação do Terceiro Mundo pode levar ao desastre todos os mundos”¹⁹⁴. Percebe-se, assim, uma notória concordância dos dois autores neste tema.

Kasper e Sobrino coincidem na medida em que os dois contrapõem-se à errônea utilização da ideia de misericórdia na vida social, quando se propugna uma maior proteção ao

¹⁹¹ Segundo a doutora em Direito Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o “Moderno Estado Social de Direito” consiste no desenvolvimento do Estado liberal, que ao fracassar, passou a intervir mais na sociedade.

¹⁹² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 221-227.

¹⁹³ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 233-234.

¹⁹⁴ SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 157-158.

agressor do que ao agredido ou a não punição do agressor, transmitindo um sinal de injustiça aos fracos e oprimidos. Kasper o afirma expressamente, enquanto Sobrino o afirma tacitamente ao criticar a falta de punição aos agentes militares e paramilitares que violentam os pobres que buscam se organizar em El Salvador ou Guatemala.

Outra coincidência dos dois autores na teologia social é a afirmação de que faz parte da prática da misericórdia para com os pobres e oprimidos a denúncia de todos os mecanismos e sujeitos que perpetram as injustiças. No entanto, Kasper denuncia outros elementos de injustiça social, como o aborto, considerados pelo Concílio Vaticano II (LG 51) e por João Paulo II (EV 58) como crimes abomináveis, pois são dirigidos aos mais inocentes e indefesos.

4.7 TEOLOGIA MORAL

Dentro do tema da misericórdia, o perdão ocupa um lugar de destaque. Sobrino e Kasper coincidem quando argumentam sobre a necessidade da prática do perdão entre pessoas, instituições e nações a fim de que seja construída a paz e se possa obter uma perspectiva de futuro que transmita esperança às gerações hodiernas. Sobrino dedica três capítulos de sua obra para esse fim, a saber: o que trata da América Latina como lugar de perdão, o que trata da relação entre o perdão pessoal e o perdão estrutural e, por fim, o que trata do sacerdócio, cujo múnus da absolvição precisa ser ampliado, segundo ele. Nestes capítulos o autor basco propugna a prática do perdão aos opressores para transformá-los de inimigos em parceiros e assim mudar as estruturas de pecado. Com efeito, os pobres têm a possibilidade ímpar de fazer os pecadores reconhecerem suas ofensas e, com o perdão-acolhida, serem profundamente transformados. Kasper, por sua vez, dedica vários trechos de sua obra para afirmar que a misericórdia divina está constantemente disponível para o perdão. Utiliza ainda duas subseções de capítulos para o tema: uma para falar explicitamente do perdão aos inimigos e outra sobre o sacramento da Reconciliação, fonte do perdão de Deus e de conseqüente perdão ao próximo.

Para o autor alemão, a crítica de Freud sobre o perdão aos inimigos, na qual o psiquiatra austríaco questionava-se sobre a indefinição a respeito das conseqüências de não se colocar freio ao agressor, é respondida por ele mesmo com uma outra pergunta acerca das conseqüências de não se sanar com o perdão a escalada do ódio, fruto, justamente, da falta de perdão. Na verdade, é o perdão aos inimigos que vai transformar as situações críticas de violência em esperança no futuro. Os lugares de fala e o enfoque de ambos são diferentes, mas Kasper e Sobrino falam substancialmente a mesma coisa no que se refere ao perdão.

Quanto à idolatria, Sobrino destaca o poder e o dinheiro que levam alguns poucos a oporem-se à organização e emancipação dos pobres; enquanto Kasper parece dar ênfase à soberba intelectual que leva muitos pensadores a contraporem-se à Deus e sua misericórdia.

4.8 TEOLOGIA DA GRAÇA

Ambos os autores tratam da busca de Lutero por um Deus benévolo. Kasper afirma que sua angústia por nunca conseguir a autojustificação através das obras levou o Reformador a descobrir a misericórdia divina que se justifica sob o prisma do perdão e não do castigo. Isso levou-o a vencer o medo do pecado e do inferno e deu-lhe a alegria do *sacrum commercium*, onde Deus assume a humanidade e confere-lhe a participação na divindade, gratuitamente. Segundo Kasper, para Lutero, é possível, portanto, ser justificado sem pretender uma autojustificação que na prática nunca é lograda. Sobrino trata pontualmente de Lutero, a modo de citação, quando relata a dificuldade de reconhecer a realidade do pecado nos dias atuais e quando trata do sacerdócio sob o ponto de vista do Novo Testamento¹⁹⁵. Lembra, assim, a diferença da mentalidade hodierna no que se refere ao pecado quando comparada com a consciência de Lutero antes da sua compreensão da misericórdia divina que atua através da graça. Expõe ainda o fechamento do reformador em relação ao sacramento da ordem por não perceber como instrumento da misericórdia, mas, ao contrário, da opressão e do medo de não se salvar. A utilização realizada por Kasper e Sobrino da figura de Lutero e da sua teologia da justificação pela graça mostram que não há explicitamente desacordo entre ambos neste tema específico, apenas enfoques distintos. É preciso ressaltar que Kasper alude à Declaração conjunta entre católicos e luteranos a respeito do entendimento sobre a doutrina da justificação¹⁹⁶, que ainda não havia sido assinada por ocasião dos escritos de Sobrino.

4.9 ESCATOLOGIA E SOTERIOLOGIA

Em um dos pontos da escatologia tratados nestas duas obras não existe antagonismo entre as afirmações dos dois autores, mas apenas acentos diferentes. É o caso da afirmação de Kasper sobre a impossibilidade de se conseguir a plena justiça nesta vida terrena, seja no âmbito social ou eclesial. Segundo ele, a justiça perfeita só seria conseguida, ironicamente falando, com um sistema violento e totalitário. A tentativa de se criar um Céu na Terra levaria a um

¹⁹⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 165.

¹⁹⁶ COMISSÃO MISTA CATÓLICO-LUTERANA. *Declaração conjunta sobre justificação*, p. 7-8.

inferno¹⁹⁷. A teologia de Sobrino, por dar acento à necessidade de erradicar a pobreza e a opressão feita contra os pobres, parece estar em antagonismo com essa afirmação de Kasper, mas não está. Com efeito, em outra obra sua¹⁹⁸ o autor basco fundamenta a esperança no amor, sem invocar o argumento da fé escatológica numa outra vida. No entanto, Sobrino tem clareza que só na escatologia a perfeição da justiça será alcançável, pois em outra obra mais recente expõe claramente a esperança escatológica na vida futura¹⁹⁹, e com isso, fica claro que não contradiz a afirmação kasperiana, apenas exorta à necessidade de evangelicamente buscar, quanto for possível aqui e agora, aquela semelhança com a justiça eterna na vida terrena. Portanto, seria uma interpretação apressada estabelecer antagonismo entre a visão de ambos neste ponto da escatologia.

Para Kasper, somente a escatologia poderá explicar, ou melhor, possuir alguns argumentos a um tema tão sensível para a teologia como o sofrimento dos inocentes. No fundo é trazer à tona o tema da teodiceia ou, como alguns dizem, o tema da antropodiceia. Para o autor alemão nenhuma mera explicação intelectual pode satisfazer a perplexidade humana diante dos indefesos e inocentes que sofrem injustamente. No entanto, a esperança escatológica numa justiça perfeita, pode trazer sinais de sentido para o estarecimento do intelecto humano ante o sofrimento inocente. Além disso, Kasper lembra que a proximidade e o testemunho da misericórdia por parte dos crentes pode, de alguma forma, responder escatologicamente àqueles que não têm fé, numa perspectiva de se esperar além do mero imanente. Sobrino, por sua vez, nesta obra, toca poucas vezes no tema da escatologia, mas propõe a luta para que os inocentes não sofram desde o aqui e agora. Propõe o perdão aos opressores por parte dos inocentes como modo de se ter esperança no futuro, deixando o perdão escatológico para Deus.

A soteriologia que Sobrino apresenta nesta obra persegue uma libertação integral, salvação histórica, que põe sua ênfase na erradicação do sofrimento dos pobres, que para ele é o fato maior e mais urgente da atualidade, e tacitamente indica a salvação escatológica, cuja preocupação não deve diminuir a práxis libertadora no aqui e agora²⁰⁰. Kasper, por sua vez, indica a misericórdia para com os pobres a condição *sine qua non* para a salvação escatológica, que possui destaque maior na sua obra. Quando falam da possibilidade de salvação sob a perspectiva da misericórdia divina, ambos defendem a assimetria entre a possibilidade de

¹⁹⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 247.

¹⁹⁸ SOBRINO, J. *Espiritualidade da libertação*, p. 195-198.

¹⁹⁹ Cf. SOBRINO, J. *Fora dos pobres não há salvação*, p. 151-154.

²⁰⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericórdia*, p. 185 e 198; cf. SOBRINO, J. *Fora dos pobres não há salvação*, p. 151-159.

salvação e condenação²⁰¹. Pode-se dizer que neste ponto a visão de ambos são idênticas, mostrando apenas enfoques diferentes.

Kasper defende que a misericórdia de Deus tem um papel central na salvação de todo e qualquer ser humano, não podendo se esperar a salvação sem ela. No entanto, adverte que não se deve barateá-la, no sentido de se propugnar que todos se salvarão devido à misericórdia divina ou ainda que não exista a possibilidade da eterna danação. Sobrino não desenvolve esse tema na presente obra, a não ser secundariamente.

Kasper apresenta a comunhão dos santos como caminho de salvação através da morte ou sofrimento vicário oferecidos pelos outros. Neste sentido, apresenta o exemplo comovente de vários santos e místicos que ofereceram sua vida pela salvação de muitos que estavam sob a perspectiva da não salvação. Sobrino apresenta a mesma dinâmica, mas com perspectivas distintas, a saber, esse oferecimento da vida ou do sofrimento é realizada não só por parte dos cristãos, mas também por homens e mulheres de boa vontade, que têm como objetivo primário a salvação histórica dos pobres. Esses homens e mulheres, embora não tenham a salvação eterna como horizonte primário, mas as necessidades prementes, nem sempre estão fechados a essa perspectiva soteriológica. Sobrino concretiza essa comunhão dos santos através do relato do martírio de seus irmãos jesuítas em El Salvador.

²⁰¹ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 173; cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 139.

5 O DIÁLOGO ENTRE JON SOBRINO E WALTER KASPER SOBRE A MISERICÓRDIA

Após a comparação das premissas, dos métodos e dos conteúdos das duas obras realizada no capítulo anterior, passa-se agora para as outras duas etapas da análise comparativa que aqui denomino síntese e criação²⁰². Essas etapas serão concretizadas através da continuação do diálogo já iniciado entre ambos os autores. O aprofundamento do diálogo neste capítulo levará à síntese, e o fruto do diálogo representará a etapa criativa da análise comparativa.

A síntese e a criação, que serão realizadas a partir de um suposto diálogo entre os autores, pressupõe inter-relação de ideias sobre um mesmo assunto que, por sua vez, geram novas possibilidades de concordância ou questionamentos entre os dois teólogos. Os temas mais relevantes, tratados sob a temática da misericórdia, foram escolhidos sob o critério de importância para o pensamento do próprio autor e de relevância para o pensamento do interlocutor. São eles a libertação, a morte vicária de Cristo, os pobres e o sofrimento no mundo, a renovação da teologia e a reforma da Igreja. A esse diálogo serão eventualmente convidados outros autores que enriquecerão seu teor com suas contribuições.

Como no capítulo anterior, não serão referenciadas todas as afirmações dos dois autores, pois já o foram em capítulos anteriores, com exceção das mais importantes.

5.1 LIBERTAÇÃO E MISERICÓRDIA

Sobrinho manifesta interesse primordial neste tema ao tratar da misericórdia. Em toda a extensão da obra ora tratada percebe-se que a meta última de seu trabalho é a libertação da situação de injustiça e opressão vivida por milhões de pobres. A misericórdia é o princípio e o sustento de todo o processo, mas a meta é a libertação. Libertação que coincide com a visão de seu companheiro Ellacuría, ou seja, libertação integral²⁰³. Para Ellacuría, a libertação na visão cristã inclui a libertação do pecado e sua consequência que é a morte (sobretudo a morte infligida aos pobres) e ainda do seu aguilhão que é a lei, para assim se atingir a libertação integral do ser humano, como fruto da fé, pois “não existe fé sem justiça, assim como não existe justiça sem fé”²⁰⁴. No entanto, essa libertação integral deve começar pelo mais urgente, ou seja,

²⁰² Cf. BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, p. 267-273.

²⁰³ O termo “libertação integral” foi explicado pela Instrução *Libertatis Conscientia* da Congregação para a Doutrina da Fé como libertação “de tudo aquilo que impede o desenvolvimento das pessoas” (n. 63) numa perspectiva temporal e não apenas de salvação eterna.

²⁰⁴ ELLACURÍA, I. *Libertação*, p. 323.

libertação da clamorosa situação de pobreza material e violência sofrida pelos povos latino-americanos. Por isso, todos os temas da presente obra de Sobrino visam a libertação, começando pela teologia e passando pela Igreja, o perdão, o sacerdócio, a liturgia, a fé, a história. A misericórdia é o grande tema motivador e a libertação é o grande tema teleológico de Sobrino.

Essa visão geral da libertação de Sobrino pode ser compartilhada com o pensamento amadurecido do teólogo inglês Milbank. Segundo Milbank, o tema libertação remete à ideia de que a salvação implica o desaparecimento da injustiça social e a construção de uma sociedade justa, bem como a inclinação humana a libertar-se de todas as restrições, sendo, assim, um sinal da disponibilidade humana diante de Deus²⁰⁵.

A presente obra de Kasper não trata do tema libertação e mesmo a expressão “libertação” ou “libertador” é raramente usada. Quando utiliza o termo libertação, trata especialmente da libertação efetuada pelo sacramento da Penitência. Ao se referir aos profetas do Antigo Testamento, cujas palavras e ações manifestam-se em defesa dos pobres e denunciando seus opressores, o autor alemão defende a legitimidade de se falar em “opção preferencial pelos pobres”. Sente mesmo a tentação de falar da utopia de uma nova ordem social, mas logo complementa que utopia não seria o termo acertado, pois não se trata de um projeto humano, mas da vontade de Deus para a vida das pessoas e de Sua promessa escatológica. Quando trata do sofrimento humano não apela à mesma noção de libertação utilizada por Sobrino, mas o remete à esperança escatológica e à caridade fraterna, afirmando que esta é sinal da outra. Ao tratar do episódio da saída do povo de Deus do Egito, não faz menção à libertação, mas apenas indica a revelação do nome divino. Num outro ponto de sua obra afirma que a solicitude pelos pobres e miseráveis é a quinta-essência da missão de Jesus, mas amplia o conceito de pobre para além do material. Coloca sua ênfase no cuidado dos pobres mais do que num processo que os levaria à libertação, como faz Sobrino. Quando discorre sobre os inúmeros benefícios da ação caritativa da Igreja durante os séculos não trata do conceito “libertação” como processo, mas do alívio que o serviço trouxe a eles. Ao abordar a dimensão política da misericórdia também não trata da libertação nos moldes latino-americanos, mas apenas da necessidade de se opor à graves condutas que prejudicam o próximo e, sobretudo, do tema da guerra.

Portanto, o diálogo entre Sobrino e Kasper sobre o tema da libertação no contexto da misericórdia, leva-os a coincidir sobre a importância da mesma misericórdia no tratamento dos pobres. Sobrino, no entanto, insiste que a misericórdia necessita ser dirigida coletivamente aos

²⁰⁵ Cf. MILBANK, J. *Teologia da libertação*, p. 1033.

milhões de pobres materialmente falando, não apenas com obras pontuais, mas com um processo que os retire dessa condição e os emancipe, denunciando a violência e indiferença dos ricos enquanto indivíduos ou nações, colocando-se parcialmente a favor dos desfavorecidos e sofrendo as consequências dessa opção, mesmo o martírio. Lembra do perigo de não se pensar no serviço aos pobres como processo libertador, pois assim não se chega às raízes últimas da injustiça.

Kasper, por sua vez, lembra que as obras de misericórdia, embora pontuais, são importantes no alívio urgente das principais necessidades dos pobres. Além disso, essas obras podem fomentar uma cultura da misericórdia na sociedade, pois fazem com que o ser humano saia do seu egoísmo e abra-se às necessidades alheias²⁰⁶. Kasper parece dar a entender, nesse diálogo, que, devido à situação atual da humanidade, propor um processo antes que realizar as obras pontuais pode ser desestimulador para o homem hodierno, caracterizado pelo imediatismo e influenciado pelo hedonismo. Segundo esse suposto pensamento de Kasper, para muitos, hoje, a libertação seria algo distante, utópico, escusável.

Pode-se ainda intuir que, ao tratar reiteradamente da misericórdia de Deus em relação à humanidade e do efeito que essa misericórdia traz ao coração humano, enquanto paz e solidariedade, o teólogo alemão pareça conceber a libertação algo semelhante a Sesboüé, ou seja, como consequência da misericórdia divina que liberta o ser humano do pecado. Com efeito, Sesboüé entende a libertação no sentido de uma libertação antropológica, ou seja, a concebe como participação na filiação e na natureza divina, penhor de alforria dos elementos que escravizam o ser humano²⁰⁷. Essa libertação interior levará à libertação integral. No entanto, a libertação integral de Kasper parece não ser a mesma de Sobrino, pois esse possui um otimismo grande quanto à uma melhora significativa nas condições estruturais da humanidade, enquanto aquele parece ter seu otimismo dirigido mais à solidariedade, à vida interior e à escatologia.

Neste sentido, outra diferença neste assunto é a exortação de Sobrino a que a ação libertadora em favor dos pobres seja antes de tudo coletiva²⁰⁸, enquanto Kasper, ao contrário, propugna que a caridade deve ser primariamente pensada e dirigida ao indivíduo, pois

o compromisso social e político só será credível quando, longe de se limitar a formular exigências junto de instituições estatais, eclesiais ou de qualquer outro tipo, viva de modo concreto e exemplar o seguimento de Cristo e a

²⁰⁶ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 240-242.

²⁰⁷ Cf. SESBOÜÉ, B. *O homem, maravilha de Deus*, p. 322-323.

²⁰⁸ SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 22.

proexistência cristã no próprio âmbito pessoal e no encontro social imediato²⁰⁹.

No entanto essa diferença entre os dois autores pode ser colocada num patamar de complementariedade, mais do que de antagonismo, pois ambos os enfoques são verdadeiros quando relacionados a contextos sociais distintos.

Ao finalizar esse diálogo entre os dois teólogos, poder-se-ia chegar a um suposto fruto, dentro daquilo que se compreende da ideia geral de ambos. O fruto é suposto pois o diálogo também é suposto. É uma tentativa de avançar ousadamente sobre o ponto nevrálgico de suas divergências no assunto libertação e misericórdia com o intuito de encontrar novos horizontes sob o enriquecimento mútuo. Neste sentido, o tema libertação e misericórdia tratado por ambos traz a questão do princípio misericórdia como processo libertador defendido por Sobrino e das obras de misericórdia como protagonistas de uma emersão do individualismo e indiferença onde estão mergulhados os homens e mulheres de hoje, defendido por Kasper. Sem dúvida são visões antagônicas, mas o desejo de empatia teológica pode supostamente levar Sobrino a perceber que as obras de misericórdia no contexto atual de pós-modernidade podem contribuir num primeiro momento do processo do princípio misericórdia, enquanto Kasper pode perceber que no mundo subdesenvolvido as meras obras de misericórdia são insuficientes diante de estruturas de pecado tão perversamente estruturadas com a finalidade de manter o *status quo*.

5.2 MORTE VICÁRIA DE CRISTO E A MISERICÓRDIA

Tendo presente a análise comparativa dos dois autores sobre a morte vicária feita no capítulo anterior, é possível fazer emergir um suposto diálogo entre ambos sobre o referido tema. Os supostos frutos desse diálogo não são posições novas de ambos os teólogos, mas especulações teológicas a partir do estudo de suas verdadeiras ideias sobre o tema.

Sobrino deixa claro que a concepção de morte vicária de Cristo não ajuda a chegar na explicação do que é essencial. Para o teólogo basco, é necessário extrair da morte de Cristo seu ensinamento principal, que é a proximidade inquebrantável de Jesus na cruz em relação a todos os crucificados, fruto de Seu amor infinito. É necessário que os pobres aprendam da cruz não apenas uma abstração, mas consequências lógicas e práticas para sua vida, que frequentemente é dolorosa. Na cruz, Jesus assume a vida dos pobres. Sobrino adverte ainda o perigo de, ao se

²⁰⁹ KASPER, W. *A misericórdia*, p. 185-186.

utilizar a noção de morte vicária, manusear arbitrariamente a vontade de Deus, ao se estabelecer de antemão a maneira como Ele deve reconciliar o mundo consigo²¹⁰.

Kasper, por sua vez, insiste que a noção de morte vicária ensina aos fiéis o amor de Deus por todos e cada um, e mostra cruamente a gravidade do pecado, ao exigir uma vítima divina, além de arrastar os cristãos, com o exemplo da entrega de Cristo, para uma vida cuja existência seja vicária em relação a todos os necessitados, e não apenas aos necessitados materiais. Negar a noção de morte vicária, para ele, pode representar o barateamento da misericórdia divina e da gravidade do pecado.

Antes, porém, de adentrar nesse diálogo sobre a morte vicária, convém tomar outros autores que definam e concebam diversamente o significado da morte de Jesus.

Izquierdo Urbina afirma que a morte de Jesus teve uma dupla finalidade. Primeiro o serviço de entregar a sua vida; e o segundo, inseparável do primeiro, o de resgate, pois Ele veio “para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mt 20,28)²¹¹. Assim, na última ceia, o lava-pés é o sinal da salvação e da chegada do Reino.

Para Boff, o significado da morte de Cristo é compreendido à luz da encarnação, quando Se identifica com a humanidade. Assim, sua morte possui um duplo sentido para os cristãos: o primeiro é de ser morte por amor, como doação e serviço, levando o cristão a fazer da sua existência uma doação e serviço aos demais. O segundo é de ser morte salvífica, pois, por ela, Cristo reconcilia toda a humanidade; o cristão vê na cruz o novo sentido de sua vida, uma vez que os valores da cruz são muito superiores aos valores meramente humanos²¹².

Segundo Ocariz, Mateo Seco e Riestra, a noção de morte vicária de Cristo é compreendida com a noção de satisfação vicária, ou seja, Sua morte inocente oferecida ao Pai como reparação por todos os pecados da humanidade e de cada ser humano em particular. No entanto, não deve ser confundida com a mera teoria jurídica da substituição penal. Com efeito, Cristo na cruz não substitui a humanidade, mas a une a Si como seu corpo, sendo Ele sua Cabeça, para que o Seu sacrifício seja o sacrifício de todos. Nesta capitalidade, manifesta Sua íntima solidariedade para com os homens, fruto de Sua imensa misericórdia. Tampouco a morte vicária pode ser concebida como vingança ou castigo por parte do Pai, mas, ao contrário, como misericórdia de Deus, que assume o sofrimento do Filho sob a perspectiva de expiação do pecado do mundo²¹³.

²¹⁰ SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 143-144.

²¹¹ Cf. IZQUIERDO URBINA, César. *Teologia fundamental*, p. 487-488.

²¹² Cf. BOFF, L. *Morte*, p. 400-401.

²¹³ Cf. OCARIZ, MATEO SECO e RIESTRA. *El misterio de Jesucristo*, p. 418-423.

Ocariz, Mateo Seco e Riestra assumem a noção de morte vicária, enquanto Izquierdo Urbina e Boff tratam da questão com outro enfoque, não chegando a endossá-la. No entanto, esses dois últimos autores parecem não descartar a concepção de morte vicária, mas assumem de alguma forma a noção de Sobrino em relação à morte de Jesus, no sentido de proximidade movida pela entrega da vida no amor.

Com a colaboração desses teólogos, pode-se agora aprofundar o suposto diálogo de Sobrino e Kasper a respeito da morte vicária sob a perspectiva da misericórdia, buscando seus possíveis frutos teológicos. Dentre esses frutos poder-se-ia encontrar a valorização da noção teológica de morte vicária sem pretender absolutizá-la ou supervalorizá-la e sem deixar de ser acompanhada de uma noção complementar, aquela que preocupa Sobrino, a saber: Jesus é o Servo Sofredor que se identifica com os pobres e sofredores deste mundo, está muito próximo deles, manifesta parcialidade em relação a eles e transmite, assim, a esperança de que o sofrimento e a morte injusta sempre vêm acompanhada da ressurreição. Assim a noção da morte vicária de Cristo pode manter aquela segurança do perdão querida por Kasper, enquanto a noção da proximidade de Jesus pode manter a segurança da esperança querida por Sobrino. Esse fruto do suposto diálogo, além concordar com a noção de Kasper, Ocariz, Mateo Seco e Riestra sobre a morte vicária, considera também as noções caras para o próprio Sobrino como a proximidade identificada e misericordiosa, além daquelas defendidas por Izquierdo Urbina e Boff como o resgate, a salvação e a entrega.

Por outro lado, Kasper pode lembrar que a noção de morte vicária de Cristo repercute na vida de cada cristão como existência vicária, ou seja, doação generosa da vida em prol do semelhante, sabendo morrer para que os outros tenham vida. Essa repercussão, que é semelhante àquela defendida por Boff, pode ser utilizada, inclusive, dentro do ambiente conflagrado desde onde Sobrino constrói sua teologia, pois poderá manter viva a noção de existência vicária como martírio, que é tantas vezes exigido nestes ambientes, a fim de que se seja fiel à misericórdia divina.

Sobrino, por sua vez, pode lembrar que a noção da proximidade do Servo Sofredor, que se identifica com os pobres e é parcial em favor deles, ajuda a repercutir nos cristãos das nações desenvolvidas, ambiente desde onde Kasper constrói sua teologia, a urgência de não se omitir diante da calamidade dos países pobres, pois ali está o Cristo presente e pedindo a misericórdia de Seus irmãos abastados, a fim de que se proporcione a tão desejada libertação integral. Essa alegação de Sobrino se assemelha igualmente à visão de Boff.

5.3 OS POBRES, O SOFRIMENTO E A MISERICÓRDIA

Segundo Matura, a pobreza humana, na visão da tradição franciscana, é uma realidade fundamental do homem, haja vista que o que ele tem de próprio é somente o pecado e os seus vícios anexos; tudo o que tem de bom é recebido do alto como dom²¹⁴. Pittl, seguindo a tradição de Ellacuría de conceber os pobres, injustamente sofredores, como o povo crucificado, imagem de Jesus, define-os como verdadeiros sujeitos da história, no mesmo sentido que o Jesus histórico é sujeito não só da história da salvação, mas da história geral, pois entre Jesus crucificado e os povos crucificados existe uma unidade²¹⁵. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja relata a visão sobre a pobreza na história bíblica do Antigo Testamento que a concebe como um mal, por ser consequência do ócio ou de fatores naturais, mas ao mesmo tempo mostra vigor na defesa dos pobres e na denúncia contra seus opressores (CDSI n. 323). Lacoste defende que o sofrimento dos inocentes é o acicate do ateísmo, e que a moralidade e a santidade mais inteligente não conseguirão expulsar o mal do mundo; somente Deus pode responder à existência do sofrimento no mundo, e o faz através da ressurreição de Cristo²¹⁶.

Partindo para o diálogo entre os dois autores, Sobrino, ao referir-se aos pobres, afirma que sua existência quantitativamente numerosa e qualitativamente sofredora e oprimida nas periferias do Terceiro mundo e, ainda, alargada no tempo pela ganância de poucos poderosos, é de todas as negatividades atuais, a que mais exige esforços para ser superada²¹⁷. E concebe os pobres como aqueles fisicamente privados de bens. Para ele, as outras negatividades, que também devem ser enfrentadas, como o luto, o pecado, a doença etc., não podem ser desculpas para se deixar para trás a preocupação com o que é principal. A misericórdia deve ter uma ordem, e nesta ordem, o sofrimento dos pobres vem em primeiro lugar.

Além disso, Sobrino propõe que os pobres sejam vistos e ajudados primordialmente enquanto coletividade, antes que individualmente, pois a opressão feita em conjunto é um problema maior do que a realizada a um indivíduo. Neste sentido, a opressão feita contra uma coletividade repercute negativamente nos indivíduos.

Kasper, por sua vez, concorda que os pobres têm um lugar preferencial no coração de Deus e da Igreja, no entanto sua concepção de pobreza é alargada em vista de outros fenômenos negativos igualmente importantes para o início do século XXI, como a miséria espiritual,

²¹⁴ Cf. MATURA, T. *Franciscana*, p. 752.

²¹⁵ Cf. PITTL, S. *O povo crucificado como sujeito da história*, p. 132-134.

²¹⁶ LACOSTE, J. *Mal*, p. 1078.

²¹⁷ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 51-56.

cultural, relacional e anímica²¹⁸. A existência desses sofrimentos deve levar a humanidade não atingida por eles a se dedicar à sua superação, pois, de fato, é Cristo quem sofre neles. Os sofredores inocentes, cujos males são em certa medida insuperáveis, são motivo de escândalo para os não crentes, mas a misericórdia para com eles pode ser o único caminho convincente da resposta sincera dos cristãos à questão da teodiceia.

Kasper ainda propõe a necessidade do cuidado direto aos pobres e não apenas como ente coletivo, pois cada vida importa e também é presença de Cristo. Além disso, propõe que o cuidado com os pobres seja sempre acompanhado de carinho e de afeto.

A posição de Sobrino concorda com a posição de Pittl e com a do Compêndio da Doutrina Social da Igreja, enquanto identificação do povo crucificado com Cristo crucificado e enquanto necessidade de defesa dos pobres, sem ser necessariamente contraposta a de Matura e Lacoste. Estes, porém, parecem estar mais alinhados com a visão de Kasper, no sentido de a pobreza ser uma realidade fundamental do ser humano e na necessidade de se compreender o mal a partir da morte e ressurreição de Cristo. No entanto, também Kasper parece não antagonizar com as posições de Pittl e do Compêndio.

Para finalizar o diálogo sobre esse tema, pode-se propor um enriquecimento mútuo das visões de Kasper e Sobrino, no sentido de não conceber o serviço aos pobres somente numa perspectiva coletiva ou meramente individual, mas que considere ambas, de acordo com a situação.

Além disso, a posição de Sobrino de se preocupar em ir à raiz do problema do sofrimento dos inocentes, pode ser assumida facilmente por Kasper. A dúvida é se concordarão a respeito da raiz última. Parece que Kasper percebe essa raiz como esquecimento de Deus devido à insuficiente teologia, enquanto Sobrino parece perceber essa raiz na idolatria do coração humano, concretizada no poder e no dinheiro.

Outro ponto que ambos podem concordar é que a pobreza material será sempre a mais plástica das pobreza humanas e, portanto, nunca poderá ser relativizada; no entanto, diante das circunstâncias atuais (diferentes daquelas enfrentadas por Sobrino por ocasião da escrita de sua presente obra) precha de tantas crises de diferentes matizes, a ampliação de horizonte em relação à pobreza faz-se necessário para a teologia e para a pastoral.

²¹⁸ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 238.

5.4 RENOVAÇÃO DA TEOLOGIA E MISERICÓRDIA

O diálogo de Kasper e Sobrino sobre esse tema parte da premissa de que ambos os autores coincidem a respeito do papel decisivo que o tema da misericórdia possui na renovação da teologia. No entanto, Sobrino propõe uma renovação ou conversão da teologia que a faça partir da realidade sofrida da multidão de excluídos da sociedade. Essa conversão proposta por Sobrino, ao partir da realidade, propugna uma concepção da teologia não simplesmente como *intellectus fidei*, mas também como *intellectus amoris* ou *intellectus misericordiae*, ou seja, como inteligência da caridade ou da misericórdia. Neste sentido, a teologia deve ter a misericórdia como reação primária ante o mundo sofrente, e assim unir, sem jamais separar, teoria e práxis.

Kasper, por sua vez, percebe lacunas no debate da teologia com o mundo contemporâneo causadas pela não referência ao tema da misericórdia, e neste sentido propõe uma revitalização da teologia atual através de uma consideração mais decisiva do tema da misericórdia no seu arcabouço teórico. Não propõe, contudo, uma concepção da teologia como *intellectus misericordiae*, como faz Sobrino, mas afirma que a misericórdia é central no quefazer teológico e, por isso, não pode ser relegada a um lugar marginal na teologia. Portanto, para Kasper, a teologia, mesmo concebida apenas como *intellectus fidei*, não pode se desenvolver na tradição cristã sem uma referência decisiva à misericórdia.

Sobrino, seguindo Ellacuría e a Teologia da Libertação como um todo, afirma a importância da práxis no quefazer teológico. Segundo Aquino Júnior, a teologia, enquanto momento teórico, faz parte do processo de toda práxis possível relacionada ao reinado de Deus²¹⁹, pois, por mais abstrata que seja uma formulação teórica, ela nunca se explica por si mesma, mas depende sempre dos fatores concretos da realidade que, por sua vez, não permitem opções intelectuais arbitrarias²²⁰. Com efeito, Sobrino não concebe uma teologia que não considere a realidade, por outro lado, concebe-a como uma fundamentação teórica da necessária prática da libertação.

Kasper, por sua vez, nesse ponto, está mais próximo de Clodovis Boff que, apoiado numa concepção idealista do conhecimento, afirma que “as coisas reais permanecem atrás do processo cognitivo”²²¹, negando a práxis como mediação teórica. A relação de Kasper e

²¹⁹ AQUINO JÚNIOR, F. *O caráter prático de teologia*, p. 48-49.

²²⁰ AQUINO JÚNIOR, F. *O caráter prático de teologia*, p. 52-53.

²²¹ BOFF, C. *Teologia e prática*, p. 147.

Clodovis Boff em termos de concepção da teologia, ou ainda de método teológico, parecem coincidir e estarem em contraste com Sobrino e Ellacuría. Com efeito, Boff critica o método usado pela Teologia da Libertação atual. Segundo ele, o primeiro princípio operante de toda teologia tem de ser sempre o Deus de Jesus Cristo; os pobres nunca podem ser o princípio primeiro. Para Boff, a Teologia da Libertação só poderá usar o princípio “pobres” como princípio segundo. Como a Teologia da Libertação, para ele, na prática, coloca os pobres como primeiro princípio operante do seu quefazer teológico, a consequência é a perda de seu caráter próprio de teologia e de fecundidade teórica, adotando um tom mais político e sociológico e suas afirmações tornando-se variações do mesmo assunto²²². Para o teólogo brasileiro, a concepção de teologia como *intellectus misericordiae* é inadequada. Boff chega a citar o próprio Sobrino em suas críticas metodológicas, considerando a opção metodológica de partir da realidade como falta de rigor científico²²³. Percebe-se assim que a posição metodológica de Kasper identifica-se mais com a de Clodovis Boff. Com efeito, é possível perceber que o teólogo alemão, contrastando com Sobrino neste ponto, propugna um voltar da teologia sobre si mesma, não considerando a realidade como dado relevante para começar o quefazer teológico e, portanto, não concebendo a teoria teológica como parte da práxis teologal.

Sobrino poderia objetar, neste suposto diálogo, que essa visão corre o risco de cair naquilo que Metz chama de teologia burguesa, pela qual o cristão se engana a si mesmo, pensando que crê na misericórdia e que é misericordioso, mas como não está realmente convertido, apenas professa a conversão, enquanto sua vida, na prática, está longe da verdadeira misericórdia de Cristo²²⁴. Além disso, pode-se apresentar, neste quesito metodológico, autores que se identificam com Sobrino e afastam-se das visões de Kasper e Boff, inclusive criticando este último. É o caso de Susin e Hammes, que declaram que Sobrino afirma o caráter mistagógico da teologia quando propugna a *intellectus amoris*. Para eles, a *intellectus amoris* propugna o amor como principal conteúdo da fé e, portanto, não pode ser colocado em segundo plano no quefazer teológico. Além disso, explicam eles, a transcendência redime a imanência desde dentro e não de cima, e recordam “o *tripticum* sobriniano: a transcendência se revela e é acolhida na transcendência e na condescendência”²²⁵. Os teólogos gaúchos lembram ainda que durante o século XX a teologia optou por uma espécie de pericorese na sua fundamentação. Assim Cristo é o único fundamento, mas que possui pluralidades de acesso; portanto a

²²² Cf. BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação e vota ao fundamento*, p. 1002-1007.

²²³ Cf. BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação e vota ao fundamento*, p. 1002.

²²⁴ Cf. METZ, J.B. *Para além de uma religião burguesa*, p. 9-10.

²²⁵ SUSIN, L.C.; HAMMES. E.J. *A teologia da libertação e a questão de seus fundamentos*, p. 284.

fundamentação que Ele concede à teologia deve ser entendida como círculo hermenêutico e não mais em forma linear, tornando assim a teologia mais trinitária e fugindo de perigosos dualismos²²⁶. Também Aquino Júnior defende a visão de Sobrino e Ellacuría, perguntando a Clodovis Boff se esse procedimento metodológico de colocar os pobres num segundo momento teológico não engessaria seus frutos teóricos ou faria perder o gosto libertador da teologia e ainda afirma que colocar os pobres num momento segundo é metodologicamente inadequado, já que no momento primeiro da Revelação Deus já se apresenta como parcialmente dos pobres; e de que a tese de que somente a *fides quae* pode constituir o princípio dominante da teologia traz consigo o problema da mediação prática da linguagem e de sua mediação com a práxis, bem como a incapacidade da linguagem dar conta da realidade caso sejam totalmente distintas²²⁷. Aquino Júnior defende ainda Sobrino lembrando a Boff que não é intenção do teólogo basco substituir a *intellectus fidei* pela *intellectus amoris*, e questiona se a teologia tenha que ser apenas isso e principalmente isso, e se não deve dar prioridade àquilo que caracteriza primordialmente a Revelação e a fé, que é amor. Aquino afirma que quando Sobrino se refere à *intellectus fidei* não se refere à fé sem mais, mas às formulações positivas da fé que necessitam ser explicadas e aprofundadas; afirma ainda que a *intellectus amoris* em Sobrino não se refere ao amor antropológico em contraposição ao amor de Deus²²⁸.

Parece que como corolário desse diálogo sobre a teologia e a misericórdia, possa-se afirmar que as visões discrepantes sobre o método teológico parecem por ora irreconciliáveis. No entanto, pode haver consenso entre ambos na afirmação de que o quefazer teológico deve ir além da teoria e repercutir na prática da construção de uma cultura da misericórdia tanto à nível eclesial quanto social.

5.5 REFORMA DA IGREJA E MISERICÓRDIA

Antes do diálogo, seguem duas noções complementares sobre a Igreja. Segundo Madrigal, a noção de Igreja é complexa e só pode ser entendida sob a perspectiva da fé, pois, conforme o ensinamento do Concílio Vaticano II, ela é antes de tudo um mistério. Com efeito, a Igreja de Jesus Cristo é a reunião dos convocados por Deus que têm em comum a fé, os pastores e os sacramentos. Sua importância foi sempre considerada, de tal forma que na

²²⁶ SUSIN, L.C.; HAMMES, E.J. *A teologia da libertação e a questão de seus fundamentos*, p. 284-290.

²²⁷ AQUINO JÚNIOR, Francisco. *Clodovis Boff e o método da Teologia da Libertação*, p. 609-612.

²²⁸ AQUINO JÚNIOR, Francisco. *Clodovis Boff e o método da Teologia da Libertação*, p. 612.

primeira literatura cristã, encontrada no Pastor de Hermas, já transparece uma convicção segundo a qual o mundo foi criado em função da Igreja²²⁹.

Cardenal, seguindo a inversão da pirâmide eclesiológica feita por Ellacuría, afirma que a Igreja é o povo pobre de Deus, e suas marcas são “a opção preferencial pelos pobres, a encarnação na luta pela justiça, a presença do Espírito nessa luta e a perseguição”²³⁰.

Essas duas noções complementares sobre a Igreja, podem ser enriquecidas pela exortação que Metz faz à comunidade eclesial, poucos anos antes dos escritos de Sobrino agora analisados. Para Metz, a Igreja de Cristo necessita passar por uma outra reforma, análoga à Reforma protestante. Neste sentido, a própria Igreja da Reforma necessita de uma segunda reforma que a leve ao reencontro com o sensível e a afaste do puritanismo. No sensível, na realidade, a graça está presente; afastar-se da realidade é afastar-se da graça, segundo o princípio da encarnação. Por outro lado, a Igreja Católica também precisa de uma outra reforma que a leve a superar o distanciamento da liberdade. Com efeito, Cristo, ao se encontrar com o povo sofrido, o libertava de todas as suas amarras e os conduzia para a verdadeira liberdade. São Paulo exortava os primeiros cristãos a libertarem-se da escravidão da lei e manterem-se na liberdade de espírito. Neste sentido, a Igreja Católica deve abrir-se à libertação integral da humanidade. Portanto, essas duas reformas, protestante e católica, apontam para uma aproximação dos cristãos com a realidade numa perspectiva de libertação²³¹.

O começo deste diálogo pode ser iniciado com a asserção de que os dois autores buscam a renovação da Igreja através da misericórdia. No entanto, suas visões de Igreja possuem acentos distintos. Kasper propõe uma abrangência grande do papel da Igreja no serviço do Reino, a ponto de defender que a misericórdia realizada fora dos seus limites visíveis é também expressão do ser eclesial, cuja essência é a caridade. A visão de Kasper²³² parece ir ao encontro do antigo axioma de São Cipriano, *extra Ecclesiam nulla salus*²³³, mas no sentido inclusivista da salvação²³⁴. Esse sentido inclusivista, ao relacionar-se com esse axioma eclesiológico, realça a importância insubstituível da Igreja como sacramento universal da salvação, inseparável do único Salvador Jesus Cristo, sua Cabeça, mas não limitando a concepção eclesial aos meros limites visíveis, pois a ação das sementes do Verbo os extrapola. Assim, os que estão fora dos

²²⁹ Cf. MADRIGAL, S. *Igreja*, p.

²³⁰ CARDENAL, R. *A Igreja do povo crucificado*, p. 159.

²³¹ Cf. METZ, J.B. *Para além de uma religião burguesa*, p. 68-81.

²³² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 194-195.

²³³ Fora da Igreja não há salvação: tradução nossa.

²³⁴ Cf. HACKMANN, G. *A amada Igreja*, p. 141-144; cf. SCHMAUS, M. *A fé da Igreja*, p. 110. Esses autores de eclesiologia são exemplo da visão inclusivista, na qual se propugna a importância da Igreja na salvação, lembrando, porém, que sua abrangência é maior que o mero limite visível.

limites visíveis da Igreja poderão ser salvos pela graça de Cristo através do ministério eclesial (mesmo que estejam longe do ministério visível da Igreja), ao viverem de acordo com sua consciência. Não é possível afirmar que Sobrino rechace esta visão que defende a centralidade de Cristo e da Igreja na salvação, mesmo considerando sua defesa de grupos libertadores e revolucionários ateus como agentes da salvação no horizonte histórico, pois estes podem ser enquadrados na visão inclusivista que advoga a existência da Igreja fora dos seus limites visíveis quando os indivíduos acolhem as sementes do Verbo em reta consciência. No entanto, parece que essa ênfase na centralidade da Igreja não é a preocupação teológica de Sobrino. Ao contrário, ele chega inclusive parafrasear o axioma de Cipriano afirmando que *extra pauperes nulla salus*²³⁵, para assim mostrar onde realmente está sua preocupação no que se refere à reforma da Igreja.

Sobrino, claramente mais próximo das afirmações de Metz e Cardenal, afirma que a Igreja deve estar sempre se reformando na busca de se parecer cada vez mais com Jesus. E o que a faz mais parecida com Jesus é a misericórdia, pois é o principal atributo de Cristo. A misericórdia, portanto, deve informar toda a vida eclesial, e nada do que a Igreja faça deve estar ausente de misericórdia, pois neste caso se correria o risco de se ter outra coisa por fundamental, e o que é fundamental na vida eclesial é a misericórdia. A misericórdia deve levar a Igreja a estar voltada para o mundo e não para si mesma. E ao servir o mundo, o primeiro a ser buscado é a superação do mal maior que é o sofrimento dos pobres do Terceiro Mundo. A Igreja deve manter-se consequente com esse serviço até o fim, mesmo que venha a ser martirizada por defender os pobres, pois esse serviço é guiado pelo princípio misericórdia e não apenas pelas obras de misericórdia.

Kasper, por sua vez, um pouco mais próximo das afirmações de Madrigal, concorda que a Igreja deve se renovar pela misericórdia, pois ela é sacramento da misericórdia de Cristo, mesmo que seus membros, sendo pecadores, se afastem da misericórdia. Portanto, a pregação da Igreja deve destilar a misericórdia divina e a celebração do Sacramento da Misericórdia deve ser uma expressão autêntica de sua alcunha. Deve cuidar com verdadeiro amor e afeto dos pobres e atentar para que nunca seja vista como elitizada ou uma Igreja dos ricos e poderosos, ao contrário, deve ter um amor preferencial pelos pobres. Seu estilo também deve ser pobre, deve superar as rixas internas e cuidar para que seu direito interno seja efetivo e sem rigorismo. Tudo isso para que a Igreja se renove na misericórdia e transmita ao mundo, especialmente aos sofredores, a misericórdia de Cristo.

²³⁵ Cf. SOBRINO, J. *Fora dos pobres não há salvação*, p. 67-120.

Portanto, neste diálogo sobre a reforma da Igreja e misericórdia, ambos os teólogos concordam entre si nas grandes linhas, diferenciando-se em alguns acentos, como a radicalidade na concepção de Igreja dos pobres, seu direcionamento ao mundo e o enfoque das obras de misericórdia.

Quanto à radicalidade na concepção da Igreja ser dos pobres, Sobrino propõe um modelo semelhante ao de Ellacuría²³⁶, enquanto Kasper ainda parece manter uma aproximação com o modelo europeu tradicional. Em relação ao direcionamento da Igreja ao mundo, Sobrino defende-o totalmente, enquanto Kasper propõe um olhar da Igreja também para dentro com o intuito de se reformar naquilo que a impede de ser mais misericordiosa. Quanto à pregação e prática das obras de misericórdia, cada um dá um peso diferente na sua importância, como já foi visto. Além disso, Kasper concebe o sacramento da Reconciliação celebrado na Igreja priorizando a dimensão ontológica²³⁷, enquanto Sobrino o concebe existencialmente²³⁸. Kasper concebe a missão da Igreja dirigida sobretudo ao escatológico, e Sobrino privilegia a salvação histórica.

Como fruto do diálogo dos dois teólogos sobre a reforma da Igreja e misericórdia, pode-se tentar fazer uma suposta aproximação de ambos. As ideias a seguir não passam de especulações, ao aceitar que ambos se aproximem mutuamente, no sentido de um possível enriquecimento mútuo. Assim, é possível pensar que Kasper não veja impedimento de que a Igreja seja realmente Igreja dos pobres, especialmente onde se faça mais necessário tal reivindicação. Sobrino poderia aceitar o enfoque de Kasper solicitando uma centralidade maior da Igreja como agente da libertação, pois o teólogo basco pode perceber que diante do atual mundo plural, uma Igreja mais autenticamente cristã, poderia ser propulsora mais eficaz para a libertação dos pobres.

Quanto à radicalidade do voltar-se da Igreja em direção aos sofrendores do mundo, parece não haver maiores problemas para a aceitação de Kasper, enquanto Sobrino pode aceitar a preocupação com problemas internos da Igreja, pelo menos em algumas regiões, desde que não se caia numa Igreja burguesa e indiferente para com os pobres do Terceiro Mundo. Quanto às obras de misericórdia, parece não haver problema para Sobrino as aceitar, desde que sejam parte de um processo que comece com elas, mas as ultrapassem e desaguem numa consciência cristã de princípio misericórdia e libertação integral.

²³⁶ CARDENAL, R. *A Igreja do povo crucificado*, p. 156-158.

²³⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 200-204.

²³⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericórdia*, p. 143.

6 A COLABORAÇÃO DO TEMA DA MISERICÓRDIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

A vivência da misericórdia entre os seres humanos leva inexoravelmente ao aumento da paz no mundo. Com efeito, a misericórdia exige a prática da justiça em todos os ambientes, particularmente na sociedade, para que todos tenham vida e vida em abundância (cf. Jo 10,10). E a justiça nunca vem sozinha, pois seu fruto precioso é a paz (Is 32,17). Uma das grandes perspectivas da misericórdia é apontar para a paz. Com efeito, nas palavras do Papa Paulo VI, que fez um trocadilho com a afirmação de Isaías, o desenvolvimento é o novo nome da paz²³⁹. E o desenvolvimento é o crescimento em todas as dimensões da realidade humana e social. Neste sentido, a misericórdia, como provocadora de alteridade, é um dos principais elementos propulsores do desenvolvimento e, portanto, da consecução da almejada paz entre os seres humanos e as nações.

O presente capítulo vinculará o tema da misericórdia com o tema da paz, tão ansiada neste tempo de inquietação existencial, guerras, violência generalizada e profunda divisão social. Para que se possa aprofundar a ligação desses dois temas – misericórdia e paz – faz-se necessário duas questões que procurarão ser respondidas adiante. Primeira: o que é a paz? Segunda: quais são as contribuições que a cultura da misericórdia pode oferecer à construção da paz?

6.1 A PAZ

Nesta seção se conceituará o termo “paz”. O conceito de paz pode ser concebido a partir de diferentes perspectivas²⁴⁰. Por se tratar de pesquisa teológica, o conceito da paz será analisado sob o enfoque filosófico, psicológico, bíblico, trinitário, cristológico, pneumatológico, espiritual, social e escatológico. A primeira e a segunda análise se dão no âmbito interdisciplinar.

6.1.1 A paz sob enfoque filosófico

Sem pretender aprofundar o tema da paz na Filosofia como um todo, trar-se-á na presente seção, apenas de alguns elementos filosóficos que contribuam na definição da paz.

²³⁹ PAULO VI, P. *Populorum progressio*, n. 76.

²⁴⁰ SCHMITT, J.F. *Educar para a paz*, p. 57.

Para os primeiros pensadores humanos, começando por Homero, passando por Platão, até os estoicos, “a paz é vista, muitas vezes, em oposição à desordem e à guerra, no sentido de segurança externa e concórdia interna”²⁴¹.

Para Santo Agostinho a paz é “a tranquilidade na ordem” (Cidade de Deus 10,13) e possui três níveis: o primeiro é o ontológico, pois a paz é vestígio de Deus no homem, na medida em que é criatura; o segundo nível é o que ele chama de cristológico, pois, influenciado pelo cristianismo, designa paz como dom de Cristo, e é perdida com o pecado original e pessoal; por fim, o terceiro nível da paz é o escatológico, pois só pode ser acessada plenamente no *escaton*²⁴². Agostinho trata também o tema da paz sob a perspectiva terrena ou social. Ele lhe confere um valor em si mesmo e, por isso, recomenda que os cristãos trabalhem por ela sem tomar prazer, ou seja, não tomem a busca pela paz terrena como um fim em si mesmo²⁴³. Essa visão mais escatológica da paz e desconfiada em relação à paz terrena, confere ao arcabouço filosófico de Agostinho sobre a paz terrena um tom sutilmente pessimista.

Erasmus, nos tempos modernos e com uma visão mais otimista da natureza e da razão humana, concebe a paz como preceito divino, mas também como fruto da racionalidade humana. Portanto, ela é antes de tudo, fruto do desejo do coração²⁴⁴. Para Hobbes, a paz é fruto do contrato social, regulamentado politicamente, já que o estado da natureza é um estado de guerra – a guerra de todos contra todos²⁴⁵. Para Kant, que chegou à mais elevada forma programática da paz política nos tempos modernos, a paz perpétua é o fim de todas as hostilidades, tal como a lei possa produzir, sob uma tríplice regra: 1) reconhecer-se os direitos fundamentais dos homens, 2) em um estado autônomo confederado a outros, 3) cuja constituição republicana é fundada num contrato social²⁴⁶.

6.1.2 A paz sob o enfoque psicológico

Segundo Schwantes, a psicologia entende a paz numa perspectiva pessoal e relacionada ao interior do indivíduo, e, portanto, não trata da paz exterior ao ser humano. A paz interior se dá quando as necessidades primárias e secundárias do ser humano são atendidas. As necessidades secundárias são entendidas como necessidades de cunho psicoafetivo e espiritual.

²⁴¹ WEIZENMANN, M. *A paz*, p. 46.

²⁴² Cf. KAYAMA, S. *Paz*, p. 1364.

²⁴³ Cf. KAYAMA, S. *Paz*, p. 1364.

²⁴⁴ Cf. KAYAMA, S. *Paz*, p. 1364-1365.

²⁴⁵ Cf. KAYAMA, S. *Paz*, p. 1365.

²⁴⁶ Cf. KAYAMA, S. *Paz*, p. 1364.

Quando as necessidades pessoais não são atendidas ocorre internamente um desequilíbrio até que sejam atendidas. Esse desequilíbrio acarreta aquilo que na psicologia é chamado de frustração. Essa frustração produz uma espécie de guerra psíquica. A frustração psicológica perdura até que sejam satisfeitas as necessidades do indivíduo. Quando essas necessidades são atendidas ocorre o que na psicologia se chama de homeostase, que é a paz interior, fruto do atendimento das necessidades²⁴⁷.

Como as necessidades mais altas do ser humano são de cunho espiritual, a experiência religiosa, por sua característica de absolutez, pode dar respostas àquelas necessidades que momentaneamente não são atendidas, numa perspectiva de esperança. Portanto, a experiência religiosa pode proporcionar a homeostase e, conseqüentemente, a paz interior buscada pelo ser humano segundo a psicologia.

6.1.3 A paz sob o enfoque bíblico²⁴⁸

Após a análise filosófica e psicológica do conceito de paz, passa-se à análise teológica, iniciando pelo enfoque bíblico. No Antigo Testamento o termo usado para designar a paz é *shalom*. “O termo hebraico *shalom*, além de incluir a superação dos conflitos, subentende também a integridade e a humana realização, a plenitude e a libertação, a justiça e a salvação. Indica como a vida deveria ser ou como, segundo o plano de Deus, de fato, será”²⁴⁹. E mesmo que Israel tenha vivido muitos conflitos em sua história, o Antigo Testamento exorta à paz como valor último. “O conjunto da Lei (*Torá*), Profetas (*Nebiim*) e Escritos (*Ketubim*) se projeta na direção da paz, relendo continuamente a própria tradição judaica, num esforço de repropor o *Shalom* para Israel e as nações”²⁵⁰.

Uma das afirmações mais contundentes em relação à implantação do *shalom* em Israel é a do profeta Isaías, segundo a qual “o fruto da justiça será a paz, e a obra da justiça consistirá na tranquilidade e na segurança para sempre” (Is 32,17). Esta profecia pode ser acompanhada por outra profecia que vai na mesma linha: “Foi-te anunciado, ó homem, o que é bem, e o que *Iahweh* exige de ti: nada mais do que praticar o direito, gostar do amor e caminhar humildemente com o teu Deus” (Mq 6,8). Com efeito, o *shalom*, tão desejado pelos corações,

²⁴⁷ Cf. SCHWANTES, R. S. *Do êxtase religioso à paz*, p. 28-31

²⁴⁸ A seção abaixo que trata da paz sob a perspectiva cristológica abordará mais elementos próprios do Novo Testamento.

²⁴⁹ WEIZENMANN, M. *A paz*, p. 45.

²⁵⁰ MAÇANEIRO, M. *As religiões e a paz*, p. 16.

chegar para o povo de Deus na medida da vivência da justiça e do direito, que é fruto do amor e da misericórdia. E é isso, principalmente, que *Iahweh* pede ao seu povo escolhido.

A grande lei do Antigo Testamento, “amarás teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19,18), colocada por Cristo próxima ao *Shema Israel*²⁵¹ - deve ser instrumento de paz para Israel. Amar o próximo para o Primeiro Testamento inclui amar os estrangeiros, os órfãos e as viúvas (cf., p. ex. Ex 12,49; Ex 22,21; Ex 23,9; Lv 18,26; Lv 19,33-34; Lv 23,22; Lv 24,22; Dt 10,19; Dt 24,14.19; Ez 47,22; Is 14,1; Is 56,6; Sl 146,9), o que não deixa de ser um grande avanço para a justiça social em Israel, pois naturalmente os descendentes de Jacó buscavam então a afirmação da identidade nacional e viam com reservas os forasteiros e os compatriotas considerados mais débeis. No entanto, a Palavra de Deus foi em outra direção, na direção de uma maior fraternidade: amar o estrangeiro, o órfão e a viúva.

Outro avanço que o conjunto da Lei trouxe à organização social dos israelitas foi a chamada “lei do talião”²⁵². Atualmente, essa lei reflete uma mentalidade atrasada de justiça, pois o direito exercido hodiernamente superou o mero castigo pelo castigo e concebe as penas impostas também como meio medicinal para a recuperação do transgressor, além da justa e proporcional punição que iniba os crimes. No entanto, antes da promulgação da lei do talião, não se estabelecia limites para o castigo dos infratores. Evidentemente, onde existe abuso nas sanções, costuma-se criar um clima de injustiça gritante e conseqüentemente de deterioração da paz na sociedade. Tanto o bom tratamento aos estrangeiros e aos débeis quanto a lei do talião, que foram um grande avanço social para a época, refletem a lei do amor ao próximo revelada por *Iahweh*. E forjaram, de alguma maneira, o prometido *shalom*, tão desejado pelos israelitas.

Segundo Kayama, a paz possui biblicamente uma dupla significação. Por um lado, a significação ontológica, baseada na criação. A criação é boa, Deus criou todos os seres bons, e esses carregam em si as fagulhas da paz, tão própria do ser divino. Por outro lado a significação escatológica afirma que a paz, encontrada em alguma medida nas criaturas, especialmente no ser humano reconciliado com Deus, não pode ser realizada plenamente no tempo da história²⁵³. Mesmo quando realizada parcialmente no tempo da história, a paz está sempre associada à

²⁵¹ Profissão de fé do povo de Israel, encontrado em Dt 6,4-9 que começa assim: “Ouve (*shemá*), ó Israel: *Iahweh* nosso Deus é o único *Iahweh*! Portanto, amarás a *Iahweh* teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força”.

²⁵² Cf. MAÇANEIRO, M. *As religiões e a paz*, p. 16. A lei do talião consistia em se castigar o culpado com penas equivalentes ao seu crime e não o ultrapassar. É o correspondente à celebre expressão: “olho por olho e dente por dente”.

²⁵³ Cf. KAYAMA, S. *Paz*, p. 1364.

justiça, pois esta, quando praticada, atrai a bênção de Deus; ao contrário, a prática do pecado afasta da história a paz.

A paz como fruto da justiça é depreendida também do *Grande Shabat* ou ano sabático, ocorrido de quarenta e nove em quarenta e nove anos. No quinquagésimo ano se prescrevia a libertação de todos os habitantes da terra de Israel, particularmente os escravos e estrangeiros, e ainda o perdão das dívidas e a conseqüente recuperação da cidadania e dos direitos, o repouso da terra e a redistribuição das propriedades. A busca da justiça presente no *Grande Shabat* queria ser igualmente a oferta de uma paz maior para todos os habitantes de Israel. “A equidade do *shabat* derramaria sobre Israel o orvalho curador do *shalom* divino, espalhando paz sobre os moradores da terra”²⁵⁴.

Segundo Tamayo, a paz referida no Novo Testamento não pode ser concebida de modo intimista ou meta-histórico simplesmente, tampouco como tolerância ou submissão ao mal, mas se concretiza na denúncia do pecado e na proposta de uma sociedade fraterna que seja marcada pela igualdade e espírito de serviço e não no poder e dominação. É neste sentido que Jesus é a paz (cf. Ef 2,14)²⁵⁵.

6.1.4 A paz sob enfoque trinitário

O mistério da Santíssima Trindade evoca as três pessoas divinas que vivem eternamente em profunda comunhão de amor. Esse amor imenso faz com que no seio da Trindade exista uma paz igualmente infinita²⁵⁶. A paz, tão ansiada por toda criatura, tem sua fonte na própria Santíssima Trindade.

A humanidade somente encontrará a paz ao entrar em comunhão de amor com Deus e com todos os seus semelhantes. Com efeito, a Santíssima Trindade só pode ser compreendida como uma realidade de relações de amor²⁵⁷, onde reina a paz suprema. A paz humana, igualmente, somente será assegurada quando houver relações de amor que conduzam a vida social para uma justiça verdadeira.

²⁵⁴ MAÇANEIRO, M. *As religiões e a paz*, p. 17.

²⁵⁵ Cf. TAMAYO, J.J. *Paz e violência*, p. 431.

²⁵⁶ Cf. SCHMITT, J.F. *Educar para a paz*, p. 59-60.

²⁵⁷ Cf. SCHMITT, J.F. *Educar para a paz*, p. 60.

6.1.5 A paz sob o enfoque cristológico

Desde o Antigo Testamento a paz – o *shalom* – é entendida como um dom messiânico. De fato, quando Cristo veio ao mundo reconciliou a humanidade com o Pai e, assim, estabeleceu a paz em favor de todo ser humano. O ser humano, recriado em Cristo e, feito criatura nova, é chamado a reproduzir em todos os seus relacionamentos essa paz recebida de Jesus. Portanto, no âmbito da teologia cristã, a paz é recebida e é uma Pessoa: “Ele é a nossa paz” (Ef 2,14). A paz é consequência da reconciliação com Deus e da vida nova em Cristo²⁵⁸. Neste sentido, a paz de Cristo não é igual à paz do mundo, mas superior, pois é fruto da reconciliação divina. Com efeito, o Ressuscitado, presente na Igreja, confere à humanidade a Sua vida. A vida de Cristo comunicada aos fiéis, fruto da reconciliação com Deus, é a paz do ser humano. Assim Ele saúda seus discípulos: “a paz esteja convosco” (Jo 20,21). Ao transmitir a paz aos discípulos, Jesus estabelece-os mensageiros da paz para toda a humanidade.

Jesus inaugurou o Reino de Deus, que é reino de paz e de justiça. Essa paz, ele manifesta na Igreja, que é chamada a ser ícone da Trindade²⁵⁹, cuja relação de amor redundando em paz. E a paz do Reino faz a Igreja reconciliar entre si judeus e gentios (cf. Ef 2,1-22), numa paz estabelecida pelo próprio Cristo. No entanto, não apenas a Igreja é objeto de Sua paz, mas todo o cosmo (cf. Cl 1,20).

6.1.6 A paz sob o enfoque pneumatológico

A vinda do Espírito Santo sobre os fiéis e a sua paz são os grandes frutos da ressurreição de Cristo. Jesus ressuscitado ao saudar pela primeira vez seus apóstolos diz: “a paz esteja convosco! Como o Pai me enviou, também eu vos envio... recebei o Espírito Santo” (Jo 20,21-22). Mais tarde, orienta os discípulos a aguardarem o Dom do Alto para que pudessem começar a missão. As páginas dos Atos dos Apóstolos mostram o início da missão dos discípulos como uma efusão de paz, onde a diversidade é congregada na paz da comunhão fraterna (cf. At 2,1-13). A paz extrapola os discípulos e é transmitida a todos que os escutam, a ponto de pedirem a reconciliação e a paz com Deus (cf. At 2,14-41).

²⁵⁸ Cf. WEIZENMANN, M. *A paz*, p. 48-49.

²⁵⁹ Cf. FORTE, Bruno. *A Igreja ícone da Trindade*, p. 9.

O Espírito Santo, ao ser derramado nos corações dos fiéis, torna-os capazes de amar a Deus e assim viverem a fraternidade. Essa fraternidade é chamada a ser vivida com todos, inclusive com os inimigos e especialmente com os pobres e marginalizados²⁶⁰. Portanto, a paz advinda da fraternidade é fruto da obra do Espírito no coração dos indivíduos, na Igreja e na sociedade. Assim afirma São Paulo: “o Reino de Deus não consiste em comida e bebida, mas é justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17).

6.1.7 A paz sob o enfoque da vida espiritual cristã

O Espírito Santo derramado nos corações dos fiéis, transformando-os em novas criaturas, faz com que cada um se torne filho de Deus no Filho Jesus Cristo. Essa filiação divina é a medula de toda a vida espiritual. Com efeito, a filiação divina concede ao fiel uma paz que vem da segurança e da serenidade de se saber filho de Deus²⁶¹.

No entanto, essa transformação ontológica do fiel necessita ser acompanhada das obras que caracterizam essa nova situação existencial. Assim como Cristo, cujo alimento era fazer a vontade do Pai (cf. Jo 4, 34), também o filho de Deus vai expressar-se plenamente como filho quando buscar fazer a vontade de seu Pai. É essa busca da vontade de Deus, como resposta à transformação ontológica, que concede aquela paz que o mundo não pode dar. Paz que é fruto da filiação divina à nível ontológico e existencial.

Os místicos, que buscaram uma identificação espiritual radical com Cristo, ensinam à Igreja que a possibilidade de fazer a vontade de Deus ocorre na medida em que o fiel se une espiritualmente a Cristo através da caridade, oração e sacramentos. A união profunda com Cristo confere ao fiel a capacidade de fazer a vontade divina mesmo quando essa exige um grande sofrimento. Esse foi o segredo dos grandes santos. Santa Teresa de Ávila afirmava que quando a alma consegue a união profunda com Deus atinge uma participação na paz divina e uma capacidade de sofrer para fazer sua vontade acima da natureza humana e esse sofrimento, fruto do amor, redundava numa paz ainda maior²⁶².

²⁶⁰ Cf. SCHMITT, J.F. *Educar para a paz*, p. 62.

²⁶¹ Cf. PALAU, J.R. *A mística da paz*, p. 9.

²⁶² Cf. PALAU, J.R. *A mística da paz*, p. 11-13.

6.1.8 A paz sob o enfoque do compromisso social cristão e inter-religioso

As conclusões da Conferência de Medellín buscaram aprofundar o tema da paz numa perspectiva social. Segundo os bispos latino-americanos, a paz é antes de tudo fruto da justiça (cf. Is 32,17). E a justiça “supõe e exige a instauração de uma ordem justa na qual o homem possa se realizar como homem, onde sua dignidade seja respeitada, suas legítimas aspirações sejam satisfeitas, seu acesso à verdade reconhecido, sua liberdade pessoal garantida” (MD 2). No entanto, segundo os mesmos bispos, a realidade latino-americana está longe dessas exigências. A realidade de violência é fruto da ausência de justiça nas relações sociais. Impressiona a semelhança dessa descrição, ocorrida há mais de cinquenta anos atrás, com a realidade hodierna. Portanto, a realidade latino-americana estava longe da paz e está ainda mais hoje com o agravamento das injustiças.

Medellín lembra ainda que a justiça não será conseguida com uma paz que leva ao conformismo e à omissão, pois essa é uma falsa paz. Tampouco com a violência proposta por grupos que, nobremente buscando a justiça, sentem a impaciência da demora da transformação (MD 2).

Uma das grandes injustiças sociais é a violência vivida pelas religiões. As religiões sempre tiveram grande importância social em todas as culturas e épocas. Infelizmente as comunidades religiosas em seu conjunto foram, historicamente, instrumentos de guerra. Isso porque alguns de seus membros entendiam que, devido à sacralidade subjetiva de suas verdades, essas deveriam ser imposta aos demais, levando à intolerância para com os outros credos. Assim, utilizou-se e utiliza-se ilegitimamente o nome de Deus para matar. O que ainda contribui para a violência entre as religiões é o fato de que muitos textos do Antigo e Novo Testamento, bem como do Alcorão, estarem carregados de violência em relação aos adversários do seu povo²⁶³. Por isso, é preciso fazer uma interpretação adequada dos textos, que considere tanto a exegese quanto a hermenêutica, distanciando-se de qualquer compreensão fundamentalista. É necessário que as religiões enterrem suas tradições violentas e expandam suas potencialidades pacificadoras, que são igualmente abundantes na Bíblia, no Alcorão e em outros textos sagrados. Atualmente, muitas igrejas cristãs e outras religiões são fontes espirituais pelas quais emanam propostas políticas de paz para o mundo todo, e por isso a noção de guerra justa é cada vez menos aceita entre os teólogos²⁶⁴.

²⁶³ Cf. TAMAYO, J.J. *Paz e violência*, p. 431-432.

²⁶⁴ Cf. TAMAYO, J.J. *Paz e violência*, p. 433.

Um movimento que busca construir a paz na sociedade é o pacifismo. O pacifismo, movimento surgido no cristianismo e que se opõe inteiramente à guerra, foi preponderante entre os cristãos nos primeiros três séculos de cristianismo. O pacifismo proibia os fiéis de várias atitudes que pudessem manifestar violência, como por exemplo, se alistar no exército. Com o tempo, diante de novas questões, o pacifismo foi sendo matizado, aceitando a força coercitiva do Estado. Seus representantes mais expressivos na história são os valdenses, depois os sequazes dos anabatistas, como os menonitas e os quakers (Sociedade dos Amigos). A proposta extrema dos pacifistas foi a proposição do fim do Estado, que segundo eles, invariavelmente usam a violência contra os cidadãos. Atualmente, o pacifismo sofre um questionamento forte por parte da filosofia ou teologia da libertação que o interpela diante da violência estrutural contra os pobres que muitas vezes precisam reagir para se defender das flagrantes injustiças²⁶⁵.

6.1.9 A paz sob o enfoque escatológico

A paz é fruto da cruz e da ressurreição de Cristo e é conferida pelo Ressuscitado aos seus fiéis através do Espírito Santo que os torna filhos no Filho, capazes de realizar a vontade divina em todos os âmbitos da vida, inclusive da realidade social, com seus imensos desafios. No entanto, essa paz, mesmo que atinja um grande grau, como no caso da vida e ação dos místicos, só se realizará plenamente no *escaton*. Com efeito, a paz vivida pelo ser humano aqui na terra é uma antecipação da salvação escatológica²⁶⁶. São Paulo expressa essa verdade cristã utilizando uma livre combinação de Isaias e Jeremias²⁶⁷: “o que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram e o coração do homem não percebeu, isso Deus preparou para aqueles que o amam” (ICor 2,9). Na concepção cristã, a paz escatológica é tão maior que a possibilidade de paz terrena, que nem o coração humano, com toda sua sensibilidade e perspicácia é capaz de perceber.

6.2 MISERICÓRDIA E PAZ

As duas obras analisadas neste trabalho – a de Kasper e de Sobrino – têm a misericórdia como tema e não a paz. Portanto, seus autores não se preocuparam em desenvolver o tema da paz e, conseqüentemente, poucas vezes é tratada em ambos os livros. Sobre a paz, as duas obras

²⁶⁵ Cf. KAYAMA, S. *Paz*, p. 1365-1366.

²⁶⁶ Cf. SCHMITT, J.F. *Educar para a paz*, p. 61.

²⁶⁷ Is 64,3 e Jr 3,16.

praticamente coincidem ao referirem poucas vezes, e quando o fazem, coincidem também em alguns pontos em termos de conteúdo. Com efeito, as duas obras referem-se indiretamente à paz no sentido de reversão da situação caótica dos pobres e sofredores²⁶⁸ ou do não retorno às grandes violências que a humanidade sofreu, como por exemplo o Holocausto e outros massacres que vitimaram milhões de inocentes²⁶⁹. Outrossim, referem-se essas à paz como efeito do perdão recebido através da acolhida e do sacramento da Reconciliação e ainda tratam de uma espécie de falsa paz, quando é forjada pela omissão diante dos pecados e violências causados contra indefesos.

Sendo os assuntos sobre a paz tão relacionados com o tema da misericórdia, não é difícil que os dois autores concordem que o efeito indireto de uma cultura da misericórdia é a paz entre os indivíduos e, conseqüentemente, na comunidade cristã e na sociedade. Com efeito, Jesus Cristo é a misericórdia divina revelada, e toda sua ação sempre foi pautada pela misericórdia. E a ação de Cristo entre os homens sempre teve como repercussão aquela paz tão almejada pelas mentes e corações humanos: “Ele é a nossa paz” (Ef 2,14). Mas não a falsa paz por Ele referida, a paz que não rompe com o pecado, pois neste sentido Ele não veio trazer a paz (cf. Lc 12, 49-53).

Poder-se-ia afirmar que, de alguma forma, o objetivo das duas obras, ao tratarem do tema da misericórdia, é contribuir para que nos corações humanos e, portanto, na sociedade, prevaleça a verdadeira paz, com a qual os cristãos devem contribuir necessariamente (Cf. Mt 5,9). De fato, seria parcial a contribuição da prática da misericórdia se não desenvolvesse nos indivíduos e na sociedade a verdadeira paz. Não é difícil aferir o desejo de Sobrino de que na sociedade humana, particularmente no mundo subdesenvolvido, prevaleça a paz como fruto da justiça²⁷⁰; tampouco é custoso perceber que Kasper, almeje uma cultura da paz no mundo ao se dedicar ao estudo teológico da misericórdia²⁷¹.

Neste sentido, uma pesquisa que se debruce sobre a misericórdia nos tempos hodiernos deve, de alguma forma, apontar para uma repercussão social relevante, como é a construção de uma sociedade pacificada no amor. E essa é uma necessidade clamorosa.

O conceito de paz foi definido no capítulo anterior de forma multifacetada. Evidenciou-se seu aspecto filosófico, psicológico e teológico. Este último aspecto foi desdobrado em várias abordagens, mostrando a complexidade do conceito. É preciso agora expor quais as principais

²⁶⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 36-43.

²⁶⁹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 163.

²⁷⁰ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 36-42.

²⁷¹ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 22.

contribuições que a cultura da misericórdia pode oferecer para a construção da paz no mundo atual. Para tanto, tomar-se-ão as principais indicações encontradas nas obras de Sobrino e Kasper sobre a misericórdia que possuam elementos capazes de contribuir eficazmente com a construção da paz na sociedade. São elas: o amor de Deus, a vida eclesial, a conversão, a libertação e o perdão. Como esses temas já foram tratados extensamente no presente trabalho, bem como o tema da paz, não serão aprofundados agora, pois a intenção da presente seção é apenas indicar brevemente como esses referidos temas poderão contribuir para o desenvolvimento de um mundo verdadeiramente pacífico.

O estabelecimento da justiça é o meio de se conseguir a paz na sociedade. Por isso em todas as indicações de se construir a paz contida nesta seção se fará menção à justiça – entendida num sentido amplo de justiça para com Deus e para com o próximo, especialmente os mais necessitados.

6.2.1 O amor de Deus na construção da paz

O amor de Deus é a fonte de tudo, desde a criação até a redenção do universo. Tudo foi feito por amor. É evidente que a misericórdia e a paz estão diretamente relacionadas com o amor divino. O amor de Deus nas obras de Sobrino e Kasper é tratado sob um duplo enfoque. Primeiro, sob enfoque da morte dolorosa na cruz²⁷²; e segundo, pela proximidade e identificação que essa morte significa²⁷³.

Kasper, para fundamentar a misericórdia divina, buscou realçar o amor infinito de Deus ao morrer dolorosamente na cruz. O Pai e o Filho dão mostra de um amor imenso. O Pai, ao entregar seu Filho ao sofrimento para resgatar a humanidade por misericórdia. O Filho, ao aceitar o sofrimento por amor ao Pai e à humanidade. Esse amor concede um alicerce seguro à misericórdia.

Sobrino, tomando esse mesmo amor demonstrado por Deus na cruz, tira dele importantes corolários para a teologia e para a pastoral. Na cruz, Deus mostra que, por misericórdia, está próximo dos crucificados desta terra, identifica-Se com eles e demonstra parcialidade para com eles. Essa proximidade, identificação e parcialidade conferem aos pobres uma segurança e esperança inusitada.

Esse amor de Deus, que dá mostra de buscar fazer tudo pela salvação da humanidade, que renova a esperança dos pobres e sofredores, concede serenidade ao coração humano e freia

²⁷² Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 97.

²⁷³ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 143.

o seu ímpeto de vingança provocado pela injustiça. Concede ainda força e coragem para que as vítimas lutem por seus direitos. Essa serenidade e coragem, sustentadas pelo amor e misericórdia de Deus, são indispensáveis elementos para a construção de uma verdadeira e duradoura paz entre os homens.

Concretamente, o tema da misericórdia pode oferecer uma espiritualidade cristã consistente que, baseada no inabalável amor de Deus, possa sustentar a serenidade, a coragem e a esperança dos cristãos e de todos os pobres, para que se mantenham perseverantes na luta pela cultura da paz em meio a grandes violências.

6.2.2 A Igreja na construção da paz

Tanto Kasper quanto Sobrino recordam a importância de a Igreja ser renovada pela infusão e vivência da misericórdia. Conforme a visão cristã, a Igreja é muito importante na obra de salvação da humanidade, pois sua união com Cristo, que é sua inseparável cabeça, faz dela sacramento universal de salvação. Essa importância da Igreja na salvação, tanto histórica quanto escatológica da humanidade, reclamam dela uma contínua purificação e coerência com aquilo que verdadeiramente é. Por isso, a vivência da misericórdia é imprescindível para a Igreja²⁷⁴.

O fortalecimento espiritual da Igreja levará seus membros, movidos pela misericórdia aos mais pobres e desfavorecidos, a um renovado trabalho pela justiça. O trabalho pela justiça, por sua vez, levará a sociedade a um ambiente de paz.

A opção preferencial pelos pobres faz com que a Igreja assuma o cuidado e a evangelização dos mais desfavorecidos. Ao assumir-se como Igreja dos pobres, torna-os protagonistas da própria vida eclesial. Essas orientações eclesiais promovem grandemente os pobres, ajudando-os na superação das injustiças e, assim, promovendo a paz, não só no seio eclesial, mas também na sociedade. É possível uma incompreensão no seio da Igreja diante dessa opção²⁷⁵, o que poderia parecer, num primeiro momento, um prejuízo à paz eclesial. No entanto, quando se faz a vontade de Deus, a verdadeira paz triunfa certamente. Com efeito, a paz de Deus não é fruto de omissões diante do mal.

6.2.3 A conversão na construção da paz

²⁷⁴ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 195.

²⁷⁵ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericórdia*, p. 43-44.

O encontro com Jesus Cristo leva o ser humano à conversão do coração, fazendo-o voltar-se para o Criador. O encontro com Cristo nos pobres produz no ser humano uma conversão que o ajuda a enxergar o que até então não conseguia enxergar, ou seja, a existência de uma multidão de oprimidos e injustiçados no mundo de miséria²⁷⁶. Sempre estavam aí, mas não eram vistos. A conversão faz com que se perceba um mundo de sofrimento e injustiças.

A verdadeira conversão faz com que se perceba a presença de Deus junto dos pobres. Mais ainda, faz com que se perceba que Ele está crucificado com os pobres. Deus se identifica com os pobres e sofredores (cf. Mt 25,31-46).

Há uma conversão que, no âmbito cristão, é falsa. Poderia ser chamada de conversão espiritualista, que conduz à uma conversão aparente, baseada no sentimentalismo que conduz o cristão ao intimismo na relação com Deus e não o conduz às verdadeiras obras de conversão. Portanto, a verdadeira conversão do coração leva a paz aos corações e conduz os cristãos ao empenho eficaz pela implantação da justiça na sociedade, construindo, assim, a paz.

6.2.4 A libertação na construção da paz

A libertação integral do ser humano consiste na libertação do pecado pessoal, como reiteradamente afirma Kasper²⁷⁷, passando pela libertação das estruturas de pecado e suas consequências²⁷⁸, como afirma Sobrino, até chegar à posse da plena liberdade no *escaton*.

A libertação do pecado, bem como de suas consequências estruturais, leva progressivamente à construção da paz entre as pessoas e em todo o convívio social. Com efeito, como a injustiça é fruto de pecado humano, a libertação do pecado promove o aumento da justiça e assim ao aumento da paz.

Concretamente se pode pensar nas chamadas Comunidades Eclesiais Missionárias propostas pela CNBB²⁷⁹. Embora essas comunidades pareçam menos enfáticas no que se refere à política como eram as chamadas Comunidades Eclesiais de Base, suas propostas de solidariedade e missão podem ser instrumento de libertação não só dos pecados pessoais, como também das estruturas injustas da sociedade.

²⁷⁶ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 16-19.

²⁷⁷ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 200-204.

²⁷⁸ Cf. SOBRINO, J. *El principio-misericordia*, p. 101.

²⁷⁹ Cf. CNBB. *Diretrizes gerais 2019-2023*, p. 29-32.

6.2.5 O perdão na construção da paz

O pecado contra Deus e a ofensa ao próximo tiram a paz do coração humano. No entanto, o perdão oferecido por Deus e pelos irmãos trazem o bálsamo da paz outrora perdida. Neste sentido, a proposta de Kasper e Sobrino de se viver bem e corretamente o sacramento da Reconciliação pode ajudar na construção da paz. Com efeito o perdão recebido leva ao perdão que será doado ao próximo, evidenciando, assim, o papel fundamental desse sacramento na construção da paz universal, que começa no coração de cada ser humano²⁸⁰.

De fato, uma sociedade dilacerada por divisões, intolerâncias, preconceitos, indiferenças e violências sente no seu âmago o peso contínuo da aflição e da desagregação. O desejo natural de vingança ou de pagar na mesma moeda faz com que o espiral da violência aumente. O perdão pode colocar um ponto final nessa dinâmica nefasta e apontar para a esperança num futuro de paz.

²⁸⁰ Cf. KASPER, W. *A misericórdia*, p. 204.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa debruçou-se sobre duas obras que tratam do tema da misericórdia. Uma delas é *“Principio-misericordia: bajar de la cruz a los pueblos crucificados”*, de Jon Sobrino, reflete a teologia latino-americana e a outra é *“A misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã”* e representa a teologia europeia, particularmente a alemã.

A pesquisa foi dividida em duas partes, com três capítulos cada uma. Na primeira parte, apresentou-se as obras, na segunda, comparou-se sob a perspectiva teológica. De alguma forma a primeira parte preparou o trabalho da segunda. Na primeira parte, foram apresentados os conteúdos teológicos das duas obras, antecipados pela visão teológica e pastoral do Papa Francisco, que foi o inspirador da temática.

Na segunda parte realizou-se a análise comparativa das duas obras em questão. A análise comparativa utilizou elementos do método de prática teológica no seu segundo momento, chamado momento construtivo. Primeiramente fez-se a comparação das premissas, dos métodos e dos conteúdos das duas obras. Em seguida, realizou-se a síntese e a criação teológica por meio de um suposto diálogo entre os dois autores sobre os temas das duas obras, tendo como pano de fundo o tema principal que é a misericórdia. Depois, em cima da síntese e do diálogo, estabeleceu-se algumas contribuições que o tema da misericórdia pode oferecer para a construção da cultura da paz.

A análise comparativa evidenciou as diferenças e semelhanças dos dois enfoques teológicos sobre a misericórdia contidos em ambas as obras. As principais semelhanças encontradas são: a importância dada ao tema da misericórdia; a necessidade de renovação da teologia através da misericórdia; a importância dada à opção preferencial pelos pobres como manifestação da misericórdia; a necessidade do cuidado com os últimos e sobre a importância do perdão.

As principais divergências encontradas concentram-se nos seguintes conteúdos: o significado da morte de Cristo como manifestação da misericórdia divina, sobre o método teológico, sobre a concepção de libertação, sobre as obras de misericórdia, sobre a visão de Igreja, sobre a concepção do sacerdócio e sobre o perdão divino realizado no sacramento da Reconciliação.

O suposto diálogo entre os dois autores, realizados no momento sintético e criativo do método, buscou uma aproximação entre algumas posições divergentes dos autores. Essas posições divergentes do diálogo se referiram à libertação, à morte vicária de Cristo, ao cuidado com os pobres, ao método teológico e à Igreja.

As principais contribuições da misericórdia para a construção de uma cultura da paz aferidas neste trabalho foram principalmente o amor de Deus, a Igreja misericordiosa, a conversão, a libertação integral e o perdão pessoal e social. Neste sentido, a evidenciação do amor de Deus pode oferecer uma espiritualidade cristã que incute coragem e serenidade na busca pela paz. A Igreja misericordiosa torna-se Igreja dos pobres, e assim torna-os protagonistas da missão, contribuindo com a implantação da justiça na sociedade e consequentemente com a paz. A verdadeira conversão leva o cristão para o cuidado com os pobres e à luta pela justiça, construindo, assim, a paz. A libertação integral conduz à justiça e assim à paz. O perdão recebido de Deus leva à doação do perdão, interrompendo o espiral da violência e fortalecendo a paz. Percebeu-se que todos esses temas devem conduzir à construção da justiça social para que, desse modo, se chegue à verdadeira paz.

A análise dessas duas obras permitiu evidenciar duas teologias católicas distintas sobre o tema da misericórdia. No entanto, não se mostraram contraditórias, mas complementares. Elementos que num primeiro momento parecem contraditórios, mostram-se, ao serem aprofundados, complementares e até necessitados um do outro. Um exemplo disso é o enfoque dado no cuidado com os pobres. Com efeito, o acento na coletividade e na libertação dos pobres não exclui o cuidado individual e as obras de misericórdia. A confrontação de ambas permitiu se perceber que teologias com enfoques e até métodos diferentes podem se tornar ajuda mútua para responder aos desafios cada vez maiores e diferentes que a humanidade enfrenta na atual mudança de época.

Um elemento de análise entre os dois autores, e que necessita ser aprofundado, pois evidencia uma diferença importante, é a metodologia teológica. Sobrino utiliza a metodologia de construção da teologia a partir da realidade, enquanto Kasper utiliza o método convencional, focado no discurso sobre Deus. Por se tratar de tema fundamental para a prática teológica seu aprofundamento precisa continuar. Esse pode ser um trabalho a ser intensificado ulteriormente pelos teólogos latino-americanos.

Percebe-se que a teologia latino-americana e europeia, representadas neste estudo por Sobrino e Kasper, possuem suas diferenças, que na maioria das vezes não são irreconciliáveis, mas apenas parte da pluralidade teológica. Essa percepção pode ajudar o trabalho teológico futuro a um progressivo respeito com as novas teologias, emergentes a partir do Concílio Vaticano II. Neste sentido, a misericórdia deve levar à compreensão em relação aos limites alheios, mesmo no âmbito da teologia.

Em relação à reflexão teológica futura, é necessário considerar a intuição do Papa Francisco, bem como de Sobrino e Kasper sobre a misericórdia. A reforma eclesial que o atual

Romano Pontífice pretende realizar na Igreja deve passar pelo tema da misericórdia. Neste sentido, Sobrino e Kasper indicam que a teologia deve se renovar através da revalorização do tema da misericórdia. Aqui existem indicações para o futuro eclesial e para a futura reflexão teológica latino-americana.

A ideia central que perpassa todo este trabalho é a convicção, emergida da própria pesquisa, de que a vivência da misericórdia leva necessariamente à uma prática da justiça mais eficaz em relação aos pobres, e essa justiça conduz à paz. Por isso, misericórdia, justiça e paz são três elementos que se inter-relacionam na reflexão teológica. Neste sentido, aprofundar o tema da misericórdia na teologia deve ajudar a própria prática teológica latino-americana. Com efeito, a Teologia latino-americana, ao considerar mais amplamente o tema da misericórdia, poderá encontrar novos horizontes para a libertação, tão necessária ao seu povo sofrido. A libertação, porque busca a justiça, trará consigo a paz. De fato, a autêntica misericórdia leva à libertação integral dos pobres, consequência da justiça que, por sua vez, é a condição para a paz, pois “a paz é fruto da justiça” (Is 32,17).

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1989, v. 1.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco. Clodovis Boff e o método da Teologia da Libertação: uma aproximação crítica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 68, n. 271, p. 597-613, jul. 2008.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco de. O caráter prático da teologia. In: AQUINO JÚNIOR, Francisco de; MAIER, Martin; CARDENAL, Rodolfo. *A civilização da pobreza: o legado de Ignacio Ellacuría para o mundo de hoje*. São Paulo: Paulinas, 2014, p. 41-58.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 13ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. Nova edição rev. São Paulo: Paulinas, 1993.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Exigências éticas da misericórdia. In: MILLEN, Maria Inês de Castro; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). *O imperativo ético da misericórdia*. Aparecida: Santuário, 2016, p. 139-159.
- BLOCH, Ernest. *O Princípio Esperança*. v. 1, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BOFF, Clodovis. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 1001-1022, out. 2007.
- _____, Clodovis. *Teologia e prática: teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____, Clodovis. *Teoria do método teológico*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BOFF, Lina. Morte. In: TAMAYO, Juan Jose. *Novo Dicionário de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 396-401.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado*. 8 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- BOVATI, Pietro. Cólera de Deus. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2004, p. 396-397.
- CASTILLO, José Maria. Sacramentos. In: TAMAYO, Juan Jose. *Novo Dicionário de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 493-497.
- CATECISMO da Igreja Católica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ave-Maria; Salesiana; Paulinas; Paulus; Loyola, 2002.
- CERBELAUD, Dominique. Misericórdia. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2004, p. 1150-1152.
- CLARAVAL, Bernardo de. *Sermões sobre o Cântico dos cânticos*. Niterói: Permanência, 2020.

CÓDIGO de Direito Canônico. Promulgado por João Paulo II, Papa. São Paulo: Loyola, 1983.

COLLANTES, Justo. *La fe de la Iglesia católica: las ideas y los hombres en los documentos doctrinales de Magisterio*. 4 ed. correg. y ampl. Madrid: BAC, 1995.

COMISSÃO MISTA CATÓLICO-LUTERANA. *Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação*. Augsburg, 1999. Disponível em: https://www.conic.org.br/portal/files/DOUTRINA_DA_JUSTIFICACAO.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2022.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, Cidade do Vaticano. *Constituição Pastoral Gaudium et spes*. In: VIER, Frederico (Coord. Geral). *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 143-256.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, Cidade do Vaticano. *Declaração Nostra Aetate*. In: VIER, Frederico (Coord. Geral). *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 619-625.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, Cidade do Vaticano. *Introdução Geral*. In: VIER, Frederico (Coord. Geral). *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 7-36.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. Brasília: CNBB, 2019 (Documentos da CNBB, 109).

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução Libertatis conscientia: sobre a liberdade cristã e a libertação*. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, 1968. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2023.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Saiba o que é o Estado Social de Direito*. São Paulo, 19 de junho de 2019. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2019/06/19/estado-social-de-direito/>. Acesso em: 6 de dezembro de 2022.

ELLACURÍA, Ignacio. Libertação. In: TAMAYO, Juan Jose. *Novo Dicionário de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 321-328.

FORTE, Bruno. *A Igreja Ícone da Trindade: breve eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 1987.

FRANCISCO, Papa. *Angelus*, domingo, 17 de março de 2013. Roma, 2013. Disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2013/documents/papa-francesco_angelus_20130317.html. Acesso em 2 de setembro de 2022.

_____. *Entrevista a Antônio Spadaro*. Roma, 2013. Disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html. Acesso em 30 de junho de 2022.

_____. *Homilia das vésperas com sacerdotes, consagrados e seminaristas na Catedral de Havana*. Roma, 2015. Disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco_20150920_cuba-omelia-vespri.pdf. Acesso em 16 de julho de 2022.

_____. *Misericordiae Vultus*: bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. São Paulo: Paulinas, 2015.

_____. *Mensagem para a XXXI Jornada Mundial da Juventude 2016*. Roma, 2015. Disponível em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/youth/documents/papa-francesco_20150815_messaggio-giovani_2016.html. Acesso em 28 de maio de 2022.

_____. *Misericórdia et misera*: no término do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. São Paulo: Loyola, 2016.

_____. *O nome de Deus é misericórdia*: uma conversa com Andrea Tornielli. São Paulo: Planeta, 2016.

_____. *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

GHIRLANDA, Gianfranco. *O direito na Igreja: Mistério de Comunhão*: Compêndio de Direito Eclesial. Aparecida: Santuário, 2003.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. *A Amada Igreja de Jesus Cristo*: manual de Eclesiologia como comunhão orgânica. 2 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

HAMMES, Érico João. O princípio teológico da misericórdia. In: MILLEN, Maria Inês de Castro; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). *O imperativo ético da misericórdia*. Aparecida: Santuário, 2016, p. 49-76.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 13 ed. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; Petrópolis: Vozes, v. 2, 2005.

IZQUIERDO URBINA, César. *Teologia fundamental*. Pamplona: Eunsa, 1998.

JOÃO XXIII, Papa. *Gaudet Mater Ecclesia*: discurso de abertura solene do Concílio. Roma, 1962. Disponível em https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em 22 de outubro de 2022.

JOÃO PAULO II, Papa. *Dives in misericórdia*: sobre a misericórdia divina. 11. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. *Evangelium Vitae*: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. Roma, 1995. Disponível em https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html#_ftnref54. Acesso em 19 de novembro de 2022.

SUNG, Jung Mo. *Teologia e Economia*: repensando a Teologia da Libertação e utopias. Petrópolis: Vozes, 1994.

KASPER, Walter. *A misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

KAYAMA, Shinji. Paz. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2004, p. 1364-1366.

KOWALSKA, Maria Faustina. *Diário: a misericórdia divina na minha alma*. 42. ed. Curitiba: Apostolado Divina Misericórdia, 2019.

LACOSTE, Jean-Yves. Mal. In: *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2004, p. 1075-1079.

LADARIA, Luis F. *A Trindade: mistério de comunhão*. São Paulo: Loyola, 2009.

MAÇANEIRO, Marcial. As religiões e a paz. *Teologia em Questão*, Taubaté, v. 1, n. 1, p. 7-26, jan. 2002.

MADRIGAL, Santiago. Igreja. In: TAMAYO, Juan Jose. *Novo Dicionário de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 272-277.

MARIN, Antonio Royo. *Teologia de la perfección cristiana*. 7. ed. Madrid: BAC, 1994.

MASSARO, Thomas. Papa Francisco inspira fiéis à prática da misericórdia. *Revista IHU online*, São Leopoldo, 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585580-papa-francisco-inspira-fieis-a-pratica-da-misericordia-diz-thomas-massaro-sj>. Acesso em 12 de maio de 2022.

MATURA, Taddêe. Franciscana. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2004, p. 750-752.

METZ, Johann Baptist. *Para além de uma religião burguesa: sobre o futuro do cristianismo*. São Paulo: Paulinas, 1984.

MILBANK, John. Libertação (Teologia da). In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2004, p. 1033-1034.

MISSAL Romano. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. Trad. Portuguesa da 2. ed. típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com acrésc. aprov. pela Sé Apostólica. São Paulo: Paulus, 1992.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*. 15 ed. Rio de Janeiro: Gen, 2012.

OCARIZ, Fernando; MATEO SECO, Lucas F.; RIESTRA, José Antonio. *El misterio de Jesucristo: lecciones de Cristologia y Soteriologia*. 2 ed. revisada. Pamplona: Eunsa, 1993.

PALAU, José Roberto. A mística da paz. *Teologia em Questão*, Taubaté, v. 1, n. 2, p. 7-18, jan. 2002.

PAULO VI, Papa. *Populorum progressio*: sobre o desenvolvimento dos povos. Roma 1967. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_populorum_progressio.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2022.

PITTL, Sebastian. O povo crucificado como sujeito da história? Algumas reflexões sobre a atualidade dos conceitos da filosofia e da teologia de Ignacio Ellacuría. In: AQUINO JÚNIOR, Francisco de; MAIER, Martin; CARDENAL, Rodolfo (orgs.). *A civilização da pobreza: o legado de Ignacio Ellacuría para o mundo de hoje*. São Paulo: Paulinas, 2014, p. 119-136.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.

SCHMAUS, Michael. *A fé da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SCHMITT, José Francisco. Educar para a paz: uma questão pastoral. *Teologia em Questão*, Taubaté, v. 1, n. 2, p. 57-80, jan. 2002.

SCHWANTES, Rosylene dos Santos. Do êxtase religioso à paz: uma trajetória possível? *Teologia em Questão*, Taubaté, v. 1, n. 1, p. 27-36, jan. 2002.

SESBOÛÉ, Bernard. *O homem, maravilha de Deus: ensaio de antropologia cristológica*. São Paulo: Paulinas, 2021.

SOBRINO, Jon. *Jesus na América Latina: seu significado para a fé cristológica*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 1985.

_____. *El principio-misericordia: bajar de la cruz a los pueblos crucificados*. Santander: Sal Terrae, 1992.

_____. *Espiritualidade da libertação: Estrutura e conteúdo*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *Fora dos pobres não há salvação: pequenos ensaios utópicos-proféticos*. São Paulo: Paulinas, 2008.

SUSIN, Luiz Carlos; HAMMES, Érico João. A Teologia da Libertação e a questão de seus fundamentos: em debate com Clodovis Boff. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 68, n. 270, p. 277-299, abr. 2008.

TAMAYO, Juan Jose. Paz e violência. In: TAMAYO, Juan Jose. *Novo Dicionário de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 428-433.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. V. 5: parte 2 da segunda parte. 2 ed. Porto Alegre: EST, Sulina; Caxias do Sul: UCS, 1980.

WEIZENMANN, Mariano. A paz segundo o Novo Testamento. *Teologia em Questão*, Taubaté, v. 1, n. 1, p. 45-58, jan. 2002.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br